



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA – MESTRADO

MELISSA JÉSSICA BELEZA SOUZA

**PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO PRESENTE NO  
CONJUNTO TOMBADO DO CENTRO HISTÓRICO DE CAXIAS – MA (SÉCULOS  
XIX E XX): uma análise do seu estado de conservação**

RECIFE  
2024

MELISSA JÉSSICA BELEZA SOUZA

**PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO PRESENTE NO  
CONJUNTO TOMBADO DO CENTRO HISTÓRICO DE CAXIAS – MA (SÉCULOS  
XIX E XX): uma análise do seu estado de conservação**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Arqueologia.

Área de concentração: Arqueologia e Conservação do Patrimônio Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Medeiros da Rocha

RECIFE  
2024

Catálogo de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Souza, Melissa Jéssica Beleza.

Preservação do patrimônio arquitetônico presente no conjunto tombado do centro histórico de Caxias - MA (séculos XIX e XX): uma análise do seu estado de conservação / Melissa Jéssica Beleza Souza. - Recife, 2024.

146 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, 2024.

Orientação: Luiz Carlos Medeiros da Rocha.

Inclui referências.

1. Arqueologia; 2. Arqueologia da Arquitetura; 3. Centro Histórico de Caxias; 4. Mapeamento de danos; 5. Inventário. I. Rocha, Luiz Carlos Medeiros da. II. Título.

MELISSA JÉSSICA BELEZA SOUZA

**PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO PRESENTE NO  
CONJUNTO TOMBADO DO CENTRO HISTÓRICO DE CAXIAS – MA (SÉCULOS  
XIX E XX): uma análise do seu estado de conservação**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Arqueologia.

Aprovado em: 14 de outubro de 2024.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>o</sup>. Dr Luiz Carlos Medeiros da Rocha (Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

---

Prof<sup>o</sup>. Dra Ana Catarina Peregrino Torres Ramos (Exeminador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

---

Prof<sup>o</sup>. Dra Júlia Constança Pereira Câmelô (Exeminador Externo)  
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)



## AGRADECIMENTOS

A conclusão desta dissertação representa o culminar de uma jornada acadêmica e pessoal, que não seria possível sem o apoio e a colaboração de diversas pessoas e instituições.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pela força, saúde e sabedoria ao longo deste percurso, e a minha padroeira Nossa Senhora de Nazaré, que sempre me acompanha em todos os meus caminhos.

Ao meu orientador, Luiz Carlos Medeiros da Rocha, expresso minha mais profunda gratidão pela paciência, pelos ensinamentos e pela orientação dedicada em cada etapa do trabalho. Além de me acolher em sua residência na cidade de Recife, e tornando esse processo um pouco mais leve em relação as preocupações de estar em outra cidade que não fosse a minha de origem. Sua competência e incentivo foram essenciais para que eu alcançasse este objetivo.

Aos meus professores e colegas do programa de pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, por contribuírem com discussões, críticas construtivas e sugestões que enriqueceram meu conhecimento e meu trabalho.

Aos amigos que fiz neste programa e que dividiram a “República do Luiz” comigo: Diógenes, Hozana e Kayann. Sempre serei grata por todo companheirismo, ensinamentos, e as nossas aventuras na capital de Pernambuco.

Agradeço de forma especial à minha família, por todo o amor, apoio incondicional e compreensão nos momentos de ausência e dedicação intensa. Em especial, a minha mãe, Rita Beleza, que sempre acreditou no meu potencial e me incentivou a seguir adiante. Também a minha irmã, Mayra Larissa, por todas as conversas e incentivos ao longo desses anos no mestrado.

Ao meu querido pai, que não está mais presente nesse plano há 9 anos, mas que sempre foi uma figura de referência para mim e que batalhou muito para proporcionar bons estudos para seus filhos. O que me trouxe a este momento atual de finalização de um mestrado.

Aos amigos que, de perto ou de longe, me encorajaram e estiveram presentes em momentos de dificuldade, deixando tudo mais leve e me dando forças para continuar, especialmente aos meus amigos do “Cefol”, aos meus amigos de comunidade, e a Keury Carolaine.

À Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, pela disponibilização de recursos e infraestrutura, e a CAPES, por viabilizar este trabalho.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma maneira, contribuíram para a realização deste estudo. A cada um de vocês, meu sincero agradecimento.

## RESUMO

A pesquisa aborda a importância da conservação do patrimônio cultural edificado, com foco no Centro Histórico de Caxias – MA, um conjunto de edificações datadas dos séculos XIX e XX, que enfrentam degradação causada pelo avanço comercial, ausência de políticas públicas efetivas e falta de manutenção. A investigação utiliza a Arqueologia Histórica e a Arqueologia da Arquitetura como abordagens interdisciplinares para analisar os desafios e propor estratégias de preservação. São explorados métodos como o mapeamento de danos e inventários, identificando patologias e documentando características arquitetônicas fundamentais. O trabalho está estruturado em capítulos que discutem, inicialmente, o desenvolvimento histórico de Caxias e suas influências na configuração urbana. Em seguida, aprofunda-se nos conceitos das áreas arqueológicas envolvidas e na legislação que ampara a salvaguarda do patrimônio cultural no Brasil, destacando o papel de instituições locais e nacionais. Por fim, são apresentados os resultados das análises realizadas nas edificações selecionadas, com sugestões para a conservação e valorização desses bens. Conclui-se que a preservação do patrimônio cultural de Caxias não é apenas uma questão de memória histórica, mas também de envolvimento social e fortalecimento da identidade local. Os resultados deste estudo contribuem para o campo acadêmico e incentivam a adoção de políticas públicas que promovam ações concretas de preservação.

**Palavras-chave:** Arqueologia; Arqueologia da Arquitetura; Centro histórico de Caxias; Mapeamento de danos; Inventário.

## **ABSTRACT**

The research addresses the importance of preserving built cultural heritage, focusing on the Historic Center of Caxias – MA, a collection of buildings dating from the 19th and 20th centuries that face degradation caused by commercial expansion, the absence of effective public policies, and lack of maintenance. The investigation employs Historical Archaeology and Architectural Archaeology as interdisciplinary approaches to analyze challenges and propose preservation strategies. Methods such as damage mapping and inventories are explored, identifying pathologies and documenting essential architectural features. The work is structured into chapters that initially discuss the historical development of Caxias and its influence on urban configuration. Subsequently, it delves into the theoretical concepts of the involved archaeological fields and the legislation supporting cultural heritage preservation in Brazil, highlighting the role of local and national institutions. Finally, the results of the analyses conducted on the selected buildings are presented, along with suggestions for their conservation and enhancement. It is concluded that the preservation of Caxias' cultural heritage is not only a matter of historical memory but also of social engagement and the strengthening of local identity. The findings of this study contribute to the academic field and encourage the adoption of public policies that promote concrete preservation actions.

**Keywords:** Archaeology; Archaeology of Architecture; Historic center of Caxias; Damage mapping; Inventory.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do município de Caxias – MA no mapa do Brasil.....	19
Figura 2 - Tipologias das casas e sobrados de São Luís, Maranhão .....	29
Figura 3 - Companhia Industrial Caxiense, bairro Ponte, Caxias – MA.....	32
Figura 4 - Fábrica Manufatora Caxiense, bairro Centro, Caxias – MA .....	33
Figura 5 - Mapa dos limites de tombamento do Centro Histórico de Caxias – MA .....	35
Figura 6 – Parte do capítulo IV do Código de Posturas de Caxias, ano 1893.....	49
Figura 7 - Capítulo III do Código de Posturas de Caxias, ano 1893 .....	51
Figura 8 - Destaque de áreas no mapa da área delimitada no Centro Histórico de Caxias – MA .....	53
Figura 9 - Edifício Duque de Caxias, estado atual .....	55
Figura 10 - Fachada do edifício Duque de Caxias no século XX.....	56
Figura 11 - Antiga casa da Justiça, estado atual .....	56
Figura 12 - Fachada da antiga Casa da Justiça no século XX.....	57
Figura 13 – Delfilândia, estado atual.....	578
Figura 14 - Fotografia da Delfilândia no ano de 1950 .....	58
Figura 15 - Casarão na rua Riachuelo, estado atual .....	59
Figura 16 - Casarão de Dona Ivelta (praça da matriz), estado atual.....	59
Figura 17 - Casarão no largo da Praça da Matriz, estado atual .....	60
Figura 18 - Escola Caxiense e Antigo Teatro Fênix, estado atual.....	61
Figura 19 - Folheto de atração no Teatro Fênix, no jornal Caxiense “O Paiz”, 1905 .....	61
Figura 20 - Academia Caxiense de Letras.....	78
Figura 21 - Academia Caxiense de Letras em reforma e restauração de sua fachada.....	79
Figura 22 - Instituto Histórico e Geográfico de Caxias, estado atual.....	80
Figura 23 – Centro de Folclore e Arte Popular de Caxias (CEFOL), estado atual .....	81
Figura 24 - Mapa de danos nº 01: edifício Duque de Caxias .....	91
Figura 25 - Fachada do edifício Duque de Caxias.....	92
Figura 26 - Mapa de danos nº 02: antiga Casa da Justiça.....	93
Figura 27 - Fachada da antiga Casa da Justiça .....	94
Figura 28 - Mapa de danos nº 03: Delfilândia.....	95
Figura 29 - Mapa de danos nº 04: Delfilândia, vista da varanda da fachada.....	96
Figura 30 - Fachada da Delfilândia nos anos de 2021, 2023 e 2024.....	97
Figura 31 - Mapa de danos nº 05: casarão na rua Riachuelo.....	98
Figura 32 - Fachada do casarão na rua Riachuelo .....	99

Figura 33 - Mapa de danos nº 06: casarão de Dona Ivelta .....	100
Figura 34 - Fachada do casarão de Dona Ivelta.....	101
Figura 35 - Mapa de danos nº 07: casarão localizado no largo da praça da Matriz (fachada frontal) .....	102
Figura 36 - Mapa de danos nº 08: casarão localizado no largo da praça da Matriz (fachada lateral).....	103
Figura 37 - Fachada frontal e lateral do casarão localizado no largo da praça da Matriz ....	104
Figura 38 - Mapa de danos nº 09: escola Caxiense e antigo Teatro Fênix .....	105
Figura 39 - Fachada frontal antigo Teatro Fênix .....	106

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Edificações selecionadas para pesquisa .....	54
Quadro 2 - Encontros do Congresso Internacional da Arquitetura Moderna – CIAM.....	66
Quadro 3 - Identificação das patologias no mapeamento de danos.....	88

## LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ACL	- Academia Caxiense de Letras
APC	- Associação Amigos do Patrimônio Caxiense
CEFOL	- Centro de Folclore e Arte Popular de Caxias
CIAM	- Congresso Internacional da Arquitetura Moderna
DPHAP	- Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMOS	- Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IHGC	- Instituto Histórico e Geográfico de Caxias
IPHAN	- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
RFFSA	- Rede Ferroviária Federal S/A
SPHAN	- Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UEMA	- Universidade Estadual do Maranhão
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>TRILHANDO CAMINHOS: TRAJETÓRIAS DO DESENVOLVIMENTO DE CAXIAS – MA</b> .....	<b>18</b>
<b>2.1</b>	<b>Raízes históricas: origens do estado do Maranhão</b> .....	<b>21</b>
<b>2.2.</b>	<b>Fundação e desenvolvimento da cidade de Caxias – MA</b> .....	<b>30</b>
<b>3</b>	<b>ARQUEOLOGIA HISTÓRICA E ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA COMO FERRAMENTAS DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL</b> .....	<b>39</b>
<b>3.1</b>	<b>Arqueologia Histórica e Arqueologia da Arquitetura</b> .....	<b>39</b>
<b>3.2</b>	<b>A Arqueologia ligada diretamente a conservação do bem (preservação e restauração)</b> .....	<b>43</b>
<b>3.3</b>	<b>Arquitetura e Patrimônio em Caxias – MA: edificações que são vestígios de uma história</b> .....	<b>46</b>
<b>3.4</b>	<b>Edificações selecionadas para o mapeamento de danos e suas características</b> ...	<b>55</b>
<b>4</b>	<b>LEGISLAÇÃO E GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E CULTURAL NO BRASIL</b> .....	<b>62</b>
<b>4.1</b>	<b>Criação das Cartas Patrimoniais: instrumentos de proteção ao Patrimônio Cultural</b> .....	<b>63</b>
<b>4.2</b>	<b>Evolução e contribuição do IPHAN para o patrimônio cultural no Brasil</b> .....	<b>69</b>
<b>4.3</b>	<b>Relação entre as Instituições de Salvaguarda e a preservação do Patrimônio Material</b> .....	<b>74</b>
<b>4.3.1</b>	<b>Academia Caxiense de Letras – ACL</b> .....	<b>78</b>
<b>4.3.2</b>	<b>Instituto Histórico e Geográfico de Caxias – IHGC</b> .....	<b>80</b>
<b>4.3.3</b>	<b>Centro de Folclore e Arte Popular de Caxias – CEFOL</b> .....	<b>81</b>
<b>5</b>	<b>DIAGNÓSTICO E MAPEAMENTO PATRIMONIAL CAXIENSE</b> .....	<b>83</b>
<b>5.1</b>	<b>Mapeamento de Danos</b> .....	<b>84</b>
<b>5.2</b>	<b>Atuação do Mapeamento de Danos nas fachadas dos prédios</b> .....	<b>87</b>
<b>5.3</b>	<b>Inventário de edificações</b> .....	<b>107</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>138</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>140</b>
	<b>FONTES DOCUMENTAIS</b> .....	<b>146</b>



## 1 INTRODUÇÃO

O Centro Histórico de Caxias – MA abriga um vasto conjunto arquitetônico que reflete a riqueza cultural e histórica da cidade. Essas edificações possuem um enorme potencial para abrigar iniciativas públicas voltadas à valorização do patrimônio cultural, considerando a importância de preservar não apenas a estrutura física, mas também a memória coletiva associada a esses locais. A história desses edifícios e sua inserção no contexto urbano destacam a relevância de um olhar mais atento à preservação do patrimônio como meio de fortalecer a identidade cultural dos moradores e a conexão com suas raízes históricas.

Ampliar as discussões sobre o patrimônio cultural, analisando as influências da história da cidade e sua relevância como representação de memória e identidade, é um passo crucial para promover a conscientização sobre a importância de sua preservação, pois a preservação do patrimônio arquitetônico no Centro Histórico de Caxias enfrenta sérios desafios, resultado de um contexto de intenso desenvolvimento urbano aliado ao capitalismo, que provoca a coexistência de fluxos comerciais com espaços históricos.

Muitos prédios antigos foram abandonados, enquanto outros cederam lugar a estacionamentos, estabelecimentos comerciais ou ficaram em estado de deterioração. Essa assimetria entre as construções existentes evidencia um quadro de negligência que compromete a integridade do patrimônio cultural local.

Nesse cenário, emergem questões fundamentais: como analisar a formação desses espaços históricos e entender sua preservação no contexto atual? Quais são os principais problemas de conservação enfrentados pelos casarões, moradias e prédios históricos? E, principalmente, que estratégias podem ser adotadas para garantir a proteção dessas edificações a longo prazo, assegurando sua permanência como testemunhos da memória e identidade local?

A conservação do patrimônio edificado é uma questão importante e bastante discutida na atualidade, principalmente quando diz respeito as áreas da História, Arquitetura e Arqueologia, uma vez que as edificações históricas são portadoras de uma rica herança cultural e testemunhos do passado de uma sociedade. Essas construções representam muito mais do que meras estruturas físicas, são símbolos que carregam consigo a identidade e a memória coletiva de uma comunidade, refletindo seus valores, tradições e estilo de vida ao longo dos séculos.

De acordo com Souza (1982), o conceito de patrimônio edificado é definido como um bem cultural que é produzido por um determinado povo, nação ou civilização (apud CHIAROTTI, 2005, p. 301). Assim, “pode-se dizer que o patrimônio histórico edificado são os

bens imóveis produzidos pelo homem. Eles representam de melhor maneira seu passado” (CHIAROTTI, 2005, p. 302).

Esses bens estão inseridos no campo de estudo da Arqueologia, que se baseia na análise da totalidade dos objetos materiais utilizados pelas sociedades humanas, compreendidos como parte de uma cultura abrangente, tanto material quanto imaterial (FUNARI, 2003). Sem restrições cronológicas, os estudos arqueológicos buscam explicar as transformações culturais ocorridas no passado, por meio da cultura material encontrada em sítios arqueológicos.

Cultura material pode ser compreendida como as construções, utilidades e outros artefatos que constituem os restos tangíveis de sociedades passadas (RENFREW E BAHN, 1998). Ian Hodder (1982) destaca que os artefatos não falam por si só: são os arqueólogos que lhes conferem significados, de maneira que não há “reconstruções” do passado, mas sim construções, influenciadas por agentes políticos contemporâneos.

Diante dessas definições, assim como são atribuídos valores à artefatos de diferentes contextos presentes no estudo da arqueologia, edificações históricas podem ser consideradas artefatos arqueológicos quando são estudadas e analisadas dentro do contexto da Arqueologia Histórica. De acordo com Funari (1996;1998 apud BANDEIRA; ALVES, 2017, p. 26), a Arqueologia Histórica pode ser definida por “seu foco nos problemas associados ao capitalismo” (FUNARI, 1996, p. 538) ou como o “estudo de todas as sociedades com escrita nos últimos cinco mil anos” (FUNARI, 1998, p. 251).

A Arqueologia Histórica é um campo interdisciplinar que se concentra na investigação de períodos históricos mais recentes, geralmente a partir do final da Idade Média até o presente, utilizando métodos e técnicas da arqueologia tradicional, mas também incorporando métodos de pesquisa histórica, arquitetônica e cultural.

Trata da “complexa relação entre documentos escritos e a cultura material” e pode ser considerada como “uma das mais democráticas das Ciências Sociais”, pois “permite-nos buscar os segmentos negligenciados da sociedade, tais como os pobres, os indígenas ou os escravos” bem como elementos da vida cotidiana, muitas vezes ignorados em documentos (FUNARI, 1995, p. 37 apud BANDEIRA; ALVES, 2017, p. 26).

Quando edificações históricas são tratadas como artefatos arqueológicos, elas são estudadas em sua totalidade, incluindo sua arquitetura, construção, uso e contexto histórico (CHIAROTTI, 2005, p. 310). Primeiramente, edifícios históricos frequentemente servem como testemunhas silenciosas de eras passadas. Eles encapsulam em suas estruturas camadas de história, desde suas fundações até suas paredes e tetos. Preservar essas estruturas é essencial para manter os contextos arqueológicos intactos (CARRÉRA; SURYA, 2012, p. 27).

Por meio de escavações cuidadosas e pesquisa meticulosa, arqueólogos podem revelar os segredos enterrados nas profundezas desses edifícios. Esses vestígios arqueológicos fornecem pistas valiosas sobre os estilos de vida, práticas culturais e desenvolvimentos tecnológicos do passado (CARRÉRA; SURYA, 2012, p. 27).

Além disso, a conservação desses objetos não se limita a proteger apenas suas estruturas, mas também os artefatos e evidências culturais que podem ser encontrados dentro e ao redor dessas construções. Isso inclui objetos do cotidiano, obras de arte, documentos antigos e entre outros. Esses elementos enriquecem nossa compreensão da história, complementando as informações disponíveis em registros escritos e documentos históricos.

Portanto, a preservação de edifícios históricos desempenha um papel crucial na proteção e promoção desse patrimônio arqueológico. Essa combinação de esforços entre conservacionistas e arqueólogos é fundamental para a compreensão e apreciação do nosso passado e da história que moldou nossas sociedades. A conservação de edifícios históricos para a arqueologia representa uma abordagem holística e interdisciplinar para a preservação do patrimônio cultural (CARRÉRA; SURYA, 2012, p. 26).

A pesquisa arqueológica em torno desse objeto de estudo, é um testemunho de como a arqueologia pode ser integrada na história construída. Ao documentar as camadas arqueológicas sob e ao redor dos edifícios, arqueólogos contribuem para uma narrativa mais completa da história urbana. Eles revelam como esses edifícios evoluíram ao longo do tempo, refletindo as mudanças nas práticas arquitetônicas e culturais (CHIAROTTI, 2005, p. 316).

A integração bem-sucedida da arqueologia nesse estudo não só fornece informações valiosas para os pesquisadores, mas também tem o potencial de impulsionar o turismo cultural, gerando empregos e revitalizando a economia local. Edifícios históricos que abrigam escavações arqueológicas bem preservadas tornam-se atrações turísticas, atraindo visitantes interessados na história e cultura locais. Porém, “para a utilização do patrimônio arqueológico como atrativo turístico é de fundamental importância o planejamento e a gestão da atividade, pois é um ambiente frágil” (GUIMARÃES, 2018, p. 42).

A conservação desse patrimônio cultural para a arqueologia não é apenas um esforço acadêmico. Trata-se de um compromisso com o nosso passado e uma oportunidade de sensibilizar o público sobre a importância da preservação do patrimônio cultural e arqueológico. Através da colaboração entre conservadores, arquitetos, arqueólogos e autoridades locais, podemos garantir que nossos edifícios históricos passem a ser lugares de memórias (NORA, 1984), pois “pode-se dizer que a gênese instrumental de um edifício, assim como a relação das pessoas com ele é a sua história” (CHIAROTTI, 2005, p. 316).

É nessa perspectiva que este estudo surge, a partir do meu interesse em explorar esse campo do Patrimônio Histórico Cultural, uma área que segue despertando curiosidade e atenção desde a graduação em História, na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. A partir da minha pesquisa de TCC, intitulada “As Vicissitudes do passado na expressividade simbólica de Poder dos casarões em Caxias – MA nos séculos XIX e XX”, tenho dedicado tempo e esforço para compreender melhor as nuances e implicações desse assunto.

Por meio deste trabalho, busca-se dar continuidade a pesquisa iniciada em minha graduação, incluindo as discussões no âmbito da Arqueologia, assim expandindo meu próprio conhecimento sobre a área, mas também contribuindo para o corpo de literatura existente ao oferecer uma análise aprofundada sobre aspectos da cidade de Caxias, que se faz presente em minhas pesquisas mediante as preocupações com a degradação do patrimônio cultural edificado da cidade.

Portanto, o presente estudo tem como objetivo principal identificar as falhas no processo de conservação do acervo arquitetônico tombado do Centro Histórico de Caxias, bem como fomentar discussões acerca do Patrimônio Histórico Cultural da cidade. A investigação busca trazer à tona os desafios enfrentados na preservação das edificações históricas, promovendo um olhar crítico e propositivo sobre as estratégias necessárias para sua proteção e valorização.

Para alcançar esse objetivo geral, foram estabelecidos objetivos específicos que orientam as etapas da pesquisa. Em primeiro lugar, realizou-se o mapeamento do patrimônio arquitetônico de Caxias, com ênfase nas construções datadas entre os séculos XIX e XX, a fim de compreender sua configuração e distribuição no espaço urbano. Além disso, foi elaborado um mapeamento de danos nas edificações selecionadas, permitindo identificar patologias estruturais e sugerir intervenções que garantam a preservação dessas construções a longo prazo. Por fim, o inventário das edificações antigas busca reunir informações que evidenciem o potencial arqueológico da cidade, valorizando o papel dessas estruturas na construção da memória local.

A metodologia empregada combina abordagens teóricas e práticas, fundamentando-se em técnicas amplamente utilizadas na Arqueologia da Arquitetura e em estudos sobre patrimônio cultural. A revisão bibliográfica é o ponto de partida, proporcionando embasamento teórico a partir de estudos já realizados sobre a história urbana de Caxias e as práticas de preservação. Paralelamente, são analisadas fontes iconográficas, como fotografias e mapas históricos, que auxiliam na compreensão das transformações no espaço urbano e nas edificações ao longo do tempo.

A pesquisa de campo constitui outra etapa fundamental, possibilitando o levantamento direto das condições atuais das edificações no Centro Histórico. Essa etapa é complementada pelo mapeamento de danos, que identifica e documenta as patologias presentes nas construções, servindo como base para a elaboração de estratégias de preservação. O inventário das edificações é integrado a essa análise, detalhando aspectos arquitetônicos e históricos de cada construção catalogada. Por fim, serão elaborados mapas da área estudada, representando visualmente as condições dos edifícios e os desafios associados à sua conservação.

Essa abordagem metodológica permite que o estudo não apenas identifique os problemas enfrentados pelo patrimônio arquitetônico de Caxias, mas também ofereça subsídios para a formulação de políticas públicas e estratégias de preservação cultural. Ao articular o embasamento teórico com a análise prática, a pesquisa contribui para fortalecer o debate sobre a importância de proteger o patrimônio histórico como um elemento essencial para a memória e identidade da cidade.

Portanto, nesta pesquisa de dissertação, são abordadas a importância da conservação do patrimônio cultural edificado, discutindo os desafios enfrentados na proteção desses bens arquitetônicos e como as práticas de preservação têm se desenvolvido ao longo do tempo. São exploradas também as diferentes abordagens empregadas na restauração e conservação, bem como os benefícios sociais, culturais e econômicos resultantes de um esforço conjunto na salvaguarda de nosso patrimônio comum.

Além desta introdução, este trabalho é composto por mais 4 capítulos. No 2º capítulo “*Trilhando caminhos: Trajetórias do desenvolvimento de Caxias – MA*”, abordamos as discussões em torno da formação da cidade em questão, traçando a história da colonização no estado até chegar a região de Caxias, onde os acontecimentos narrados são pontos importantes para entendermos como se deu as influências nas construções da cidade e na formação da organização do seu centro urbano.

No 3º capítulo “*Arqueologia Histórica e Arqueologia Da Arquitetura como ferramentas de Conservação do Patrimônio Cultural*” são apresentados os conceitos fundamentais dessas duas áreas e sua aplicação na análise do patrimônio arquitetônico de Caxias. Discutem-se os aspectos que transformam as edificações em objetos de estudo arqueológico, promovendo um olhar interdisciplinar para a compreensão do passado.

No 4º capítulo “*Legislação e Gestão do Patrimônio Arqueológico e Cultural no Brasil*”, aborda os principais instrumentos legais que norteiam a preservação do patrimônio no Maranhão e no Brasil. São analisadas as normativas que regem o tombamento e a proteção de

bens culturais, além do papel de instituições como o IPHAN e as organizações locais, que desempenham uma função essencial na salvaguarda do patrimônio edificado.

Já no 5º e último capítulo “*Diagnóstico e mapeamento patrimonial caxiense*”, apresenta os resultados das análises realizadas, incluindo o mapeamento de danos e o inventário das edificações selecionadas. Este capítulo reúne os dados coletados e discute as principais patologias identificadas, evidenciando a necessidade de intervenções que garantam a preservação e a valorização do patrimônio cultural de Caxias.

Ao longo da dissertação, busca-se construir um diálogo entre a preservação do patrimônio cultural e as dinâmicas sociais, políticas e econômicas que influenciam o estado de conservação desses bens. Este estudo visa não apenas enriquecer o debate acadêmico, mas também engajar a comunidade local na valorização do seu legado histórico, promovendo uma abordagem integrada para a salvaguarda do patrimônio cultural de Caxias – MA.

## 2 TRILHANDO CAMINHOS: TRAJETÓRIAS DO DESENVOLVIMENTO DE CAXIAS – MA

Inicialmente, para situar a cidade de Caxias – MA e suas edificações históricas estudadas nesta pesquisa, será apresentado um percurso histórico de fatos e acontecimentos que contribuíram direto e indiretamente para a formação e desenvolvimento de Caxias enquanto cidade.

A formação das cidades no Brasil é uma narrativa diversificada que abrange desde a chegada dos colonizadores europeus até os desafios urbanos contemporâneos. O processo de urbanização no Brasil começou com a chegada dos portugueses em 1500. “Até 1549, haviam sido fundadas 16 vilas e povoados no litoral brasileiro. O Brasil colonial tinha como base a monocultura, latifúndio e mão de obra escrava” (SOUSA; MENESES; VIANNA, 2015, p.67). As primeiras cidades, como Salvador e Olinda, foram estabelecidas como centros de administração colonial e comércio. Suas ruas estreitas, casarões e igrejas barrocas ainda refletem a influência arquitetônica da época.

Com a independência do Brasil em 1822 e o subsequente período imperial, novas cidades foram planejadas e construídas de acordo com princípios urbanísticos europeus, como o caso do Rio de Janeiro, então capital do Império. Esse processo de urbanização se deu por volta de 1975, quando foi criado na capital a Comissão para Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro (SOUSA; MENESES; VIANNA, 2015, p. 71).

Usam-se como modelo planos de tradição europeia como o ‘Plano Haussmann’ para a cidade de Paris. Basicamente esses planos consistiam em alargamentos de vias, parques públicos e praças; além das primeiras preocupações com o saneamento, com a abertura de largas avenidas e destruição de partes insalubres como cortiços. Era a tentativa de deixar as cidades mais europeias (SOUSA; MENESES; VIANNA, 2015, p. 71).

A abolição da escravatura em 1888 e a Proclamação da República em 1889 tiveram impactos profundos na estrutura social das cidades. O fim da escravidão levou à migração desses que agora passaram a ser libertos para ocuparem as cidades, e de outras pessoas que buscavam melhores condições de vida saindo do campo para a cidade, em busca de trabalho, enquanto a República trouxe mudanças no sistema político e na organização urbana (SOUSA; MENESES; VIANNA, 2015, p.70 e 71).

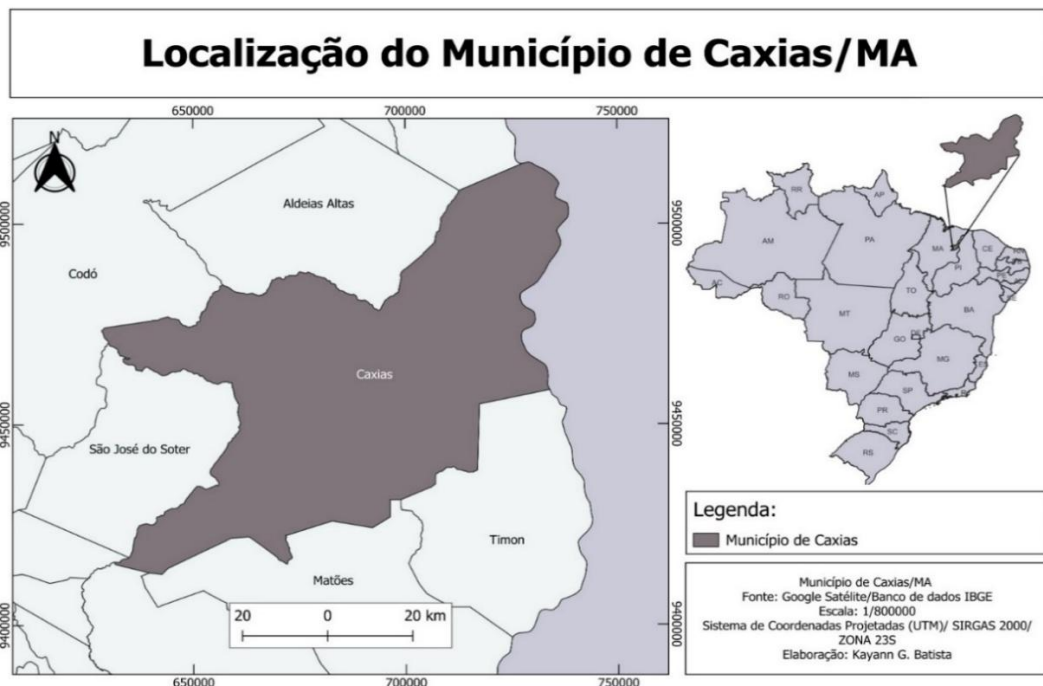
Desse modo, o século XX viu uma rápida urbanização com o crescimento das indústrias e a migração rural-urbana. Cidades como São Paulo e Rio de Janeiro se tornaram gigantes urbanos, mas enfrentaram desafios como favelização e falta de infraestrutura, pois “se, por um lado, a ação revolucionou a cidade, melhorando sua malha urbana, e a higiene; por outro, prejudicou famílias pobres que residiam nessa área, pois a região ficou supervalorizada”

(SOUSA; MENESES; VIANNA, 2015, p. 71). Diante dessas situações, podemos perceber seus reflexos nos complexos desafios urbanos que temos atualmente em várias cidades do país, como a necessidade de infraestrutura adequada, habitação digna, transporte público eficiente e desenvolvimento sustentável.

Portanto, a formação das cidades no Brasil é uma jornada intrínseca que reflete a interseção de fatores históricos, culturais e sociais. As cidades brasileiras são verdadeiros mosaicos de identidades e histórias, e seu desenvolvimento contínuo é um testemunho da resiliência e adaptabilidade do povo brasileiro ao longo dos séculos. À medida que o Brasil enfrenta os desafios do século XXI, a história e a cultura das cidades continuam a ser fontes de inspiração e aprendizado. Desta forma, na cidade (aqui nos referimos aos centros urbanos), encontram-se “[...] inúmeros campos de estudo e que mesmo aparentemente dinâmicos, diferenciados ou exóticos, abrem pistas para entender não só a sua própria lógica, mas também um espaço e tempo urbano e em constante transformação (COSTA, 2014, p. 47).

É nesse contexto que nesse primeiro capítulo discutiremos alguns aspectos presentes na cidade de Caxias (figura 1), que segundo os dados do IBGE (2022), é um município, que fica localizado no interior do estado do Maranhão, com uma população de aproximadamente 156.970 habitantes, sendo a 5ª cidade mais populosa do estado, e possuindo uma área de unidade territorial de 5.201,927 km<sup>2</sup>, a 3ª maior cidade do Maranhão e cortada pelos rios Itapecuru e Parnaíba.

Figura 1 - Localização do município de Caxias – MA no mapa do Brasil



Fonte: Kayann Batista (2024)



Abordaremos os principais marcos do processo de colonização do estado, até a formação do centro urbano de Caxias, local onde reúne o objeto de estudo desse trabalho, no qual se encontram materializados, nos edifícios históricos, presentes no que é denominado o “Centro Histórico” da cidade, tombado pelo Decreto Estadual nº 11.681, de 29 de novembro de 1990, e que são vestígios vivos dessa história.

O território de Caxias no século XVIII era uma enorme área de terra que dominava quase todo o Leste da Capitania Maranhense (SOUSA; MENESES; VIANNA, 2015, p.70). Pesquisadores como Mílson Coutinho (2005), em seu livro “*Caxias das Aldeias Altas: subsídios para sua história*”, apresenta informações sobre o processo de ocupação da cidade de Caxias, que se deu pelo movimento de entradas e bandeiras, precisamente no século XVII.

Esses movimentos eram expedições que visavam a exploração dos territórios presentes no país, que acabou se fazendo presente em nossa cidade, às margens do rio Itapecuru, no momento em que ocorria a invasão francesa no estado do Maranhão.

No coração das terras sertanejas a Princesa do Sertão representa mais do que um assomo geográfico. É uma terra humanizada em todos os sentidos. Domina as regiões mais afastadas do hinterland maranhense e, até então, os pontos mais distantes do Piauí. A antiga Aldeias-Altas dos índios teve, na formação política da província o seu papel preponderante; na história econômica, o seu valor expressivo, e na parte intelectual o seu maior prestígio. É ali que nasceram os mais fortes impulsos liberais, depois de Pastos-Bons. Pela sua posição, pelas suas possibilidades e riquezas, Caxias constituiu-se um dos mais fortes aglomerados humanos do Maranhão (SERRA, 1948, p. 223).

O Maranhão no século XIX era uma província rica que contribuía bastante para a economia do país, sendo assim, possuía suas cidades das quais Caxias se destacava, pois era um grande centro de população e era reconhecida pela atividade agrícola e pastoril da região, dando grande relevância a produção de algodão<sup>1</sup>, que era enorme a quantidade da qual era produzida e que era utilizada não só aqui no país, mas também exportada para outros países.

O crescimento da cidade e sua evolução ao longo dos anos, testemunharam momentos de prosperidade, desafios e superações, tudo contribuindo para a formação da comunidade diversa e vibrante que caracteriza a cidade atualmente. Portanto, a história de uma cidade é um importante relato que abrange diversas fases, transformações e acontecimentos que moldaram seu desenvolvimento ao longo do tempo. Cada cidade tem sua própria narrativa, refletindo as interações culturais, sociais, econômicas e políticas que ocorreram em seu território (PESSOA, 2007, p. 24).

---

<sup>1</sup> O comércio de São José das Aldeias Altas teve grande impulso com a criação da Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, em 1775, com sede em São Luís, pelo Marquês de Pombal, que pretendia elevar o desenvolvimento no norte do Brasil. O algodão passou a ser o 3º produto de exportação no século XVIII devido à Revolução Industrial (SOUSA; MENESES; VIANNA, 2015, p. 70).

Caxias é um exemplo significativo de um rico legado histórico. Suas origens remontam ao século XVIII, quando nos pontos mais altos da cidade, à margem do Rio Itapecuru, havia a presença de centenas de aldeias indígenas, que segundo os pesquisadores, foram expulsos pelas tropas portuguesas e se instalaram neste local. Após sua elevação a categoria de cidade, em 1836, a cidade passou por uma série de mudanças e acontecimentos que a tornaram o que é hoje.

Formada em um seio cultural e econômico, impulsionou o crescimento de sua estrutura urbana a partir do século XIX. A cidade foi palco de eventos marcantes como a Guerra da Balaiada (1838-1841) e a Adesão a independência (1823), eventos estes que reuniram uma parcela da população pobre e excluída, e que são protagonistas dessa história.

Por outro lado, a cidade manteve um discurso que trata do berço de grandes poetas que imortalizaram suas poesias e contribuíram para a literatura brasileira, como Gonçalves Dias, que possui trechos da “Canção do exílio” contidos no Hino Nacional Brasileiro e Raimundo Teixeira Mendes (filósofo e matemático) que idealizou a bandeira do Brasil e seu lema “Ordem e Progresso” em 1889. Essas histórias se misturam e resultam nos discursos propagados ao longo desses anos, dessa maneira que permeamos nesse 1º capítulo, ao explorar detalhes particulares que fazem parte da cidade de Caxias – MA, intrinsecamente ligados às edificações estudadas aqui.

## **2.1 Raízes históricas: origens do estado do Maranhão**

O Brasil, um país de vasta beleza natural e diversidade cultural, carrega consigo uma história marcada por um período de colonização que suscita uma série de críticas e reflexões. O colonialismo, impulsionado principalmente pela presença portuguesa, deixou um legado complexo que ecoa até os dias atuais.

Na análise de Ferreira (2014), o autor conceitua colonialismo e colonização em uma única visão, alegando que “é uma condição em que colonos, como parte de uma política de Estado, são implantados em um território e se colocam numa relação complexa de sociabilidade e poder com o território colonizado e o território de origem” (FERREIRA, 2014, p. 277). Portanto, o que “gera a colonização é um Estado”, fazendo do colonialismo “um processo de ocupação do território” (FERREIRA, 2014, p. 276), podendo ocorrer de várias maneiras a depender do Estado responsável.

Uma das críticas mais contundentes ao colonialismo brasileiro é a exploração intensiva dos recursos naturais. Desde a chegada dos primeiros colonizadores, houve uma exploração desenfreada das riquezas naturais do país, muitas vezes sem a devida consideração pelos danos

ambientais causados. No livro do autor Warren Dean (2004) “*A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*”, podemos confirmar essas informações.

Em 1588, 4700 toneladas de pau-brasil passaram pela aduana portuguesa, talvez metade do verdadeiro volume. O tráfico francês clandestino de madeiras corantes era tão bem estruturado quanto o dos portugueses ou até melhor – um cronista de meados de 1550 relatou haver observado 100 mil pedaços de tronco estocados na colônia francesa do Rio de Janeiro. Havia ainda o contrabando intermitente feito por navios espanhóis e ingleses. Em conjunto, todos esses negociantes podem ter provocado a extração de 12 mil toneladas por ano (DEAN, 2004, p. 64).

Além disso, o colonialismo trouxe consigo a utilização massiva da mão de obra escrava, uma prática profundamente desumana que resultou em sofrimento humano e privação de liberdade para milhões<sup>2</sup> de africanos. Além da mão de obra escrava africana também houve exploração com os indígenas, não só em território brasileiro, mas fora dele também. Vejamos:

Muitas vezes, as viagens de volta a Europa levavam também escravos nativos. A prática foi registrada pela primeira vez em 1511, quando o navio *Breto*, com carga de madeira em Cabo Frio, incluiu em seu carregamento 36 escravos, dez homens e 26 mulheres, ainda que os proprietários houvessem proibido esse tráfico à tripulação. Daí em diante, a prática deve ter se generalizado – o primeiro nome português para o porto de São Vicente era porto dos Escravos. Os primeiros contratos reais de afretamento autorizavam esse hábito pernicioso, concedendo ao detentor o direito de importar um certo número de escravos, isentos de taxas alfandegárias (DEAN, 2004, p. 65).

O sistema escravista não apenas sustentou a economia colonial, mas também deixou um legado de desigualdade e racismo que persiste até hoje. A chegada dos colonizadores europeus trouxe doenças, conflitos e opressão que tiveram um impacto devastador nas populações indígenas. Muitas línguas foram perdidas, tradições foram suprimidas e culturas foram erradicadas. A apropriação cultural imposta pelos colonizadores contribuiu para a perda de identidade e autonomia dessas comunidades, resultando em um legado de desvalorização das culturas nativas.

Além das questões sociais e culturais, o colonialismo também deixou marcas significativas na estrutura econômica e política do Brasil. O país foi historicamente utilizado como uma colônia de exploração, focada na produção de matérias-primas para exportação. Esse modelo econômico deixou o Brasil vulnerável a flutuações nos preços internacionais das commodities, perpetuando ciclos de crescimento e recessão. A dependência histórica criada pelo colonialismo ainda impacta a economia e a política brasileira, afetando a busca por autonomia e desenvolvimento sustentável.

---

<sup>2</sup> Conforme consta no Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil, estima-se que cerca de 10 milhões de africanos chegaram vivos na América durante o período em que os navios negreiros atravessavam o Atlântico. Destes 10 milhões de indivíduos, cerca de 3.600.000 foram trazidos para o Brasil. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/rede-da-memoria-virtual-brasileira/escravidao-jose-roberto-pinto-de-goes/#:~:text=Cuba%20foi%20a%20C3%BAltima%20C3%A1rea.1.145.000%20no%20s%C3%A9culo%20XIX.>

É nesse contexto que podemos observar a formação da área que hoje se encontra o estado do Maranhão, fruto desse colonialismo também pois, seu período colonial não diverge de algumas regiões do país. Os primeiros indícios de sua história giram em meados do século XVI, e teve o estado disputado por alguns povos europeus como os portugueses, franceses e holandeses, assim quando os portugueses iniciaram a exploração da região, a fim de expandir seus negócios e ocupar a região (SILVA FILHO, 2010, p. 21 e 22).

Mas até a dominação portuguesa se consolidar no território, tivemos algumas investidas, como já mencionado anteriormente, que podem ser destacadas e que contribuíram para a narrativa da história desse estado. José Ribeiro do Amaral, que foi um historiador e escritor maranhense, reúne em seu livro “*Fundação do Maranhão*” (2008), alguns registros e documentações dos livros raros dos cronistas da França Equinocial<sup>3</sup>, que remete à primeira missão francesa, desde a sua organização, até a tentativa de dominação no estado do Maranhão, logo após chegarem na América do Sul e conquistarem parte da Guiana e tentarem estabelecer domínios colonial no Rio de Janeiro.

Em parte do litoral brasileiro, na Baía de Guanabara onde atualmente se encontra o estado do Rio de Janeiro, na região Sudeste, os franceses exploraram riquezas, como o pau-brasil, o qual comercializavam e realizaram sua primeira expedição, a “França Antártica”.

A França Antártica foi uma tentativa de colonização francesa no Rio de Janeiro, que ocorreu entre os anos de 1555 e 1567, além de ser uma colônia que serviu de refúgio para os calvinistas franceses que foram expulsos em 1567 pelos portugueses. O projeto foi liderado pelo vice-almirante Nicolas Durand de Villegagnon, “que a 10 de novembro de 1555 desembarcara com seus companheiros, para criar uma colônia, pomposamente chamada França Antártica” (HOLANDA, 2007, p. 166), com o objetivo de explorar as riquezas da região e ampliar a influência francesa na América do Sul.

A expedição francesa chegou à Baía de Guanabara em 1555, fundando uma colônia na ilha a que “os naturais da terra chamavam de Sede Sergipe, e hoje guarda ainda o nome dele, escolheu-a o francês para a sede inicial do estabelecimento. Ali fez edificar um baluarte de madeira” (HOLANDA, 2007, p. 168), que ficou conhecido como Forte de Coligny, “reservando a designação de Henriville para a povoação que já projetava fundar na terra firme vizinha”

---

<sup>3</sup> A França Equinocial foi estabelecida em 1612, quando os franceses liderados por Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière, fundaram o Forte de São Luís, na Ilha de Upaon-Açu (atual São Luís, no estado do Maranhão), e reivindicaram territórios ao longo do rio Amazonas e seus afluentes. A experiência colonial francesa, a França Equinocial, legou um corpus de publicações, composto de dois importantes relatos missionários: “*Histoire de la Mission des Pères Capucins en l’Isle de Maragnan*” (1614) e “*Suite de l’histoire des choses mémorables advenues en Maragnan és années 1613 & 1614*” (1615) (DAHER, 2018, p. 3).

(HOLANDA, 2007, p. 168). Sendo assim, os franceses estabeleceram relações comerciais com os indígenas locais e enfrentaram a oposição dos portugueses, que já exploravam a região desde o século XVI.

A colonização francesa no Rio de Janeiro desenvolveu-se com dificuldades, enfrentando problemas com a falta de suprimentos e as condições climáticas adversas. Além disso, os franceses tiveram que lidar com conflitos internos, uma vez que as exigências de trabalho eram muito pesadas, e a esperança de uma vida melhor, neste novo território, ficava cada vez mais distante. Divergências entre Villegagnon e um intérprete de sua tropa, por causa de seu envolvimento em concubinato com uma indígena, também acarretou em problemas que levaram a uma cisão entre os colonos. Vejamos:

Passando a viver no meio dos índios, juntamente com outros vinte e cinco intérpretes, buscou meios e modos de envenenar as boas relações existentes de início entre os mesmos índios e os franceses. Suas intrigas tiveram algum efeito, sobretudo em seguida a uma peste que grassou subitamente entre os naturais e que, segundo depoimentos contemporâneos, chegou a matar cerca de 800 pessoas. Não seria difícil convencer as vítimas de que o mal, provavelmente, adventício e ignorado até então nestas partes, fora obra de Villegaignon, de sorte que um clamor grande se levantou logo contra os colonos. A salvação destes parece ter resultado principalmente de não se terem fixado no continente, em lugar mais acessível aos ataques, que poderiam precipitar a ruína de seu estabelecimento (HOLANDA, 2007, p. 170).

Em 1560, Villegagnon foi acusado de heresia e teve que deixar a colônia, o que fragilizou a presença francesa no Rio de Janeiro. A partir disso, os portugueses intensificaram as ações de expulsão dos franceses, e em 1567, a colônia foi destruída e seus habitantes foram obrigados a abandonar o local. A presença francesa no Rio de Janeiro foi um dos motivos que levaram os portugueses a acelerar o processo de colonização da região, consolidando a presença lusa no Brasil (HOLANDA, 2007, p. 177 e 178).

A partir dessas expedições, podemos observar os passos que foram dados pelos colonizadores neste estado, pois “após períodos de invasões do território por outros reinos europeus, começou a se formar um território político administrativo, iniciado com as Capitânicas Hereditárias<sup>4</sup>. Logo começou a exploração da cana de açúcar pelo Nordeste” (SOUSA; MENESES; VIANNA, 2015, p.67).

Portanto, sem o sucesso dessa primeira tentativa da colônia, pois em conflito com a coroa portuguesa os embates eram constantes, houve uma investida francesa no Maranhão, a França equinocial, mencionada anteriormente e que ocorreu em 1612, em um cenário onde vivenciavam a União Ibérica (1580-1640), período da dominação espanhola sob Portugal.

---

<sup>4</sup> Forma de organização administrativa implantada no Brasil, durante o período colonial, pela Coroa Portuguesa.

Conseqüentemente o Brasil ficou a controle dos espanhóis, tornando as investidas francesas mais viáveis em solo maranhense.

Há registro de documentações que informam essas investidas dos franceses desde 1504, os denunciando por esses atos de “pirataria” e mencionando sobre os primeiros contatos com os indígenas, como exemplo nos Annaes Históricos do Estado do Maranhão (1748-1849) por Bernado Pereira de Berredo. Mas a sua ocupação de fato só foi ocorrer nos anos de 1555, na região do Rio de Janeiro, na França Antártica como mencionado anteriormente. Veja:

Os espanhóis tiveram a primazia da navegação na costa do Maranhão. Por volta de 1499, Vicente Yanes Pinzón navegou pelo litoral e foi o primeiro a reconhecer o território. Além dos interesses já citados, acreditava-se na existência de metais preciosos no Peru, o que impulsionou as iniciais incursões de outros países além de Portugal e Espanha ao litoral do Maranhão, pelo qual pretendiam os conquistadores alcançar as riquezas andinas. Desde então, alguns navegadores portugueses e espanhóis estiveram na região, para avaliar suas riquezas. Implementaram-se, a partir daí várias tentativas de ocupação e colonização que não tiveram sucesso pela dificuldade de atracar os navios, sendo frequentes os naufrágios. Não houve êxito nessas tentativas por parte da coroa espanhola, e então a área passou a ser frequentada por piratas, no final do século XVI, piratas que mantinham relações de escambo com os índios. Entre eles havia irlandeses, holandeses, ingleses e franceses, que buscavam o lucrativo comércio do Novo Mundo e, no caso dos franceses, também as vantagens coloniais que eram monopolizadas por Portugal e Espanha (IPHAN, 2006, p. 20 e 21).

Mediante isso, a França Equinocial, nomeada dessa forma devido à sua localização próxima à linha do equador, desenvolveu-se a partir do estabelecimento de uma colônia na ilha de São Luís – MA. Este modo de ocupação colonial se deu a partir dos esforços dos franceses que buscavam se estabelecer em terras da América do Sul, promovendo assim sua colonização.

O escrito que se obrigaram a assinar os franceses, e a que nos referimos há pouco, na ordem cronológica o primeiro dos dois únicos documentos oficiais de que temos notícia, relativamente aos primeiros dias, pode assim dizer-se, da fundação francesa, pois que, como nele se lê, foi feito e assinado no Forte de São Luís, em Maranhão, no Dia de Todos os Santos, 1º de Novembro, do ano da graça de 1612; esse escrito é como a confirmação pública, solene, da posse destas terras em nome do rei de França, e contém as primeiras disposições ou leis tendentes à boa regularização dos negócios da nova Colônia (AMARAL, 2008, p. 63).

Desse modo, os franceses rivalizaram com a presença portuguesa no local, que já exploravam a região desde o século XVI, e gerou conflitos entre as duas potências europeias. Essa conquista foi motivada pela ausência luso espanhola na costa norte, além disso a boa posição geográfica da região em relação aos portos da Europa, o próprio potencial econômico da região e as disputas mercantilistas, vislumbraram a instalação de um domínio colonial. Vejamos:

Chegados ao Maranhão a 6 de agosto, como já vimos, trataram, para logo, os franceses de construir um forte, que lhes pudesse dar a segurança da posse e conservação ao território que acabavam de ocupar. Escolheram, para esse fim, os Senhores de Rasilly e de la Ravadière, uma bela praça mui própria para esse fim, por estar situada em cima de uma alta montanha, na ponta de um rochedo inacessível que domina para todos os lados, sem ser por nenhum outro dominado, e donde se descobre terreno a perder de

vista, e que embora separado da terra firme é, de todo, incontestável, e tanto mais forte quanto é quase cercado de dois pequenos rios, mui profundos e largos, que desembocam no mar ao pé do dito rochedo, onde é o único porto da Ilha do Maranhão, podendo fundear nele, com toda a segurança, navios de mil a mil e duzentas toneladas (AMARAL, 2008, p. 50).

Para expulsar os franceses do Maranhão, o português Jerônimo de Albuquerque organizou uma expedição militar, entre soldados e índios aliados. A expedição chegou ao Maranhão em novembro de 1615, cercando a fortaleza francesa e iniciando um cerco que durou cerca de quatro meses. Durante o cerco, os franceses resistiram bravamente, mas acabaram sendo derrotados pelos portugueses, que tomaram a fortaleza e expulsaram os franceses da região (IPHAN, 2006, p. 24).

A rendição definitiva dos franceses ocorreu em 1615, quando as forças portuguesas, sob o comando de Alexandre de Moura, atacaram por mar, e Jerônimo de Albuquerque comandou a expedição que investiu por terra. La Ravardière se rendeu sem luta em 3 de novembro de 1615 e, nessa mesma data, Alexandre de Moura ocupou o forte de São Luís (IPHAN, 2006, p. 24).

Com a expulsão dos franceses, os portugueses consolidaram seu domínio sobre o Maranhão e iniciaram a colonização da região, estabelecendo uma série de povoações e fortalezas ao longo do rio. Jerônimo de Albuquerque permaneceria na terra conquistada, encarregado do governo, com o regimento de capitão-mor que lhe fora concedido. Entre suas responsabilidades, estava o desenvolvimento da nova cidade de São Luís, garantindo que fosse bem planejada e ordenada. Ele deveria incentivar a construção de casas e moradias, de modo que todos seguissem seu exemplo (HOLANDA, 2007, p. 258).

Como podemos observar, a história da França Equinocial, frequentemente associada à fundação de São Luís do Maranhão, é objeto de intensos debates entre historiadores. Enquanto algumas narrativas exaltam a presença francesa como um marco cultural e civilizatório, análises críticas, como as de Maria de Lourdes Lauande Lacroix (2002), revelam que essa interpretação está mais próxima de uma construção simbólica do que de uma realidade histórica.

Lacroix (2002) possui um estudo sobre a fundação francesa no estado do Maranhão, a qual chama de “*A criação de um mito*”, e que discorda da ideia de fundação francesa de Amaral (2008). Ao comparar o trabalho de Lacroix com outras análises históricas, percebe-se que a ideia dessa fundação não só omite o caráter temporário dessa ocupação, mas também desconsidera o papel central dos portugueses na consolidação da cidade.

O mito gaulês se constituiu em momento de profunda efervescência na definição de traços da nossa identidade e a partir daí passou por momentos desiguais, da magnífica festividade ao esquecimento quase total. As variações fazem parte de uma constituição frágil, em terras onde a memória histórica está apoiada no predomínio da imaginação. A leitura repetitiva e fantasiosa do relato dos capuchinhos afirma a tentativa frustrada da ocupação francesa como um éden originário, em verdadeira mitificação do projeto da França Equinocial. A modificação da interpretação não se

faz por ruptura com uma visão anterior, aparece simplesmente como evidência e assim vai se mantendo entre os historiadores [...] (LACROIX, 2002, p. 77 e 78).

Lacroix (2002) argumenta que a presença francesa em São Luís, iniciada em 1612, foi de curta duração e careceu de um legado estruturante. Em vez de uma fundação legítima, a ocupação francesa representou uma tentativa de invasão com objetivos estratégicos e comerciais, que foi rapidamente interrompida pela ação militar portuguesa. Segundo a autora, a narrativa da fundação francesa foi reinterpretada no início do século XX, ganhando status de mito fundacional, promovido por elites locais interessadas em destacar uma herança cultural europeia distinta, com o objetivo de reforçar a identidade regional e atrair atenção cultural e turística.

Essa visão crítica é corroborada por análises históricas baseadas em documentos da época, que apontam a consolidação de São Luís como resultado da ação portuguesa após a expulsão dos franceses. Essa perspectiva resgata a importância da resistência lusitana e do desenvolvimento subsequente promovido por Portugal, elementos muitas vezes negligenciados nas narrativas populares que exaltam os franceses (LACROIX, 2002). Nesse contexto, o mito da França Equinocial funciona como um instrumento de propaganda cultural, mais preocupado em construir uma identidade singular para a cidade do que em refletir a realidade histórica.

Além disso, o mito da fundação francesa serve como exemplo de como narrativas históricas podem ser moldadas por interesses políticos e culturais. A valorização seletiva de certos eventos em detrimento de outros revela como a história é frequentemente usada como ferramenta para legitimar poder e reforçar imaginários sociais. No caso de São Luís, essa construção simbólica enfatiza a influência europeia enquanto desvaloriza a complexidade da resistência local e da influência indígena e afrodescendente na formação da cidade.

Em síntese, a narrativa da França Equinocial ilustra a necessidade de um olhar crítico sobre os processos de construção histórica e de identidade cultural. Ao reconhecer que a ocupação francesa foi breve e sem impactos estruturantes, e que a fundação de São Luís está intrinsecamente ligada à consolidação portuguesa, podemos reavaliar o papel do mito na formação da memória coletiva e no fortalecimento das narrativas identitárias (LACROIX, 2002). Dessa forma, a história pode ser compreendida não apenas como um registro do passado, mas também como um reflexo das escolhas e interesses que moldam a sociedade contemporânea.

Nesse sentido, a cidade de São Luís foi construída em uma ilha, para facilitar a defesa contra possíveis invasões francesas. Com a expulsão dos franceses, a economia da região se diversificou, principalmente por conta da criação da Companhia Geral do Grão-Pará e



Maranhão, que contava com a exploração do açúcar, algodão e da pecuária, tornando o Maranhão um importante centro produtor de alimentos e de gado, com a presença de grandes fazendas e engenhos. (IPHAN, 2006, p. 41).

Em decorrência desses acontecimentos, o século XVIII na região foi marcado por um período de prosperidade, com o desenvolvimento da economia açucareira e a construção de novas edificações para a região. Essas construções atestavam a riqueza e o poder dos grandes proprietários rurais e as famílias abastadas, refletindo seu poder econômico e político. (IPHAN, 2006, p. 43)

Os fatores mais relevantes para o adensamento da cidade de São Luís no século XIX foram a intensificação das melhorias urbanas e a valorização arquitetônica, gerada pelo aumento da construção de sobrados. O crescimento econômico e as novas atribuições da cidade, ocorridas a partir da implantação da Companhia Geral de Comércio, permitiram um adensamento das áreas da Praia Grande, Desterro, e da área posterior à igreja do Carmo Novo. Nesses locais instalaram-se alguns sobrados maranhenses com seus azulejos portugueses, franceses e de outras procedências, e mirantes [...] (IPHAN, 2006, p. 50).

Essas construções marcaram a estética da arquitetura da capital, uma vez que os casarões de São Luís apresentam características que influenciaram diretamente na formação desses lugares, com suas janelas e portas grandes, varandas e sacadas que permitem a circulação de ar e a entrada de luz. Como afirma a citação acima, muitos desses casarões foram revestidos com azulejos portugueses, trazidos da cidade de Lisboa.

No livro “*Varandas de São Luís: gradis e azulejos*” de Silva Filho (2010), o autor traz uma série de exemplos dessas edificações presentes na capital do estado, e que influenciaram grandemente em construções das cidades do interior do estado, assim como será possível observar nos próximos capítulos desta pesquisa. Na figura 2 podemos observar alguns desses modelos e suas tipologias:

Figura 2 - Tipologias das casas e sobrados de São Luís, Maranhão



Fonte: SILVA FILHO – Varandas de São Luís: gradis e azulejos (2010, p. 52 e 53)

As características mais marcantes da arquitetura colonial portuguesa no Brasil são a utilização de materiais locais, como pedra e cal, a adoção de técnicas construtivas adaptadas às condições climáticas e geográficas do país, como a utilização de telhados inclinados para proteger das chuvas tropicais, e a incorporação de elementos decorativos de origem europeia. Vejamos abaixo:

Como elementos típicos do primeiro período, a implantação no lote, a distribuição espacial dos cômodos, os panos do telhado, o beiral em beira e bica, a repetição regular das janelas, os paramentos de azulejaria portuguesa e as alvenarias externas de pedra e cal de concha e as internas, de frontais à galega com enchimentos de barro. Como notório do ecletismo, o porão alto, vergas ogivais, a alta porta principal nivelada com as janelas e o jardim geometricamente dividido no lugar do pátio de serviços (SILVA FILHO, 2010, p. 71).

Desde a fundação da cidade de São Luís, a cidade foi transformada em um importante centro comercial e cultural, e a sua arquitetura colonial pode ser vista em alguns edifícios históricos da cidade de São Luís. Esses acontecimentos históricos são importantes de serem mencionados para entendermos como se deu esse processo de formação do espaço urbano da capital do estado, que posteriormente vai servir de influência para a construção de outros centros urbanos das cidades dos interiores do estado. Pois São Luís do Maranhão foi designada como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a

Educação, a Ciência e a Cultura) em 1997 (IPHAN, 2006, p. 16), devido à sua importância histórica, arquitetônica e cultural.

A cidade é famosa por seu centro histórico, que possui uma arquitetura colonial portuguesa oriunda dos séculos XVIII e XIX. Suas ruas estreitas, casarões coloridos, azulejos decorativos e praças pitorescas são um testemunho dessa herança colonial da cidade, que a partir de alguns projetos de intervenção, como o “projeto reviver” (projeto de revitalização do Centro Histórico de São Luís nos anos 90), pôde-se ser preservado e conservado essas características (DA SILVA, 2012, p. 257).

Outro ponto que pode ser ressaltado é a sua mistura de culturas, pois a cidade foi um importante centro de comércio durante o período colonial, o que resultou na influência de diversas culturas, incluindo a portuguesa, africana e indígena. Essa diversidade cultural se reflete na música, na culinária e nas tradições locais. Como podemos ver em suas festas populares, com suas particularidades únicas, como o Bumba-Meu-Boi, manifestação essa que também foi declarada como Patrimônio da Humanidade no ano de 2019, ressaltando sua importância para a identidade cultural de São Luís e do estado (IPHAN, 2019).

Portanto, o reconhecimento da UNESCO foi motivado pelo esforço contínuo de São Luís em preservar sua herança cultural e arquitetônica. As autoridades locais têm implementado políticas de conservação e restauração para manter o centro histórico da cidade, que é tombado nas esferas estaduais e federais, pelo órgão IPHAN, desde o ano de 1974 (Processo nº 454-T-57; inscrição nº 64 do Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico).

São Luís desempenhou um papel significativo na história do Brasil, especialmente durante o período colonial. A cidade foi fundada pelos franceses no século XVII e posteriormente tomada pelos portugueses. Sua história está ligada à expansão colonial e ao comércio de açúcar e escravos. O título de Patrimônio da Humanidade da UNESCO não apenas reconhece a importância histórica e cultural de São Luís, mas também ajuda a promover o turismo sustentável e o desenvolvimento econômico da região, incentivando a preservação de seu valioso patrimônio (IPHAN, 2006, p. 16).

## **2.2. Fundação e desenvolvimento da cidade de Caxias – MA**

Retomando as descrições presente na introdução desse capítulo, a região que hoje diz respeito a cidade de Caxias, foi ocupada inicialmente por aldeias de índios Tapuias, Gamelas e Guanarés. Após a perseguição dos portugueses, as aldeias mudaram-se para os pontos mais altos da região o que daria origem à denominação da cidade como Caxias das Aldeias Altas

(COUTINHO, 2005). Em 1811, o pequeno povoado foi elevado à categoria de vila com a denominação de Caxias das Aldeias Altas, e em 1836 à condição de cidade e sede do município com a denominação de Caxias pela Lei Provincial n.º 24, de 05-07-1836. O seu principal título: A Princesa do Sertão.

No livro “*Enciclopédia dos municípios brasileiros*” (FERREIRA, 1959), no volume 15 dedicado ao estado do Piauí e Maranhão, podemos ver alguns relatos sobre a cidade de Caxias, que no início do século XVIII se situava às margens do rio Itapecuru, com características ribeirinhas e seus pontos altos, com a presença de várias aldeias indígenas. Vejamos abaixo:

O local em que hoje se acha situada esta bela e florescente cidade foi, primitivamente, um agregado de aldeias dos índios timbiras e gamelas, os quais, perseguidos pelos portugueses, que procuravam reduzi-los à escravidão e vendê-los em São Luís, recolhiam-se às montanhas e florestas, abandonando as suas primeiras habitações. Ocupadas pelos portugueses as aldeias abandonadas, estabeleceram-se nelas no século XVIII e edificaram uma igreja, a de Nossa Senhora da Conceição, dando à nova povoação o nome de "Aldeias Altas", naturalmente em contraposição às primeiras já estabelecidas no Baixo Itapecuru (FERREIRA, 1959, p. 121).

A partir daí os grupos sociais foram se formando e a sociedade caxiense foi sendo organizada de acordo com os interesses de cada grupo dos colonizadores e das irmandades que iam se estabelecendo na região. Essas irmandades tinham dinâmicas próprias que conduziam vários congregados, de forma segregadora, e parte de suas atividades foram responsáveis por dar “suporte para a estruturação dos grupos econômicos existentes em Caxias, auxiliando no processo de inserção desses indivíduos em suas respectivas irmandades” (MENDES, 2019, p. 15).

Durante o período colonial, a economia de Caxias baseava-se na agricultura de subsistência e na produção de bens primários, como algodão e cana-de-açúcar. Esses produtos foram referência para, posteriormente no século XIX, Caxias se tornar um importante polo produtor e se destacar no cenário econômico do Maranhão, auxiliando no desenvolvimento da cidade e região, além de gerar empregos e atrair trabalhadores de outras regiões do país. Coutinho (2005) afirma:

Foi, sem sombra de dúvida, a cultura algodoeira, de meados do século XVIII até a década de 1950 o principal fator do desenvolvimento econômico caxiense, e isso ficou demonstrado no relatório de d. Fernando Antônio de Noronha à rainha d. Maria I (1798), como em citações contidas em Spix e Martius, além de outras referências encontradas na bibliografia sobre a economia da vila, depois cidade de Caxias (COUTINHO, 2005, p. 291).

Desse modo, Caxias estava inserida no contexto econômico maranhense do século XIX, que “é caracterizada por ter sido baseada na agro exportação, notadamente com os ciclos do algodão, arroz e açúcar sustentados pela mão de obra escrava”. (MENDES, p. 14, 2019). O ciclo do algodão começou no século XVII, quando o algodão foi introduzido no Brasil pelos

portugueses. O clima e o solo favoráveis do Maranhão proporcionaram condições ideais para o cultivo dessa fibra.

Durante o auge do ciclo do algodão, entre os séculos XVIII e XIX, o Brasil, incluindo o estado do Maranhão, se tornou um dos principais fornecedores de algodão para a indústria têxtil europeia. Vejamos:

O Brasil, tanto quanto os Estados Unidos, tornou-se grande produtor de algodão, no decorrer do século XIX, dada a crescente demanda de matéria-prima da indústria têxtil europeia. Entretanto, a Guerra Civil Americana (Guerra de Secessão nos Estados Unidos, em abril de 1861) produziu a queda das exportações dos Estados Unidos, o 19 que favoreceu o crescimento da produção algodoeira de outras regiões nos diferentes continentes, como Brasil, Egito, Turquia e Índia (TEIXEIRA, 2003, p. 18 e 19).

A expansão dessas indústrias brasileiras possibilitou, no estado do Maranhão, o surgimento de vários empreendimentos no ramo industrial. Em decorrência disso, diversas indústrias têxteis se instalaram na região de Caxias, como a Companhia Industrial Caxiense (1883), Companhia União Caxiense (1889), Fábrica de Tecidos Sanharó (1891) e a Fábrica Manufatora Caxiense (1893). As indústrias têxteis produziam tecidos para a confecção de roupas e para o uso doméstico, como lençóis, toalhas e cortinas.

Figura 3 - Companhia Industrial Caxiense, bairro Ponte, Caxias – MA



Fonte: SECMA, Álbum do Maranhão (1923)

Com o tempo, a indústria têxtil em Caxias enfrentou diversos desafios, como a concorrência de produtos importados, além do ciclo do algodão que “estava em franco declínio na província e a falta de matéria-prima começou a se agravar, produzindo mais efeitos negativos no funcionamento das indústrias têxteis de Caxias” (TEIXEIRA, 2003, p. 120).

Figura 4- Fábrica Manufatora Caxiense, bairro Centro, Caxias – MA



Fonte: SECMA, Maranhão (1908)

A partir dessa crise na região e no setor do país, muitas empresas têxteis fecharam suas portas, gerando desemprego e afetando a economia da região. Vários fatores contribuíram para esse declínio, incluindo a concorrência de outras regiões produtoras de algodão, como o Nordeste brasileiro e os Estados Unidos.

Mediante a situação econômica dos grupos industriais, muitas dessas construções foram abandonadas e ficaram em desuso, passando muitos anos pra serem ocupadas novamente com outras funções, como foi o caso do prédio da extinta União Caxiense, antiga fábrica têxtil, e que foi o primeiro prédio tombado isoladamente no município de Caxias, pelo Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão (Dphap/MA), sob o Decreto nº 7.660, de 23 de junho de 1980, e inscrito no Livro de Tombo em 15 de outubro de 1980 (IBGE), que posteriormente foi ocupado e denominado como “Centro de Cultura” da cidade, passando a abrigar algumas dependências da prefeitura municipal, como secretarias e órgãos públicos. Vejamos abaixo:

A ideia de preservação e tombamento em Caxias não teve início com o tombamento do Centro Histórico em 1990, mas, sim, em 1980, quando foi tombado o antigo prédio da Fábrica Têxtil União Caxiense, que estava abandonado desde a década de 1960, com o fim das suas atividades. O prédio voltou a fazer parte do município em 1977, quando passou a ser chamado de Centro de Cultura José Sarney, em 1980, mesmo ano em que foi tombado (em junho) pelo Decreto Estadual nº 7.660, e inscrito no Livro do Tombo em 30 de agosto de 1980. Dessa forma, o Centro de Cultura José Sarney foi o primeiro imóvel tombado na cidade de Caxias, tendo uma grande representação no processo de tombamento do Centro Histórico que ocorria dez anos depois” (JUNIOR; SOUZA, 2019, p. 426).

Após o tombamento do prédio da fábrica de tecidos União Caxiense, as ideias preservacionistas no município começaram a ser discutidas, mas ainda de maneira tímida. Só após o movimento de intelectuais e pesquisadores da cidade, preocupados com o acervo arquitetônico da época, que começaram os diálogos acerca do tombamento do que viria ser o Centro Histórico da cidade.

Diante dessa movimentação, visitas de técnicos do DPHAP – MA começaram a ser realizadas na cidade, visando o início do processo de tombamento. No livro de tombamento da cidade, que reúne registros desse processo, podemos observar alguns ofícios enviados buscando ação concreta, e já no ano de 1989, chegou uma notificação para essa ação do tombamento ao município. Vejamos abaixo:

Notificação de tombamento. São Luís, 24 de julho de 1989. Em cumprimento no que dispõe o Decreto Lei Federal nº 25 ao 30 de novembro de 1937 em cujo artigo 6º a 10º como também a Lei Estadual nº 3999 de 5 de dezembro de 1978 em novo artigo 5º o § 4º, comunicamos a V.Sr. que o conjunto do Acervo Histórico Arquitetônico e Paisagístico de Caxias, encontra-se em processo de tombamento, podendo V.Sr., no prazo de 30 (trinta) dias, a partir desta data, assumir por ocorrido a pronta notificação (DPHAP, 1990).

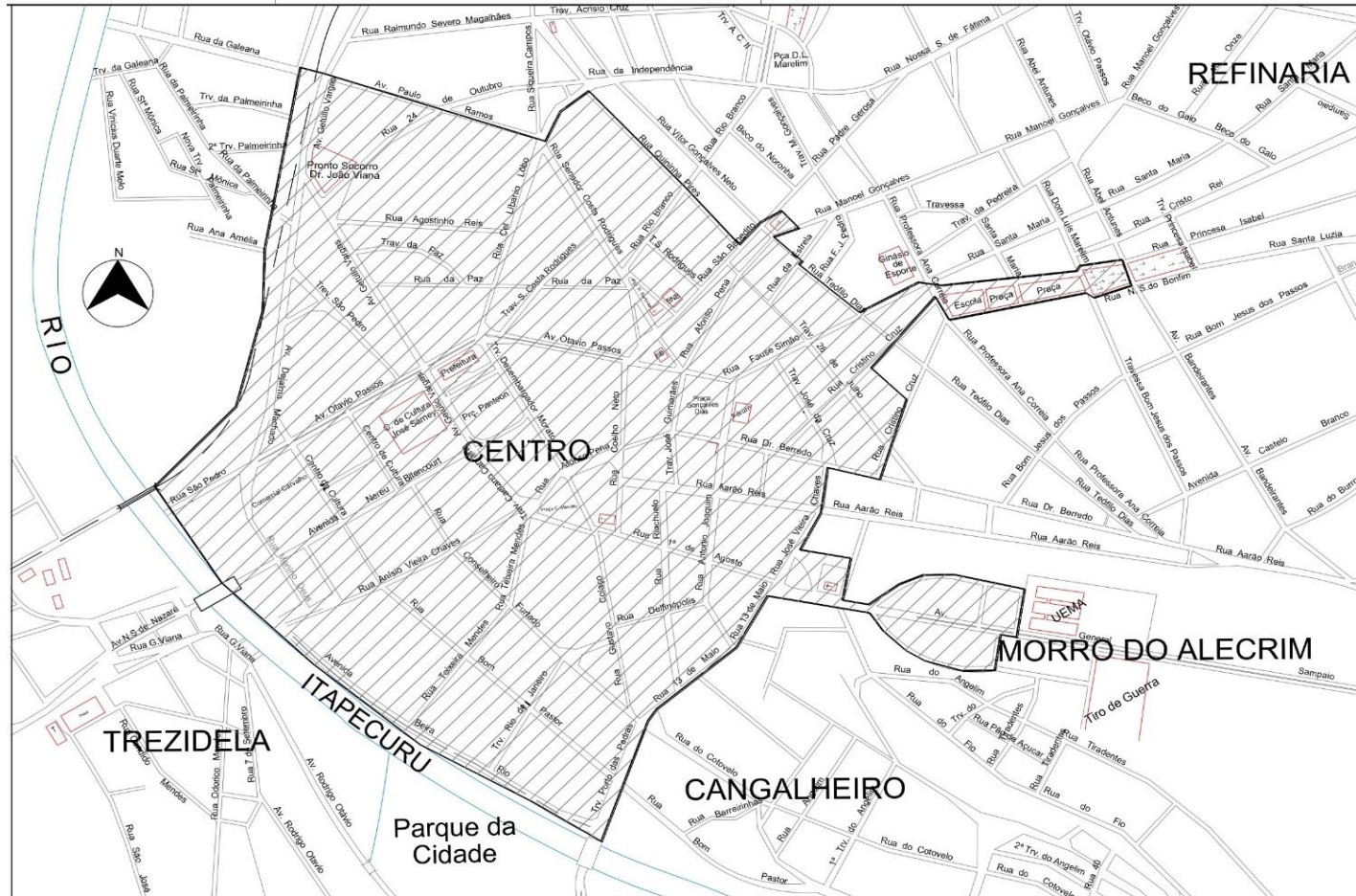
Após essas iniciativas, o tombamento que foi nomeado como “Centro Histórico e Área Paisagística de Caxias” foi realizado nas esferas municipais e estaduais, pelo Decreto Estadual nº 11.681, de 29 de novembro de 1990. Os limites da área do Centro Histórico estabelecidos pelos responsáveis e que constam nos documentos foram os seguintes:

- 1 - Centro Histórico: Inicia-se na interseção do Rio Itapecuru com a Rua Porto das Pedras, seguindo por esta e incluindo o casario do lado direito até encontrar a Rua Conselheiro Furtado. Dobra-se à direita e, incluindo o casario do lado direito, segue-se pelas Ruas do Cotovelo e 13 de maio, alcançando a Praça Magalhães de Almeida. Incluindo o casario do lado direito da Praça, sobe o Morro do Alecrim, contornando as ruínas do Forte e o Monumento ao Duque de Caxias. Neste ponto, desce a encosta à esquerda do morro até o cruzamento das Ruas Aarão Reis e Bom Jesus dos Passos, seguindo por esta até a Rua Dr. Berrêdo onde dobra-se à esquerda e, incluindo o casario do lado direito, segue-se até à esquina da Rua dos Grades. Dobra-se à direita, seguindo pela Rua dos Frades até seu cruzamento com a Praça do Cemitério dos Remédios, subindo por esta e incluindo seu casario do lado direito, contornando o Cemitério dos Remédios descendo pela mesma Praça do Cemitério dos Remédios até a Praça São Sebastião. Dobra-se à direita e, incluindo o casario do lado direito, segue-se pela Rua da Tangerina, cruzando a Rua Nossa Senhora de Fátima, contornando a Praça Dom Marelím e o Cemitério São Benedito. Retornando pela Av. Santos Dumont até a Rua da Independência onde dobra à direita e, incluindo o casario do lado direito, segue-se até a esquina da Rua Siqueira Campos onde dobra-se à direita e segue-se até contornar a Capela de São Francisco e a Praça que lhe fica em frente. Retorna-se pela mesma Rua Siqueira Campos até a Rua Libânio Lobo, seguindo-se por esta até a esquina da Rua Agostinho Reis onde dobra-se à direita, continuando por esta e cruzando a Av. Getúlio Vargas, contornando o Mercado Central até a linha da Estrada de Ferro, acompanhando-a até encontrar o Rio Itapecuru.
- 2 - Morro Santo Antonio: Compreende a Capela Santo Antonio no bairro Ponte, edificada no topo do Morro do mesmo nome, as encostas e escadaria existentes que dão acesso ao templo.
- 3 - Fábrica Francastro: Compreende a edificação original sede da Fábrica do mesmo nome, localizada no Bairro Ponte.
- 4 - Balneário Hidromineral: Área paisagística composta por fonte de água mineral sulfurosa, lago que contém lama negra com propriedades medicinais e extensa reserva florestal, totalizando 40 hectares (Decreto de Tombamento Nº 11.681/90).

Na figura 5 podemos ver o mapa dos limites estabelecidos para o Centro Histórico, no tombamento na década de 1990, construído para essa pesquisa pelo arquiteto Eziquio Barros Neto (2024) e que através de sua visualização podemos observar melhor.



Figura 5 - Mapa dos limites de tombamento do Centro Histórico de Caxias – MA



Legenda:



Área do centro histórico

Fonte: Eziqiu Barros (2024)



Após o tombamento, outras ações de intervenção foram realizadas no município, a fim de destacar o potencial arqueológico da cidade. Como exemplo, as escavações realizadas no complexo do Morro da Balaiada, conhecido assim por abrigar as ruínas do Quartel da Guerra da Balaiada, movimento popular que ocorreu entre os anos de 1838 a 1841.

A Guerra da Balaiada teve início como uma revolta de vaqueiros, lavradores, escravizados, negros libertos e pequenos comerciantes contra as elites locais e o sistema político da época. Os balaios, como ficaram conhecidos os revoltosos, exigiam melhores condições de vida e o fim dos maus tratos e injustiças. A Guerra da Balaiada teve grande repercussão, pois foi um dos principais focos da rebelião. A cidade de Caxias foi tomada pelos balaios em 1838, quando eles conseguiram expulsar as forças imperiais e assumir o controle da região (COUTINHO, 2005, p. 158-179).

Durante esse período, os balaios implantaram um governo próprio, liderado por Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, conhecido como Balaio, e estabeleceram leis e normas próprias. No entanto, a resistência dos balaios foi combatida pelas forças imperiais, que foram mobilizadas para retomar o controle da região. Em 1841, as tropas imperiais conseguiram reconquistar Caxias, encerrando a Guerra da Balaiada na cidade e em todo o Maranhão (COUTINHO, 2005, p. 158-179).

A repressão aos revoltosos foi violenta e resultou na morte de muitos líderes balaios, incluindo Balaio. Hoje, a Guerra da Balaiada é considerada um importante marco histórico do Maranhão e região, sendo lembrada como um momento de luta pela liberdade e justiça social, mas em suas primeiras narrativas, tinha um discurso marcado pelas elites, no qual descrevia a Guerra como uma revolta de bandidos ou criminosos.

Mateus (2018), em sua pesquisa “*A BALAIADA NA SALA DE AULA: ensino de História do Maranhão Imperial e a produção do paradidático - A Guerra da Balaiada*”, elenca alguns autores que contribuíram para essa narrativa, como MAGALHÃES (1858) e AMARAL (1898), e expõe seu ponto enxergando a Balaiada como um dos principais movimentos sociais do Brasil imperial, caracterizado por sua origem popular e multifacetada.

O autor questiona as narrativas tradicionais que descrevem os balaios como desordeiros ou criminosos, frequentemente utilizadas pelas elites e historiadores conservadores para deslegitimar a causa do movimento. Ele propõe, em vez disso, uma leitura que reconhece a Balaiada como uma luta legítima por direitos, justiça e melhores condições de vida, pois em sua interpretação, a revolta é uma resposta das camadas mais vulneráveis da sociedade às condições de exclusão social, econômica e política impostas pelas elites regionais e pelo governo central.

Mateus (2018) destaca que o movimento reuniu diferentes grupos sociais, que compartilhavam um sentimento comum de insatisfação. Essa composição heterogênea reflete a amplitude das desigualdades e injustiças enfrentadas por essas comunidades. A análise aponta que a Balaiada surgiu em um contexto de crise econômica, agravada pela concentração de terras e poder nas mãos das elites, além da repressão violenta contra as classes trabalhadoras. O aumento da exploração sobre os trabalhadores rurais e o autoritarismo político foram catalisadores para a eclosão da revolta.

A Balaiada é interpretada como um movimento de resistência que se insere em uma tradição mais ampla de lutas populares no Brasil, conectada ao desejo de autonomia e à rejeição da opressão. Os balaios buscaram não apenas mudanças econômicas, mas também reconhecimento político e social. Embora derrotada militarmente, a Balaiada deixou um impacto duradouro na história social do Maranhão. O movimento revelou as tensões sociais latentes no Brasil imperial e contribuiu para abrir o debate sobre a participação popular na política e sobre as condições de vida das classes subalternas.

A pesquisa de Mateus (2018) é um exemplo de reflexão sobre como a Balaiada foi gradualmente ressignificada, passando de um episódio de desordem para um símbolo de resistência e de luta por direitos das camadas populares. Essa abordagem valoriza o papel dos sujeitos históricos marginalizados e contribui para a compreensão mais ampla das lutas sociais no Brasil imperial.

Mediante esse fato, retomamos o ponto sobre as ações de intervenção no Centro Histórico de Caxias, onde foram realizadas as devidas escavações nas ruínas do antigo quartel da Balaiada, a fim de preservar as memórias desse acontecimento histórico. A escavação foi coordenada pelo arqueólogo maranhense Deusdedit Carneiro Filho, no ano de 1997 (SOUZA, 2016, p. 68).

Em agosto tiveram início a pesquisa, a qual foi coordenada pelo arqueólogo Deusdedit Carneiro Filho, com apoio de acadêmicos do Curso de História do Centro de Estudos Superiores de Caxias, utilizou um processo de escavação sistemática na área do morro do Alecrim, em Caxias, onde foram encontrados principalmente artefatos bélicos: projéteis, pederneiras, as Ruínas foram restauradas com o acompanhamento técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (SOUZA, 2016, p. 68).

Os objetos encontrados na escavação, podem ser observados no Memorial da Balaiada, fundado no ano de 2004 pelo município. Sua construção foi impulsionada principalmente por essas intervenções que visavam a preservação do local. Foi o primeiro museu da cidade a ser

erguido e reúne uma parcela da história da cidade e as memórias da Guerra da Balaiada, mantendo essas narrativas, além de reunir um acervo documental dos séculos XIX e XX<sup>5</sup>.

Os lugares mencionados neste tópico, atualmente abrigam os vestígios da história do passado da cidade de Caxias. Dentre tantos acontecimentos, a cidade foi se transformando e tomando espaço entre os moradores que ali ocuparam o lugar, e que moldaram o estilo da cidade através de suas vivências.

---

<sup>5</sup> Essas informações podem ser encontradas no “Memorial Virtual”, site do museu e que contém várias informações sobre o seu acervo, projetos e horários de funcionamento. Disponível em: <<https://www.memorialvirtual.com/museu.html>> - Acesso em: 20/07/2024.

### **3 ARQUEOLOGIA HISTÓRICA E ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA COMO FERRAMENTAS DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL**

#### **3.1 Arqueologia Histórica e Arqueologia da Arquitetura**

A arqueologia desempenha um papel crucial na salvaguarda de bens culturais que são considerados importantes ao ponto de serem preservados, e que se enquadram na categoria de patrimônio cultural. Nesse sentido, “no âmbito da conservação, a Arquitetura e a Arqueologia possuem o mesmo objeto de interesse, o bem cultural” (CAMPELLO, 2021, p. 71).

No campo da Arqueologia temos dois subcampos que trabalham com a preservação e conservação desses bens, a Arqueologia Histórica e a Arqueologia da Arquitetura, no qual uma está interligada a outra. A interdisciplinaridade entre essas duas áreas da Arqueologia representa uma convergência de metodologias e enfoques que enriquece a compreensão dos contextos passados.

Enquanto a Arqueologia Histórica se dedica ao estudo das sociedades humanas através de vestígios materiais e registros escritos, abrangendo desde a Idade Média até períodos mais recentes, a Arqueologia da Arquitetura foca na investigação das estruturas construídas, desde habitações modestas até monumentos grandiosos. Essa união permite uma análise mais ampla das culturas e das transformações espaciais e sociais ao longo do tempo.

Para muitas pessoas, porém, a arqueologia é mais um método histórico do que uma disciplina; é um método que se baseia na análise de vestígios materiais do passado. Tradicionalmente, a arqueologia tem estado intimamente ligada à pré-história, onde desempenha um papel crucial, e ao estudo das civilizações antigas. No entanto, a arqueologia, tal como é entendida atualmente, é uma disciplina mais ampla do que costumava ser. Agora se refere a civilizações recentes, bem como a civilizações remotas (VIÑAS, 2005, p. 33).

Em meio a tantas divisões presentes na ciência arqueológica, a Arqueologia Histórica na América desenvolveu-se inicialmente focando no estudo de estruturas e artefatos associados à classe dominante. Exemplos disso incluem monumentos e locais de grande importância que ajudam a construir e validar as grandes narrativas históricas. Em outras palavras, a Arqueologia Histórica começou por investigar os vestígios materiais das elites e os lugares que são considerados significativos para entender a história em um contexto mais amplo e oficial (GHENO; MACHADO, 2013, p. 173).

Tratando inicialmente da cultura material dos grupos europeus na América, este ramo da arqueologia expandiu-se com o passar dos anos, englobando o estudo dos diferentes grupos humanos do continente americano a partir do período moderno. Eis que surge a importância da Arqueologia Histórica: o estudo de práticas sociais e grupos humanos excluídos das narrativas históricas dominantes, pelo viés da cultura material (GHENO; MACHADO, 2013, p. 173).

Vale ressaltar que por essência, por mais deficitária que seja a preservação/conservação das edificações históricas, as cidades tendem a preservar edificações “monumentos”, diretas ou indiretamente associadas à elite dominante. Os centros históricos se configuram como um perímetro central da urbe, que comumente era ocupado por quem detinha certo destaque nas sociedades do passado. Pequenas casas com pouco emprego colocado em suas construções acabam sendo apagadas da história em velocidade ainda maior do que edificações relacionada à elite das cidades, restante por vezes ruínas a serem objeto de estudo da Arqueologia.

A Arqueologia Histórica, com sua ênfase em artefatos, documentos e contextos estratigráficos, proporciona uma base robusta para a interpretação das dinâmicas sociais, econômicas e culturais de períodos históricos. A preservação e valorização desses achados têm um impacto significativo na identidade cultural e no reconhecimento de grupos historicamente marginalizados.

Por meio dessas investigações, à medida que a arqueologia define o que deve ser preservado ou não, ela auxilia na compreensão do que deve ser encaixado na categoria de Patrimônio Cultural de um lugar. Salvador Muñoz Viñas (2005) em seu livro “*Contemporary Theory of Conservation*”, traça as definições em torno do termo de Patrimônio Cultural. Vejamos:

O adjetivo “cultural” acrescenta uma nuance que reduz o alcance do substantivo “patrimônio”, ou deveria fazê-lo. “Cultura” e o seu derivado, “cultural”, têm pelo menos dois significados que podem ser aplicados neste contexto: num sentido estrito, “cultura” pode referir-se ao conhecimento e aos gostos de pessoas cultas; neste sentido, “cultura” pode ser identificada com o “hi-cult” de Eco ou com a “cultura circunscrita” de Bueno (VIÑAS, 2005, p. 38).

Anteriormente, o termo "cultura" estava frequentemente associado a pessoas inseridas em um meio social mais elevado, ou seja, à elite. Essa visão restritiva da cultura limitava o reconhecimento e a valorização das manifestações culturais das classes populares. A "alta cultura" era identificada com formas de expressão como a literatura erudita, as artes plásticas clássicas, a música de concerto e outras práticas que exigiam certo nível de educação formal e recursos financeiros para serem apreciadas e produzidas.

Com o desenvolvimento das ciências sociais e humanas, a compreensão do conceito de cultura começou a se expandir. Por meio desses estudos, pesquisadores contribuíram para uma visão mais inclusiva, definindo “cultura” como a soma das crenças, valores, conhecimentos e usos de um grupo social (VIÑAS, 2005, p. 39).

Esse sentido, que pode ser chamado de 'antropológico', inclui todas as manifestações de vida cotidiana em qualquer grupo social. Num sentido antropológico, cultura não implica qualquer juízo de valor. Não existem tais coisas como culturas boas, más, altas, baixas, nobres ou ignóbeis; em vez de, tudo se qualifica como “cultural” se dá

uma pista ao observador sobre o que as crenças e conhecimentos que governam o comportamento social de um grupo são (VIÑAS, 2005, p. 39).

A expansão do conceito de cultura teve importantes implicações para o campo da arqueologia, incluindo a Arqueologia Histórica. Ao considerar a cultura material de todos os grupos sociais, os arqueólogos podem revelar as histórias e experiências de pessoas que antes eram ignoradas ou subestimadas. Isso levou a uma valorização maior das práticas culturais cotidianas e à compreensão de que a cultura é dinâmica e diversa, abrangendo tanto as manifestações da elite quanto as das classes populares.

Ao trazer suas histórias para o centro do debate público e acadêmico, a Arqueologia Histórica ajuda a promover uma visão mais equilibrada e justa do passado. Através da análise de fragmentos de cerâmica, ferramentas, vestígios alimentares, vestuário e outros artefatos encontrados em escavações, é possível reconstruir modos de vida, hábitos, economias domésticas e relações sociais desses grupos.

Nesse sentido, as edificações, como objetos de estudo da arquitetura, oferecem uma vasta e rica fonte de conhecimento sobre as práticas culturais, sociais, econômicas e tecnológicas de diversas épocas e sociedades. A análise arquitetônica das construções não se limita à estética ou à funcionalidade dos edifícios, mas envolve uma compreensão profunda de como e por que esses espaços foram concebidos e construídos, além de como eles foram utilizados e modificados ao longo do tempo (CARRÉRA; SURYA, 2012, p. 26).

A Arqueologia da arquitetura, como subcampo da Arqueologia, abrange o estudo das técnicas construtivas, dos materiais utilizados, dos estilos arquitetônicos e das funcionalidades dos edifícios. Essa análise inclui o exame dos materiais escolhidos, que podem revelar muito sobre os recursos disponíveis e as tecnologias dominantes na época da construção. Vejamos seu conceito do ponto de vista de alguns pesquisadores:

Poderemos definir a Arqueologia da Arquitetura como a disciplina através da qual se elabora a história de um edifício, analisando a construção de um ponto de vista arqueológico, sob a premissa de que o próprio edifício fará parte da cultura material da comunidade que nele interviu. O edifício, ou conjunto edificado, passará então a ser observado de uma forma mais crítica e mais abrangente, analisando-se não só estilística e arquitetonicamente, mas também estratigraficamente, de forma a registrar e analisar todos os momentos da sua existência (MAÑANA BORRAZÁS, et alii, 2002, RAMALHO, 2002, MANNONI e BOATO, 2002 apud SANTOS, 2015, p. 61).

Ao analisar uma edificação, os arquitetos e historiadores da arquitetura investigam os métodos de construção empregados, desde as fundações até os acabamentos. Além disso, as edificações refletem os valores e as necessidades das sociedades que as construíram. A disposição dos espaços internos, a ornamentação, a monumentalidade ou a simplicidade das

estruturas revelam muito sobre a organização social, as hierarquias de poder e as práticas culturais.

Edifícios religiosos, como templos, igrejas e mesquitas, por exemplo, não apenas servem como locais de culto, mas também como símbolos de fé e poder. Suas arquiteturas complexas e ricamente decoradas muitas vezes expressam a espiritualidade e a identidade cultural das comunidades que os ergueram. Além desses exemplos, casas, fortes, fazendas, “igualmente apresentam-se como potencialmente importantes para o conhecimento de suas épocas e o comportamento de seus ocupantes” (CARRÉRA; SURYA, 2012, p. 27).

Os edifícios residenciais, por exemplo, oferecem compreensões sobre a vida cotidiana das pessoas comuns. A organização espacial das casas, os materiais utilizados e as técnicas de construção podem revelar informações sobre a estrutura familiar, as práticas domésticas e as condições de vida. Casas modestas podem demonstrar técnicas particulares de construção e uso eficiente dos recursos locais, enquanto residências mais abastadas refletem status social e econômico. Abaixo vejamos a afirmação dessas informações:

A planta de uma casa, por exemplo, pode sugerir questões importantes sobre o comportamento de uma família: os acessos - portas e corredores - indicam áreas mais ou menos valorizadas das casas, a localização dos cômodos pode ser indicador do status de cada membro da família, os materiais construtivos: tijolos, telhas, pedras têm conotação econômico-social; revestimentos revelam modismos, o conteúdo estético de fachadas e jardins. Louças, vidros, objetos de ferro, osso, enfim, tudo pode ser indicativo de padrões de comportamento. Esse pequeno universo familiar, sendo representativo de uma sociedade, permite reflexões mais amplas (CARRÉRA; SURYA, 2012, p. 27).

A preservação e o estudo das edificações antigas, ou as consideradas históricas, também são cruciais para a conservação do patrimônio cultural. Através da análise arquitetônica, é possível compreender melhor a história e a evolução de uma sociedade, garantindo que o conhecimento sobre essas culturas seja transmitido para as gerações futuras. Além disso, a preservação das construções históricas permite que elas continuem a servir como testemunhos vivos do passado, oferecendo uma conexão tangível com a história.

Portanto, a Arqueologia da Arquitetura oferece ferramentas para a leitura das edificações como textos materiais que revelam técnicas construtivas, estilos arquitetônicos e usos funcionais dos espaços. Juntas, essas disciplinas promovem uma abordagem integrada que considera tanto os artefatos móveis quanto os imóveis, pois ao “elaborarmos um projeto de arqueologia dentro de um projeto de restauração/conservação consideramos como objetivo buscar produzir dados que deixem claro que uma edificação é um artefato” (CARRÉRA; SURYA, 2012, p. 27).

Essa interdisciplinaridade é particularmente valiosa em estudos de assentamentos urbanos e rurais, onde a análise dos edifícios pode ser complementada pela investigação de artefatos associados, registros escritos e outros vestígios materiais. Por exemplo, a reconstrução de uma casa colonial pode se beneficiar da análise dos materiais de construção, das técnicas arquitetônicas e dos documentos históricos que registram a vida dos habitantes. Dessa forma, é possível não apenas entender a estrutura física da construção, mas também suas implicações sociais, econômicas e culturais.

Além disso, a colaboração entre essas disciplinas permite abordar questões complexas relacionadas à preservação e conservação do patrimônio cultural. Ao unir o conhecimento das práticas construtivas antigas com a documentação histórica, é possível desenvolver estratégias mais eficazes para a restauração e conservação de edifícios históricos, assegurando que eles sejam preservados para as futuras gerações.

### **3.2 A Arqueologia ligada diretamente a conservação do bem (preservação e restauração)**

A estreita relação entre a arqueologia e a conservação é essencial para garantir que os edifícios históricos sejam conservados de maneira que respeite e mantenha sua integridade cultural e material. O primeiro passo na preservação de qualquer bem arquitetônico envolve a identificação e documentação precisa. A arqueologia oferece métodos rigorosos para registrar características arquitetônicas, materiais de construção e técnicas construtivas.

No campo da conservação, dois termos são comumente utilizados para se referir a defesa do bem cultural: A preservação e a restauração. Salvador Muñoz Viñas (2005) traça em seu livro (já mencionado anteriormente) um capítulo inteiro discutindo esses dois conceitos. O primeiro deles “preservação”, significa “manter algo como está, sem alterá-lo de forma alguma: mantendo a sua forma, estatuto, propriedade, uso, etc” (VIÑAS, 2005, p. 15).

Se tratando da “restauração”, o autor destaca que é um termo bastante utilizado e aceito no campo da conservação do patrimônio cultural. Em termos gerais, “restaurar algo significa devolvê-lo ao estado anterior” (VIÑAS, 2005, p. 16 e 17). Quando falamos sobre devolver ao estado anterior, é tentar aproximar ao máximo as características do objeto original, visto que muitas vezes no tempo presente, não possuímos as ferramentas que eram utilizadas no ato da construção de tal objeto.

Mesmo que se argumente que o primeiro objetivo destas operações é manter o objeto como ele é, qualquer conservador consciente sabe que elas não deixam o objeto como ele é, mas na verdade melhoram algumas de suas características, restaurando-as a um estado de conservação, estado mais próximo do original (VIÑAS, 2005, p. 20).



A conservação de um bem é algo que requer muita atenção e cuidado, como trás Viñas (2005) em seu livro, uma frase de Bonsanti (1997): “se uma cadeira quebrar, ela será consertada. Se a cadeira foi feita por Brustolon<sup>6</sup>, ela será conservada (BONSANTI, 1997 apud VIÑAS, 2005, p. 28). Nessa reflexão podemos observar formas diferentes de olhar para um objeto, e que ao longo do tempo essas noções variaram de acordo com a sua importância para a ciência arqueológica e o campo do Patrimônio Cultural.

[...] a ascensão da ciência como método preferido para descobrir e estabelecer verdades levou à valorização dos objetos arqueológicos como evidência para as ciências históricas; como tal, esses objetos deveriam ser preservados de forma que não escondessem ou deformassem as informações que cada um deles transmitia. Esta forma de perceber os objetos como evidência logo permeou outros campos de conservação e permaneceu como um elemento chave desde então. A categoria de «objetos históricos», que é uma noção frequentemente utilizada para descrever objetos de conservação, reflete parcialmente essas visões (VIÑAS, 2005, p. 30).

A preservação bem-sucedida de bens arquitetônicos exige um conhecimento profundo dos materiais e técnicas originais de construção. A arqueologia contribui com análises laboratoriais que revelam a composição dos materiais utilizados, como argamassas, tijolos e pedras. Além disso, estudos sobre técnicas construtivas históricas, ajudam a preservar essas habilidades e conhecimentos, muitas vezes esquecidos ou substituídos por práticas modernas.

Portanto, para a criação do modelo evolutivo do edifício, a Arqueologia da Arquitetura utiliza vários instrumentos de análise, os quais fornecerão dados de naturezas diversas (SANTOS, 2015, p. 63). Utilizando ferramentas como levantamentos topográficos, fotografia digital e modelagem 3D, os arqueólogos podem criar registros detalhados que servem como base para qualquer esforço de conservação.

A análise estratigráfica e contextual é outra contribuição significativa da arqueologia para a preservação arquitetônica. Os arqueólogos utilizam essa técnica para entender a sequência de ocupação e uso de um edifício ao longo do tempo. Esta abordagem permite identificar diferentes fases construtivas e modificações, oferecendo insights sobre como os edifícios foram adaptados para atender às necessidades das sociedades em mudança. Vejamos:

A análise estratigráfica dos paramentos será uma análise e descrição de cada um dos elementos de uma construção vertical, atribuindo-lhes um número de unidade estratigráfica murária (UEM) e descrevendo-os numa ficha de unidade com descritores próprios. As UEM's poderão ser elementos arquitetônicos como portas, janelas, arcos, etc.; paramentos, com diferentes aparelhos construtivos; revestimentos; estruturas de condenação (emparedamentos); ou mesmo as interfaces (geralmente de destruição), que na Arqueologia da Arquitetura se revestem de grande importância,

---

<sup>6</sup> Andrea Brustolon foi um escultor italiano em madeira, típico da era barroca, onde empregou classicismo e emoção em suas esculturas em madeira, ganhando reputação por seu design de móveis e por esculturas devocionais e retábulos de talha. Disponível em: <https://www.italianartsociety.org/2017/07/on-july-20-1662-sculptor-andrea-brustolon-was-born-in-belluno/>

sendo estas as unidades que determinam os momentos de ação, enquanto os aparelhos e construções constituem momentos de inatividade (SANTOS, 2015, p. 64).

Essa compreensão é crucial para tomar decisões informadas sobre restauração e preservação, garantindo que intervenções modernas respeitem a história acumulada do bem. Todas as informações obtidas sobre o bem cultural devem ser “conjugados e analisados posteriormente em conjunto, cruzando-se os dados da sua análise” (SANTOS, 2015, p. 63).

Percepções arqueológicas como essas, são essenciais para o planejamento de projetos de conservação e restauração. Ao fornecer uma base constatável sobre o estado original e as alterações subsequentes de uma estrutura, a arqueologia guia as intervenções de restauração, ajudando a evitar danos inadvertidos e a assegurar que as técnicas e materiais utilizados sejam compatíveis com os originais. Isso é particularmente importante em edifícios com significância histórica ou cultural, onde a autenticidade é um valor crucial.

A arqueologia não apenas documenta os aspectos físicos dos edifícios, mas também interpreta seu significado histórico e cultural. Compreender o contexto em que um edifício foi construído, seu uso ao longo do tempo e seu papel na vida das pessoas ajuda a valorizar e preservar seu significado cultural. Esta abordagem holística assegura que a preservação não se limite à conservação material, mas também mantenha o valor simbólico e histórico dos edifícios.

Além disso, a arqueologia desempenha um papel educativo importante na preservação do patrimônio arquitetônico. Ao compartilhar descobertas e metodologias com o público e as comunidades locais, os arqueólogos promovem uma maior compreensão e apreciação do valor dos bens arquitetônicos. Esta sensibilização pode gerar apoio comunitário para esforços de preservação e incentivar práticas de conservação mais sustentáveis e respeitadas.

A ligação entre arqueologia e preservação do bem arquitetônico é inegável e indispensável. Por meio de métodos rigorosos de documentação, análise detalhada de materiais e técnicas construtivas, e uma compreensão profunda do contexto histórico e cultural, a arqueologia oferece as ferramentas necessárias para conservar e valorizar os edifícios históricos. Esta colaboração interdisciplinar com a Arqueologia da Arquitetura, assegura que os bens arquitetônicos não apenas sobrevivam, mas continuem a contar suas histórias e a enriquecer o patrimônio cultural das sociedades.

### **3.3 Arquitetura e Patrimônio em Caxias – MA: edificações que são vestígios de uma história**

A estética da arquitetura adotada na capital do estado do Maranhão, foi construída sob influência da arquitetura tradicional portuguesa, adaptada as características do clima tropical brasileiro. Silva Filho (2010, p.17) ressalta as características presentes nesses conjuntos arquitetônicos, que são “autônomos na unidade urbana, pesados paramentos de pedra azulejados, vazados de gradis de ferro e de leves caixilharias de madeira e vidro”, esses aspectos eram parte do contraste presente vivido entre as particularidades europeias e o tropicalismo brasileiro.

Transplantada do exotismo mourisco e entrelaçada de contingências autóctones, a casa maranhense expressa esse hibridismo de pedra do reino com madeira da terra, de espaço confinado com vãos iluminados, de cerimonial aristocrático com informalidade vernacular. Texturas do lioz lavrado, reflexos da faiança policromada, estruturas de madeira de lei e matizes da luz equatorial filtrada nas venezianas deram vida ao engenho lusitano e alma ao instinto nacional. A unidade embrionária, de DNA de além-mar, repetiu-se em Alcântara, Viana, Caxias. (SILVA FILHO, 2010, p. 18).

Como o autor ressalta, essas características serviram de modelo para muitas cidades do interior do estado, inclusive Caxias, a qual possui uma arquitetura com forma e estilo neoclássico, marcada pela presença de edifícios históricos, principalmente no Centro Histórico da cidade. Embora não seja tão conhecida como o acervo arquitetônico de São Luís, Caxias possui um rico patrimônio edificado que reflete a história e a cultura da região.

Anteriormente, já mencionamos a área tombada do que é denominado o Centro Histórico da cidade de Caxias, mas para uma melhor visualização, discorreremos aqui as características dessa localidade. Para isso, destacamos que o que os moradores da cidade chamam de Centro Histórico, é a parte conhecida como “centro da cidade”, onde se concentra grande parte das atividades comerciais da cidade, e onde a população costuma ir para resolver suas questões, ou seja, todas “as ruas levam ao centro, no qual existe um espaço de sociabilidade em todos os níveis, do comercial ao social, político e econômico, onde todos são atraídos para resolver seus compromissos” (SOUZA, 2016, p. 54).

Nesse centro, a arquitetura colonial portuguesa e as construções influenciadas pela mesma, estão presentes em diversos prédios históricos, como a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, a Igreja de São Benedito, a Catedral de Nossa Senhora dos Remédios e o Palácio episcopal. Assim como praças que levam os nomes de poetas da cidade e que divulgaram o nome da cidade em suas poesias nacionalmente, como as praças Gonçalves Dias e Vespasiano Ramos.

Casarões coloniais também estão presentes como características marcantes da arquitetura de Caxias. Muitos deles foram construídos no século XIX e início do século XX, durante o auge da produção de algodão na região. Esses casarões apresentam elementos como janelas e portas grandes, sacadas e varandas, além de detalhes em azulejos, madeira e ferro forjado.

Além dos prédios históricos, Caxias possui diversas casas populares que refletem a cultura local e que foram residências para muitos trabalhadores do período industrial de Caxias. Parte desse acervo arquitetônico foi construído de maneira desordenada, em decorrência da organização do período da época, o que era comum também no restante do Brasil se tratando dos primeiros colonos. Vejamos:

Ao ser elevada a cidade em 1836, Caxias já tinha consolidado o seu arruamento central. Uma malha reticulada, irregular, com ruas compridas, ligando as freguesias, onde se estabeleciam as residências. A atual rua Aarão Reis é um claro exemplo da falta de planejamento. Sem ligação direta a um determinado lugar, largura igual por toda sua extensão, o que a torna a maior rua da cidade. A então área rural, aos poucos, ia se adaptando à nova realidade urbana, assim como os antigos caminhos indígenas que serviram aos primeiros colonos (SOUSA; MENESES; VIANNA, 2015, p.71).

Portanto, a cidade foi se formando a partir dessas intervenções, e à medida que o discurso de progresso ia crescendo no Brasil, as autoridades buscavam diversas maneiras de se modernizarem, sem um planejamento estratégico, o que reflete até hoje nos centros urbanos do Brasil, e da cidade de Caxias em específico. Nos remete à Souza (2016):

O centro é desenhado e ordenado por várias ruas longas e estreitas, uma característica marcante de cidade colonizada, por outro lado, descaracterizadas pela ordem do progresso, as ruas foram calçadas de pedra no século XIX, pela mão de obra escrava, a exemplo das ruas 1º de Agosto, que liga a Igreja da Catedral à Igreja da Matriz, como também a rua Afonso pena, que faz ligação pelo lado esquerdo com a Praça Gonçalves Dias e pelo lado direito com a Igreja do Rosário dos Pretos, hoje existindo apenas as lembranças de quem passou pelo calçamento das mesmas (SOUZA, 2016, p. 54 e 55).

Buscando formas de organização e melhorias, as cidades começaram a produzir regras que ditavam como a população deveria se acomodar e como suas moradias deveriam ser estruturadas. Em Caxias, foi produzido um Código de Posturas, a partir de ideias que rodavam o resto do país também, adaptando para a realidade da região maranhense. Em resumo, o Código de Posturas é uma lei municipal que estabelece normas para a organização urbana e disciplina da cidade (SILVA, 2019, p. 01).

O projeto modernizador levado a cabo pelo Estado Nação que se formava incluiu a Constituição de 1824, o Código Criminal de 1830, o Código de Processo Penal de 1832 e os Códigos de Posturas Municipais, que foram implementados em várias cidades pelo Brasil, que começavam a se redefinirem com ares de urbanidade contando com a força coercitiva dessas normas (SILVA, 2019, p. 01).

A princípio, o código de posturas tinha o objetivo de manter a qualidade de vida e bem-estar da população, estabelecendo regras que visavam o bom funcionamento dos serviços públicos e o respeito ao meio ambiente. Esses códigos de posturas eram compostos por diversas normas e regulamentações que diz respeito a limpeza pública, ocupação do espaço público, construção civil, trânsito e proteção ao meio ambiente. O que nos remete ao “desenvolvimento da Medicina Social, mais especificamente da medicina urbana que se desenvolveu na França no final do século XVIII, quando se apresentou o problema da unificação do poder urbano” (SILVA, 2019, p. 02).

Embora esses códigos sejam destinados a promover o bem-estar e a ordem pública, eles também apresentavam várias problemáticas, principalmente por beneficiar uma parte da elite, tornando a aplicação desses códigos de posturas muitas vezes seletiva, criando na população tratamentos desiguais e levando a injustiças, segregando uma parcela da população que em decorrência disso se afastavam dos centros urbanos. Exemplos disso são os relatos por historiadores na capital maranhense, a partir do ano de 1840, onde houve a instituição desses códigos de posturas.

Em forma de manuais de civilização, a fim de expurgar as práticas e costumes bárbaros que reinavam na capital maranhense, os códigos de posturas evidenciavam a dificuldade das autoridades em educar os ludovicenses e, ao mesmo tempo, o confronto cotidiano entre as práticas costumeiras da população e as exigências da lei. A pretensão da elite ludovicense era de adaptar os pobres e escravos da cidade a uma nova conjuntura econômica e social, mesmo que para isso fosse necessário o uso coercitivo do poder do Estado evidente nas posturas que regulamentavam o comportamento social (SILVA, 2019, p. 05).

Algumas cidades impõem penalidades financeiras significativas por violações de seus códigos de posturas. Isso representa um fardo injusto para os cidadãos de baixa renda, criando uma carga desnecessária para os cidadãos que ali habitam. Exemplos disso estão no Código de Posturas de Caxias, do ano de 1893, nos artigos 2º e 3º do Capítulo 1, que trata “das infrações e das penas”:

Art. 2.º A infração será punida com pena de multa pecuniária, que não poderá exceder de 50.000 réis, além da reparação do dano causado, quando esta for possível; Art. 3.º A multa será convertida em prisão simples, a razão de 3.333 réis por dia, se o condenado não tiver meios para pagá-la, ou não quiser fazer dentro de oito dias, contados da intimação.

Isso faz com que os códigos de posturas se tornem obsoletos e inadequados para lidar com as mudanças na sociedade e na economia, criando lacunas regulatórias e levando a aplicação injusta de regras consideradas antiquadas. Essas regras por muito tempo foram toleradas e aceitas, “mas com a imposição de novos valores, foram sendo consideradas

desviantes do comportamento social que se pretendia civilizado e por isso, passaram a ser intoleráveis e passíveis de punição” (SILVA, 2019, p. 07).

Outro ponto diz respeito à restrição de liberdades individuais, a partir do momento que podemos observar nessas regras medidas restritivas, impedindo a população de realizar mudanças, por exemplo, em suas propriedades, gerando tensões entre o governo local e a população, como podemos ver no capítulo IV “das construções e reconstruções” no Art. 30:

Não é permitido no perímetro da cidade a construção de casas tapadas ou cobertas de palhas. As que já existirem, não poderão ser assim reconstruídas, sob pena de 30.000 réis de multa, sendo a obra demolida à custa do proprietário (Código de Posturas de Caxias, 1893).

Se tratando do código de posturas de Caxias, do ano de 1893, um dos mais antigos encontrados no Jornal “Commercio de Caxias”, encontramos alguns exemplos de como poderia ser a disposição das construções urbanas e do centro da cidade em geral. O documento se tornou uma ferramenta de referência para a época, de organização urbana e disciplina da cidade, onde buscava garantir a qualidade de vida e bem-estar da população, como já citamos anteriormente. Podemos ver na figura 6 alguns exemplos dessas normas encontrada nessa documentação:

Figura 6 – Parte do capítulo IV do Código de Posturas de Caxias, ano 1893

<p>gº.</p> <p style="text-align: center;">CAPITULO IV</p> <p style="text-align: center;"><i>Das construcções e reconstrucções.</i></p> <p>Art. 22. Ninguem poderá construir ou reconstruir no perimetro da cidade, sem previa licença do Intendente e de accordo com a planta approvada, sendo o alinhamento da obra assistido por pessoa encarregada pelo mesmo Intendente. Ao infractor a multa de 20.000 réis, sendo a obra demolida a sua custa, se não estiver de accordo com a planta.</p> <p>Art. 23. Junto á petição em que se requerer a licença, virá a planta do edificio e o desenho de sua fachada, devendo ter a altura sufficiente para tornal-o arejado e elegante, sob pena de perder o requerente a taxa da licença e ser-lhe esta recusada.</p> <p>Art. 24. Os predios serão construidos conforme o gosto e meios de seus proprietarios, com a frente para as ruas ou praças ou para jardins. Neste ultimo caso, será o terreno cercado de gradil de ferro, sob pena de multa de 30.000 réis, repetida sempre que se esgotar o novo praso concedido para construção do gradil.</p> <p>Art. 25. A frente das casas será de preferencia construida de modo que não tenha beirões que lancem aguas pluviales sobre os passeios, sendo estas conduzidas em encanamentos subterraneos para o leito das ruas.</p> <p>Art. 26. As casas que forem construidas de alvenaria de pedra ou tijolo, ficarão isentas do imposto de decima urbana por um anno, e pelo dobro desse tempo se satisfizerem as condições do artigo antecedente.</p>	<p>Art. 27. Durante a construção de predios, poderá o proprietario occupar com materiaes o passeio correspondente, cercando porem a obra, de modo a evitar que os transeuntes sejam offendidos pela queda de algum objecto, e conservando durante a noite uma luz que os advirta de estar o passeio occupado. Ao infractor a multa de 10.000 réis.</p> <p>Art. 28. Se a construção ou reconstrucção de uma obra estiver parada por mais de seis mezes, não poderá proseguir sem pagar o proprietario a taxa da nova licença, sob pena de multa igual ao dobro da taxa da mesma licença.</p> <p>Art. 29. A construção não poderá afastar-se da planta e desenho juntos á petição da licença, que ficarão archivados. Aos infractores a multa de 20.000 réis, sendo a obra demolida á custa do proprietario, se não estiver de accordo com a planta da cidade.</p> <p>Art. 30. Não é permittida no perimetro da cidade a construção de casas tapadas ou cobertas de palhas. As que já existirem, não poderão ser assim reconstruidas, sob pena de 30.000 réis de multa, sendo a obra demolida á custa do proprietario.</p> <p>Art. 31. Os canos, que forem necessarios para escoamento das aguas e saneamento dos terrenos em construção, serão cobertos e impermeaveis e conduzidos por baixo dos passeios para o leito das ruas, com as respectivas boccas gradeadas e em nivel superior ás sargetas do calçamento. Aos infractores, 30.000 réis de multa.</p>
--	--

Fonte: Biblioteca Benedito Leite – São Luís – MA, Jornal Commercio de Caxias (1893)

A partir das informações contidas nas páginas desse documento, observamos alguns materiais que eram utilizados na época para a construção de algumas residências, o qual já

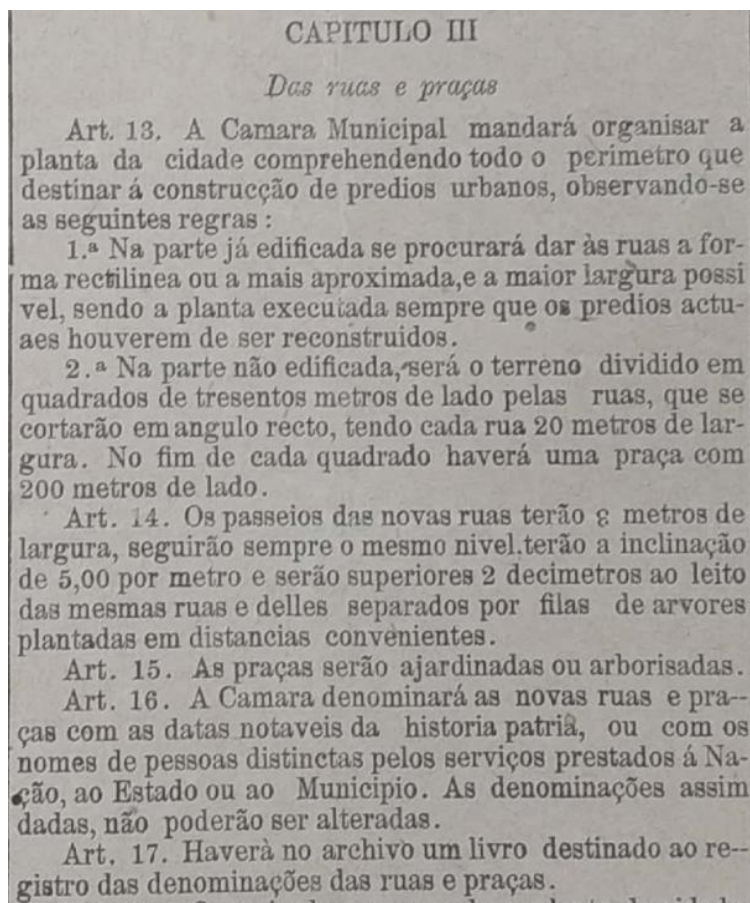
citamos anteriormente, tais características que estão presentes nos inventários realizados por órgãos competentes do estado, como o IPHAN do Maranhão. Elementos elencados como gradis de ferro, beiraes e alvenarias de pedra, fazem parte da arquitetura desenvolvida desde esse período, podendo destacar que a arquitetura de modo geral desempenha um papel fundamental na construção e no desenvolvimento das cidades (SILVA FILHO, 2010, p. 17 e 18).

Ela influencia diretamente a forma como os espaços urbanos são projetados, organizados e experimentados pelas pessoas. A arquitetura define a aparência visual das cidades, contribuindo para sua identidade e caráter distintos. Através do estilo arquitetônico, materiais de construção e elementos de design, as edificações criam uma atmosfera e um senso de lugar único em uma cidade. Como nos diz Silva Filho (2010):

Mas é no contexto paisagístico que esses componentes expressam uma acepção mais abrangente, além do elemento material. Casas, sobrados, igrejas e prédios públicos são como azulejos manufaturados de um tapete em que não se encontram duas peças iguais, mas todas se completam em um único desenho. Por outro lado, os liames dessa paisagem vão muito além dos agrupamentos tipológicos que embasaram as demarcações oficiais de proteção. São indefinidos no modo de ver, incompreensíveis no modo de sentir. De formas bem definidas, de atmosfera transcendental, é a essência artística de um tempo que comove nos matizes do arco solar; que impele à resistência das mutações descomedidas, pela necessidade da arte (SILVA, FILHO, 2010, p. 19).

Os edifícios e espaços arquitetônicos são projetados para atender a diferentes necessidades e funções. Eles podem abrigar residências, escritórios, espaços comerciais, instituições governamentais, instituições culturais, entre outros. A arquitetura determina a maneira como esses espaços são organizados e como as atividades ocorrem dentro deles. Vejamos outro exemplo dessas normas dispostas em parte do capítulo III do Código de Posturas, na figura 7, onde trata da organização espacial nas ruas e praças e da cidade.

Figura 7 - Capítulo III do Código de Posturas de Caxias, ano 1893



Fonte: Biblioteca Benedito Leite – São Luís – MA, Jornal Commercio de Caxias (1893)

Nestes artigos (figura 7) observamos alguns pontos que também diz respeito ao papel que a arquitetura pode desempenhar em um centro urbano, como por exemplo a Acessibilidade e Mobilidade urbana, onde os Edifícios e espaços públicos devem ser projetados de maneira inclusiva, garantindo que todas as pessoas, independentemente de suas habilidades físicas, possam acessá-los facilmente. Além disso, a arquitetura pode influenciar os sistemas de transporte e a conectividade entre diferentes partes da cidade.

Algumas dessas normas permaneceram, após algumas modificações, em posteriores regras adotadas pelo município ao longo de suas gestões. Como exemplo o atual Código de Posturas da cidade, que segue alguns padrões dos códigos de anos anteriores, mas com as devidas modificações seguindo a atualidade. No município de Caxias temos o atual Código de Posturas, do ano de 2016, instituído pelo prefeito Leonardo Barroso Coutinho, o qual podemos citar como exemplo o Artigo de nº 04:

Art. 4º. Incumbe à Administração Municipal, nos termos da legislação vigente, atendendo às peculiaridades locais, aos interesses da comunidade e diretrizes estaduais e federais, integrar e promover o ordenamento urbano; fiscalizar o uso dos



bens e dos espaços públicos, visando assegurar harmonicamente a proteção estética, paisagística e histórica da cidade, podendo adotar, através de decretos e normas suplementares as seguintes medidas:

I - Regulamentar as formas de exposição e veiculação de publicidade em áreas privadas e públicas, preservando a paisagem urbana, o trânsito de veículo e a segurança das pessoas;

II -Disciplinar a exposição de mercadorias, inclusive em áreas externas;

III -impedir a prática de atos que resultem em danos materiais ou estéticos aos equipamentos urbanos e bens públicos e particulares em geral;

IV- Exercer o controle das edificações e terrenos, visando evitar a utilização inadequada de suas destinações; a deterioração da imagem paisagística, nos termos definidos em regulamento;

V - Disciplinar a ornamentação das fachadas dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviço, nos períodos de carnaval, festejos juninos, natalinos e outras festividades populares.

VI -Fiscalizar e fazer cumprir as normas relativas à estética da cidade. Parágrafo único. Também serão objetos de fiscalização: I- a existência e funcionalidade de fossas sanitárias; II - a limpeza dos terrenos localizados na zona urbana e de expansão urbana (Código de Posturas, Caxias, 2016).

Todos esses pontos recaem sobre a Preservação do Patrimônio, onde esses locais passam a fazer parte e serem testemunhos vivos na história da cidade. Por isso edifícios e monumentos históricos são testemunhos da identidade e da história de uma comunidade, e a arquitetura desempenha esse papel fundamental na sua conservação e reutilização adequada.

Em Caxias, alguns desses edifícios presentes no Centro Histórico da cidade, são carregados por esse valor histórico, e já foram palco de importantes atividades políticas e culturais, outros reúnem em sua arquitetura as influências portuguesas a partir de sua construção. Infelizmente a maioria se encontra em estado de degradação ou sofreram intervenção devido a ação comercial ou abandono, onde claramente necessitam de cuidados adequados que auxiliem na preservação desses lugares.

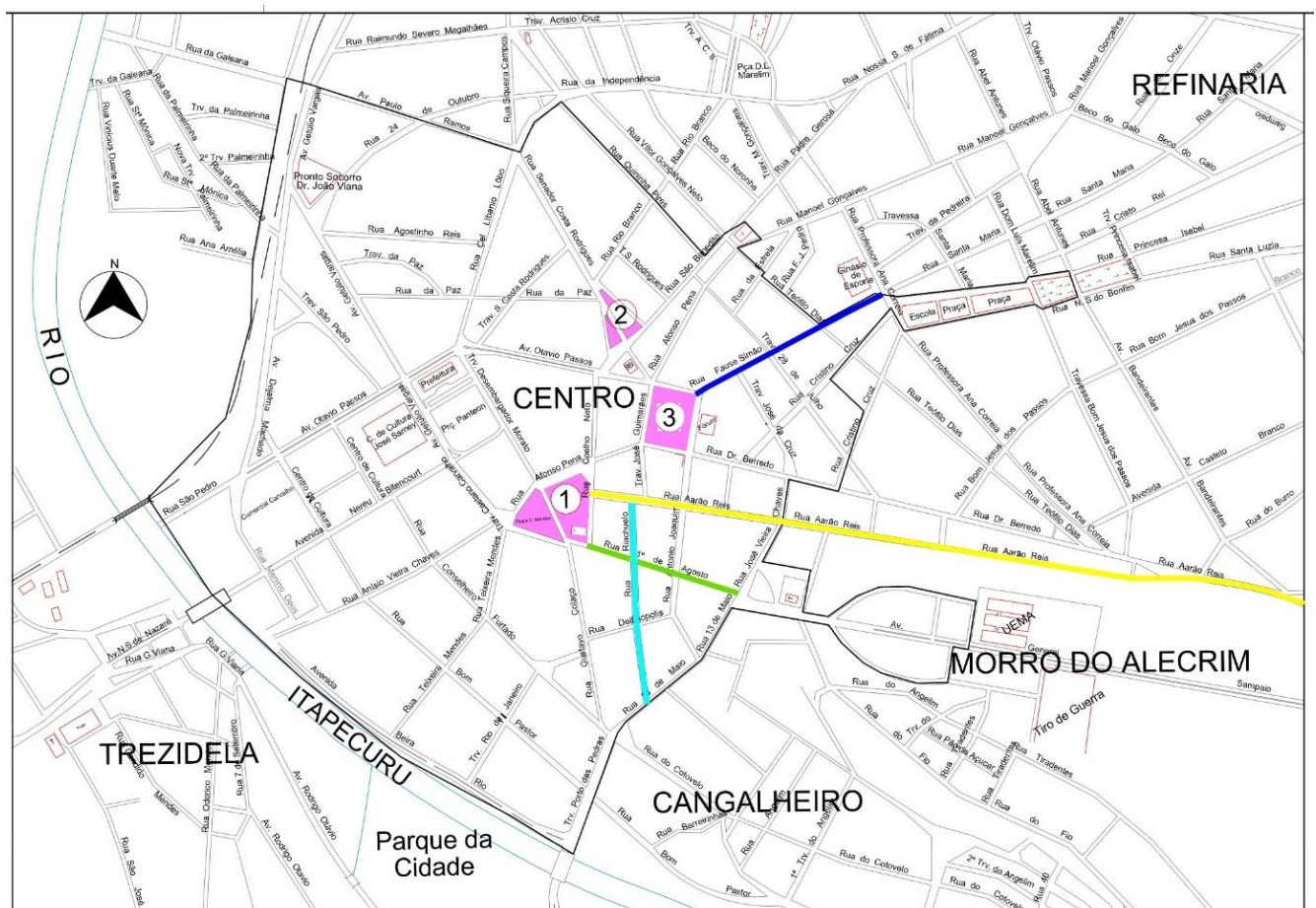
Dessa forma podemos nos questionar sobre como podemos analisar a formação desses espaços e como se dá a preservação das moradias, casarões e prédios históricos, sendo também lugar de intenso fluxo de pessoas e de espaços comerciais em decorrência do desenvolvimento urbano aliado ao Capitalismo? Quais os problemas de conservação que se tem nesses edifícios e quais estratégias podem ser adotadas para garantir sua preservação a longo prazo?

Dentre as hipóteses colocadas inicialmente na construção deste trabalho, supõe-se que há a dificuldade de adaptação por quem ocupa esses lugares, seja para moradia, uso comercial ou para fins sociais, pois prédios históricos podem apresentar desafios significativos em sua ocupação no meio moderno. Portanto, a ausência de incentivos financeiros e políticas de preservação adequadas podem contribuir para a perda de prédios históricos em face do avanço comercial.

A segunda hipótese trata de restrições arquitetônicas, limitações de espaço e infraestrutura obsoleta que podem dificultar a adequação desses edifícios aos padrões contemporâneos. Isso pode levar proprietários e investidores a preferirem a demolição ou a descaracterização dos prédios históricos em favor de novas construções mais funcionais.

É nesse intuito que selecionamos uma área específica, dentro do Centro Histórico tombado da cidade de Caxias – MA, para trabalhar os prédios datados do século XIX e início do século XX, que possuem as características mencionadas neste capítulo, e que requerem uma atenção a nível de conservação, visto que são objetos tombados em conjunto municipal e estadual (figura 8).

Figura 8 - Destaque de áreas no mapa da área delimitada no Centro Histórico de Caxias – MA



#### LEGENDAS:

	1 - Praça Senador Cândido Mendes (Largo da Matriz)		Rua Aarão Reis (Rua dos Quintais)
	2 - Praça Rui Barbosa (Largo do Rosário)		Rua Comendador Alderico Silva (Rua 1º de Agosto / Rua do Sol)
	3 - Praça Gonçalves Dias (Largo do Poço)		Rua Fause Simão (Rua Benedito Leite / Rua Direita)
			Rua Riachuelo

Fonte: Eziqiu Barros (2024)

Ao longo do capítulo citamos algumas ruas que reúnem esses edifícios históricos em sua localidade, trabalhamos em três delas em específico, como a Rua Aarão Reis, a Rua 1º de agosto e a rua Riachuelo. Também incluímos dois largos que reúnem prédios com essas características, como o largo da praça Gonçalves Dias e o largo da praça da Matriz. No capítulo 4 desse trabalho essas informações estão mais detalhadas, contendo as análises em torno desse conjunto e a sua visualização de modo mais prático.

Em resumo, o quadro 1 lista esses edifícios presentes no Centro Histórico e que fizeram parte dessa pesquisa, assim como as descrições das edificações da área delimitada para a realização do mapeamento de danos, que está presente no 4º capítulo dessa pesquisa.

Quadro 1 - Edificações selecionadas para pesquisa

<b>NOME</b>	<b>METODOLOGIA UTILIZADA</b>	<b>LOCALIZAÇÃO NOS LIMITES DA PESQUISA</b>
<b>EDIFÍCIO DUQUE DE CAXIAS</b>	Mapeamento de danos	Avenida Otávio Passos, Centro. Largo da Praça Gonçalves Dias.
<b>ANTIGA CASA DA JUSTIÇA</b>	Mapeamento de danos	Travessa Antônio Joaquim, Centro. Largo da Praça Gonçalves Dias.
<b>DELFI LÂNDIA</b>	Mapeamento de danos	Rua 1º de agosto, Centro.
<b>CASARÃO NA RUA RIACHUELO</b>	Mapeamento de danos	Rua Riachuelo, Centro.
<b>CASARÃO DE DONA IVELTA</b>	Mapeamento de danos	Rua Afonso Cunha, Centro. Largo da Praça da Matriz.
<b>CASARÃO NO LARGO DA PRAÇA DA MATRIZ</b>	Mapeamento de danos	Rua Afonso Cunha, Centro. Largo da Praça da Matriz.
<b>ESCOLA CAXIENSE E ANTIGO TEATRO FÊNIX</b>	Mapeamento de danos	Rua Aarão Reis, Centro.
<b>CONJUNTO DE EDIFICAÇÕES COM AS CARACTERÍSTICAS MENCIONADAS DO SÉCULO XIX E XX</b>	Inventário	Centro Histórico de Caxias. Rua Aarão Reis, Rua 1º de agosto, Rua Benedito Leite e Rua Riachuelo/Delfinópolis.

Fonte: Autora (2023)

### 3.4 Edificações selecionadas para o mapeamento de danos e suas características

A seguir, serão apresentadas as edificações selecionadas para esta pesquisa, que representam um conjunto relevante de exemplares arquitetônicos com valor histórico e cultural. A escolha desses edifícios foi baseada em critérios como sua importância no contexto urbano, seu estado de conservação e sua contribuição para a compreensão das transformações arquitetônicas e sociais ao longo do tempo.

Cada uma das construções analisadas será descrita detalhadamente, destacando suas características arquitetônicas, seu percurso histórico e as patologias identificadas (que serão abordadas no capítulo 05), com o intuito de oferecer uma visão ampla de sua relevância patrimonial.

O primeiro prédio, o Edifício Duque de Caxias (Figura 9) está localizado no Centro Histórico da cidade, diante de uma das praças mais conhecidas da cidade, a praça Gonçalves Dias, nomeada assim em homenagem ao Poeta Gonçalves Dias. Este prédio foi construído em estilo colonial, com sobrado em azulejaria portuguesa, no século XIX. Há relatos que foi onde Duque de Caxias<sup>7</sup> leu a ata de pacificação da Guerra da Balaiada, além de se hospedar no local durante um certo período.

Figura 9 - Edifício Duque de Caxias, estado atual



Fonte: Autora (2023)

<sup>7</sup> Luis Alves de Lima e Silva, formado pela Academia Real Militar, atuou em diversas campanhas pelo Império, como a Guerra Cisplatina, Guerra da Prata e Guerra do Paraguai, e na sufocação das revoltas no período regencial, como Balaiada e a Revolução Farroupilha. Além de ser nomeado no dia 12 de dezembro de 1839 como presidente da província e comandante geral das forças imperiais no Maranhão (BARROS NETO, 2020, p. 102).



O casarão possui nove janelas de madeira no andar de cima, todas com varandas de gradis de ferro, com duas fileiras de azulejos acima de suas janelas, já desgastados pela ação do tempo. A parte de baixo está ocupada por lojas e pontos comerciais, onde mantém seus engenhos publicitários, cobrindo toda a fachada do prédio. Na figura 10 podemos observar uma fotografia antiga do seu estado no século XX.

Figura 10 - Fachada do edifício Duque de Caxias no século XX



Fonte: Catálogo da biblioteca virtual do IBGE (s.d)

Também localizada nos arredores da praça Gonçalves Dias, o prédio da figura 11 foi espaço para a antiga casa da justiça ou antigo fórum municipal, e também sede do grupo escolar Gonçalves Dias e João Lisboa, nas décadas de 1960 e 1970. O edifício possui arquitetura neoclássica, construído no século XX com a presença de grandes janelas e portas. Em sua fachada podemos observar a presença de doze janelas grandes e duas portas, uma no andar de baixo e outra no andar de cima, além do ano de “1968” cravado em sua fachada na parte superior.

Figura 11 - Antiga casa da Justiça, estado atual



Fonte: Autora (2023)

Na figura 12 podemos observar o prédio da antiga Casa da Justiça, nos arredores da praça Gonçalves Dias, conservado no início do século XX:

Figura 12 - Fachada da antiga Casa da Justiça no século XX



Fonte: Catálogo da biblioteca virtual do IBGE (s.d)

O prédio seguinte, é um casarão com estilo colonial datado aproximadamente do final do século XIX e início do XX, pertencente à família de José Delfino da Silva. A inscrição na parede com o nome da família “Delfilândia” (figura 13) apresenta a residência em sua porta de entrada. Na arquitetura podemos notar os detalhes em suas colunas, muros, telhado e portas, além de objetos presentes no interior da casa que, anteriormente, estava ocupada por moradores em situações de rua e fizeram várias intervenções na residência. Atualmente a casa foi interditada pelos proprietários e se encontra a venda.

Figura 13 – Delfilândia, estado atual



Fonte: Autora (2023)

Em fotografia encontrada no Álbum do Maranhão (1950), podemos observar a residência (figura 14) em estado de conservação bom, enquanto ainda era habitada por seus moradores:

Figura 14 - Fotografia da Delfilândia no ano de 1950



Fonte: Álbum do Maranhão (1950)

Na figura 15, temos o casarão em que funcionou uma usina de descarregar arroz pertencente à família Carvalho, imóvel do século XIX, ainda de pé, porém abandonado e com risco de desabamento (BARROS NETO, 2020, p. 257). Possuía inicialmente 14 janelas grandes, das quais atualmente são visíveis apenas 11, pois as demais foram cobertas por materiais de construção. Além das janelas, o casarão possui 3 portas grandes. Suas paredes são



grossas, com a presença de pedra e cal em sua construção. Na parte interior se encontra alguns maquinários que eram utilizados na época para a sua produção. O casarão se encontra entre as ruas Riachuelo e Delfinópolis, no Centro da cidade.

Figura 15 - Casarão na rua Riachuelo, estado atual



Fonte: Autora (2023)

O próximo casarão (Figura 16) foi construído no ano de 1873, de caráter centenário com estilo colonial e azulejaria portuguesa. Suas paredes são grossas, e na parte interior a família ainda conserva suas características iniciais, além de manter alguns móveis de estilo colonial. Em sua fachada podemos vê as portas de tamanho grande, que sofreram intervenções devido aos pontos comerciais, que são ocupados durante o dia. A casa se encontra aos arredores da praça Cândido Mendes, mais conhecida como praça da Matriz, pois abriga a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e São José, os padroeiros da cidade, sendo uma das mais antigas da cidade.

Figura 16 - Casarão de Dona Ivelta (praça da matriz), estado atual



Fonte: Autora (2023)



A seguir, temos o sobrado colonial do século XIX (figura 17), pertencente até os dias atuais à família Lobo. O imóvel possui seis portas visíveis, do total de dez, onde quatro foram adaptadas para novo tipo de função comercial. Possui escada confeccionada em madeira de lei, datada da época da construção. Na parte superior possui dez janelas com esquadrias em madeira e gradil de ferro. A fachada está bastante descaracterizada principalmente pelo excesso de engenhos publicitários e pintura sem critérios estéticos (documento do levantamento de imóveis de valor histórico e arquitetônico de Caxias – MA, Associação Amigos do Patrimônio Caxiense – APC, s.d).

Figura 17 - Casarão no largo da Praça da Matriz, estado atual



Fonte: Autora (2023)

Por fim, temos o Antigo Teatro Fênix (Figura 18), localizado na rua Aarão Reis. Sua construção teve início por meio da Sociedade Dramática Caxiense, em 1880, e foi local onde funcionou as primeiras exibições cinematográficas da cidade. No início de 1915 funcionou o cinema, em 1918 o Cine Odeon, em 1931 o “Cinema Guarany” de Pedro Costa, além de outro cinema chamado de “Royal Cinema”, de José Ommati. Foi nas dependências do teatro Fênix que foi fundada a União Artística Operária Caxiense.

Figura 18 - Escola Caxiense e Antigo Teatro Fênix, estado atual



Fonte: Autora (2023)

Com o fim da sociedade, seu presidente, o Cel. José Castelo Branco da Cruz, o doou a Intendência municipal em 1914. Pelo decreto nº 53 de 08 de junho de 1936, o prefeito Ausônio Câmara transfere a administração do teatro para o Ginásio Caxiense. E após encerramento de suas atividades, retornou ao município, onde atualmente está completamente abandonado, e restando apenas sua fachada (BARROS NETO, 2020, p. 212). Na figura 19, observamos a fotografia de um folheto do Teatro Fênix, do ano de 1905, convidando o público para participar das apresentações no local.

Figura 19 - Folheto de atração no Teatro Fênix, no jornal Caxiense “O Paiz”, 1905

**THEATRO PHENIX**

Aberto 11 de Março de 1905  
às 8 1/2 horas da noite

DESPEDIDA DO CONHECIDO MAGICO  
**VIGILANTE**  
Com o patrocínio de distintos cavalheiros Caxienses.  
Grande e sumptuosa função!

O programma é dividido em tres partes  
**SUCCESSOS GARANTIDOS**  
ATRAÇÕES CONTINUADAS!!  
**ENTHUSIASMO GERAL**

Esta sorte é copia do muito conhecido magico Hermano.  
Muitos artistas do magica, seguiram esta sorte no uso moderno com apparalho do optica é, & mas o VIGILANTE exhibirá a descapitação á vista de todos, porque é o methodo o mais perfeito, tendo alcançado os maiores louvores em todas as capitales onde foi exhibido.

N. B.—Para esta impressionante scena, previne-se ao respeitavel publico, ou para melhor dizer, aos senhores maridos para não conduzirem ao teatro semhoras em avançado estado de gravidez; isto é um aviso simplesmente, para que na occasião de decepar a «cabeça do corpo» o sangue que apparecer não possa causar qualquer afeição ou desmaio ás senhoras.

Visto isto, não é responsavel a Empresa por qualquer consequencia.  
Assim, posso dizer:

**Todos ao Theatro.**  
ATTENÇÃO!—VÉR PARA CRER!—ALERTA!  
Entrada geral 1,000 réis  
Crianças 500 "

**Uma noite sem igual  
Esplendido Programma  
INCREDBILIA SED VERA!**

O CORTE DA GARÇA DE  
UM HOMEM DO FÊNIX!!

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Caxias – IHGC, Acesso em 06/05/2023

#### 4 LEGISLAÇÃO E GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E CULTURAL NO BRASIL

O conjunto de regulamentações legais que abrange um patrimônio cultural pode variar de acordo com o país e sua legislação específica. No entanto, geralmente, essas regulamentações incluem: Leis de Proteção e Conservação, Legislação de Zonas de Proteção, Legislação de Restauração e Manutenção, Leis de Financiamento e Incentivos.

Para a preservação de um bem considerado patrimônio cultural no Brasil, há alguns meios de proteção que fornecem uma estrutura legal e que o amparam. São instrumentos presentes na Constituição Federal brasileira, em recomendações por meio de cartas internacionais, ou mesmo nas instituições presentes em território brasileiro que trabalham com o intuito de acautelar o patrimônio cultural nas esferas federal, estatal e municipal.

Dentre as várias formas que se tem para buscar a concretização da proteção ao patrimônio cultural, a mais requisitada é a via dos instrumentos acautelatórios. Registra-se que antes da CF/88 já existiam duas normas matriciais que tratavam sobre o acautelamento aos bens culturais: o Decreto-Lei nº 25/37, que trata do tombamento; e a Lei nº 3924/61, que trata da proteção dos bens arqueológicos, ambos ainda vigentes (STUDART, 2018, p. 209 e 210).

Portanto, esse conjunto de normas presentes na legislação desempenham um papel importante na identificação e classificação de locais e objetos de valor cultural. Elas ajudam a distinguir o que deve ser protegido e preservado, garantindo que os recursos limitados sejam alocados de maneira eficiente para a conservação daqueles elementos que têm maior importância histórica ou cultural.

Muitas dessas normas foram criadas no século passado, no auge das discussões de preservação no país, onde foram surgindo instituições de salvaguarda por meio de profissionais da área que estavam preocupados com a preservação desses bens culturais. Por meio desses meios de proteção, estabeleceram regras e regulamentos que orientam a conservação de monumentos, sítios arqueológicos, edifícios históricos e artefatos culturais.

Essas leis que regem o patrimônio público, definem o que é considerado patrimônio cultural e delegam as responsabilidades das partes envolvidas na sua proteção. Além de regulamentar a preservação, também servem como um instrumento para a conscientização pública sobre a importância do patrimônio cultural, incentivando a educação e a divulgação sobre a história e a cultura locais (STUDART, 2018, p. 212).

Com o auxílio dessa legislação, processos como a aprovação e supervisão de intervenções em locais e edifícios históricos são possíveis. Isso é essencial para garantir que qualquer restauração, conservação ou modificação seja realizada com cuidado, respeitando a

autenticidade e a integridade do patrimônio. A burocracia associada a esses processos pode parecer desafiadora, mas é uma salvaguarda necessária para evitar danos irreparáveis.

A CF/88 prevê, em seu art. 216, § 1º, uma série de instrumentos acautelatórios aptos a serem meio de proteção aos bens culturais, a saber: os inventários, os registros, o tombamento, a desapropriação, a vigilância, bem como outras formas de acautelamento. Desses instrumentos, poucos são conhecidos e possuem regulamentação atualizada. Observa-se, ainda, que os mesmos têm sido utilizados de forma independente e isolada dos demais, limitando consideravelmente o potencial protetivo aos bens culturais (STUDART, 2018, p. 211).

A atualização e adaptação desse conjunto de regulamentações, às mudanças nas necessidades e valores da sociedade, são essenciais. Igualmente crucial é a colaboração entre governos, comunidades locais e instituições de preservação para garantir a implementação eficaz dessas leis.

Em resumo, elas seguem sendo um pilar fundamental na conservação do patrimônio cultural brasileiro, além de fornecer uma base legal necessária para proteger e preservar nossa história, cultura e identidade. Sem essas leis, o patrimônio cultural estaria em risco de degradação e perda irreparável, e nossa compreensão do passado seria significativamente prejudicada.

Neste 4º capítulo abordaremos algumas dessas leis e instituições de salvaguarda que auxiliam nesse processo de conservação do Patrimônio Cultural e como se deu sua estruturação até o período presente, percorrendo os caminhos da história para dar base para o que utilizamos atualmente, e como isso influencia para preservarmos o patrimônio cultural maranhense e os bens de natureza material, que é o foco dessa pesquisa.

#### **4.1 Criação das Cartas Patrimoniais: instrumentos de proteção ao Patrimônio Cultural**

O patrimônio cultural do Brasil é regulamentado por uma série de leis e normas que têm como objetivo proteger, valorizar e preservar as manifestações culturais, históricas e arquitetônicas do país. Algumas das principais leis que regem o patrimônio cultural do país foram articuladas por meio de vários encontros ao longo das décadas, quando as discussões sobre preservação se tornaram mais presentes e posteriormente foram firmadas em nossa constituição federal.

Para isso, muitos acontecimentos foram palco para as iniciativas de preservação da qual temos atualmente, pois o mundo inteiro viveu fatos históricos que colocaram em risco a memória de um povo, de um grupo social. Como nos relembra Le Goff “a memória, onde cresce

a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro” (LE GOFF, 2003, p. 477).

Alguns acontecimentos foram importantes para essas iniciativas, e segundo Rolnik há “sempre na cidade uma dimensão pública de vida coletiva, a ser organizada” (ROLNIK, 1995, p. 20), pois mediante o risco do desaparecimento de uma memória coletiva, ligada a história social, a preocupação em preservar esses lugares se torna algo mais urgente.

Na Europa do final do século XVII e primeira metade do XVIII, a polêmica sobre a oposição antigo/moderno, surgida a propósito da ciência, da literatura e da arte, manifestou uma tendência à reviravolta da valorização do passado: antigo tornou-se sinônimo de superado, e moderno de progressista. Na realidade, a ideia de progresso triunfou com o Iluminismo e desenvolveu-se no século XIX e início do XX, considerando sobretudo os progressos científicos e tecnológicos. Depois da Revolução Francesa, à ideologia do progresso foi contraposto um esforço de reação, cuja expressão foi sobretudo política, mas que se baseou numa leitura "reacionária" da história. Em meados do século XX, os fracassos do marxismo e a revelação do mundo stalinista e do gulag, os horrores do fascismo e principalmente do nazismo e dos campos de concentração, os mortos e as destruições da Segunda Guerra Mundial, a bomba atômica – primeira encarnação histórica "objetiva" de um possível apocalipse –, a descoberta de culturas diversas do ocidente conduziram a uma crítica da ideia de progresso (recorde-se *La crise du progrès*, de Friedmann, de 1936). A crença num progresso linear, contínuo, irreversível, que se desenvolve segundo um modelo em todas as sociedades, já quase não existe (LE GOFF, 2003, p. 14).

As questões que dizem respeito a preservação do patrimônio histórico e cultural, começaram a surgir a partir do século XIX na França, quando houve uma preocupação em se preservar os monumentos que sobreviveram a Revolução Francesa. A partir disso, a Europa começou a discutir um pouco mais sobre a preservação de seu patrimônio, influenciando outros países a fazer o mesmo, se preocupando com seus bens patrimoniais, e os instigando a discussões ligadas a nação e os legados para as próximas gerações.

Em decorrência desses acontecimentos, o movimento do modernismo entrou em ascensão, movimento esse que se refere a um amplo conjunto de ideias, estilos artísticos, filosofias de design e mudanças sociais que surgiram no final do século XIX e atingiram seu auge ao longo do século XX. Esse movimento influenciou diversas áreas, incluindo arquitetura, arte, design, literatura, música, filosofia e estilo de vida. Suas características são muitas vezes associadas à rejeição das tradições do passado em favor de uma abordagem mais progressista e inovadora (KOPP, 1990, p. 17 e 18).

Esse movimento discutia alguns aspectos que julgavam essenciais a partir daquele momento. A ênfase na funcionalidade e na eficiência tornou-se uma característica central do design moderno. Arquitetura e objetos foram concebidos com base em sua utilidade prática, rejeitando ornamentos desnecessários. O Movimento Moderno abraçou as inovações tecnológicas e materiais modernos (KOPP, 1990, p. 23).

Os realizadores da revolução arquitetônica dos anos vinte e trinta compartilharam com outros as pesquisas sobre o emprego de materiais e técnicas novas surgidas com a Revolução Industrial; junto com outros tentaram encontrar formas arquitetônicas que não estivessem em contradição com esses materiais e técnicas, como acontecia com as formas do passado, mas, ao contrário, que se harmonizassem com elas; junto com outros fizeram explodir o espaço geométrico fechado e abriram-no para o exterior, para a luz, para o verde; mas o que eles foram os únicos a tentar foi a superação do funcionalismo elementar e puramente utilitário que efetivamente marcou certas realizações dos anos vinte e trinta (KOPP, 1990, p. 23).

O Movimento Moderno reflete a influência da Revolução Industrial e a transformação das sociedades industriais. O design moderno frequentemente incorporou elementos que refletiam a estética da máquina e a produção em massa (KOPP, 1990, p. 20). O lema "menos é mais"<sup>8</sup> tornou-se proeminente, refletindo a rejeição do excesso de ornamentação associado a estilos anteriores.

Portanto, a arquitetura moderna é uma expressão significativa do Movimento Moderno. Arquitetos como Le Corbusier, Walter Gropius e Mies van der Rohe<sup>9</sup>, desempenharam papéis importantes na definição dessa abordagem arquitetônica. A partir da movimentação de muito desses pensadores, sentiu-se a necessidade de fomentar essas discussões em espaços maiores, juntando intelectuais e pesquisadores dessas áreas (CIAM, 1933, p. 36).

Uma dessas iniciativas foi o Congresso Internacional da Arquitetura Moderna (CIAM). Foi uma série de encontros que ocorreram entre 1928 e 1956, reunindo arquitetos modernos de todo o mundo para discutir e promover os princípios do Movimento Moderno na arquitetura e no urbanismo, buscando soluções inovadoras para os desafios urbanos e habitacionais do século XX (CIAM, 1933, p. 38). Esses encontros se dividiram basicamente em 3 fases, a primeira de 1928 a 1933, a segunda de 1933 a 1947 e a terceira de 1947 a 1956. Veja o quadro abaixo:

---

<sup>8</sup> Lema proferido pelo arquiteto alemão Ludwig Mies van der Rohe, um dos mais influentes do século XX e pioneiro no movimento modernista.

<sup>9</sup> Arquitetos que foram percussores do movimento modernista no ocidente e que influenciaram essa rede de pensamentos mundo afora.



Quadro 2 - Encontros do Congresso Internacional da Arquitetura Moderna – CIAM

<b>ANO</b>	<b>LOCAL</b>	<b>OBJETIVO</b>
<b>1º CONGRESSO – 1928</b>	La Sarraz – Suíça	Fundação dos CIAM.
<b>2º CONGRESSO – 1929</b>	Frankfurt – Alemanha	Estudo da moradia mínima.
<b>3º CONGRESSO – 1930</b>	Bruxelas – Bélgica	Estudo do loteamento racional.
<b>4º CONGRESSO – 1933</b>	Atenas – Grécia	Análise de 33 cidades e elaboração da Carta do Urbanismo.
<b>5º CONGRESSO – 1937</b>	Paris – França	Estudo do problema moradia e lazer.
<b>6º CONGRESSO – 1947</b>	Bridgwater – Inglaterra	Reafirmação dos objetivos dos CIAM.
<b>7º CONGRESSO – 1949</b>	Bérgamo – Itália	Execução da carta de Atenas, nascimento da grille CIAM de urbanismo.
<b>8º CONGRESSO – 1951</b>	Hoddesdon – Inglaterra	Estudo do centro, do coração das cidades.
<b>9º CONGRESSO – 1953</b>	Aix-en-Provence – França	Estudo do habitat humano.
<b>10º CONGRESSO – 1956</b>	Dubrovnik – Croácia	Estudo do habitat humano.

Fonte: Elaborada pela autora com base na Carta de Atenas (1933) disponibilizada pelo site do IPHAN (2023)

Os congressos do CIAM foram marcados pela formulação e revisão de uma série de princípios fundamentais, conhecidos como as cartas patrimoniais. Elas vão ser documentos técnicos e diretrizes que servem de instrumentos teóricos para atuar nos diversos âmbitos profissionais dentro da área de preservação do patrimônio cultural (KÜHL, 2010, p. 268).

[...] o papel das cartas patrimoniais e seu caráter – em especial aquelas derivadas de organismos internacionais – indicativo ou, no máximo, prescritivo; são documentos que se colocam como base deontológica para as várias profissões envolvidas na preservação, mas não constituem receituário de simples aplicação; [...] (KÜHL, 2010, p. 268).

Essas cartas são instrumentos fundamentais para a gestão e preservação do patrimônio cultural, incluindo bens materiais e imateriais, como monumentos, sítios arqueológicos, tradições orais, festivais, entre outros. Então, resultado desses vários encontros, foi possível ampliar o leque de discussões em torno da preservação patrimonial e buscar soluções lógicas que servissem de parâmetro para cada lugar no mundo, cada um com suas especificidades (CIAM, 1933).

A primeira Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos, realizada em Atenas em 1931, reuniu apenas europeus. Na segunda, realizada em Veneza em 1964, participam três países não europeus: a Tunísia, o México e o Peru. Quinze anos mais tarde, oitenta países pertencendo aos cinco continentes tinham assinado a Convenção do Patrimônio Mundial (CHOAY, 2006, p. 14).

Ao estabelecer diretrizes compartilhadas, as cartas patrimoniais promoveram a cooperação internacional na preservação do patrimônio cultural. Elas facilitaram o intercâmbio de conhecimentos, experiências e recursos entre países e organizações, promovendo uma

abordagem colaborativa para a proteção do patrimônio. Os congressos do CIAM abordaram questões urbanísticas e habitacionais, procurando soluções para problemas como a escassez de moradias e o planejamento inadequado das cidades (CIAM, 1933).

Ao longo do tempo, o CIAM passou por mudanças e dissoluções. As diferentes edições dos congressos refletiram as transformações na arquitetura e no urbanismo, e alguns membros começaram a discordar sobre a direção do movimento. O CIAM foi dissolvido em 1959, mas seu legado continuou a influenciar o pensamento arquitetônico (SILVA, 2021, p. 157).

Atualmente constam em torno de 40 cartas patrimoniais, cada uma com sua relevância ou revisão de outras já elaboradas. Dentre as cartas existentes, a mais famosa delas foi a "Carta de Atenas<sup>10</sup>", elaborada nos anos de 1931 e 1933. Esta carta carrega uma carga de importância maior por ser a primeira carta patrimonial elaborada. As preocupações em torno de sua criação giram em torno sobre o cuidado com as grandes cidades e da preservação do patrimônio histórico e cultural e os monumentos arquitetônicos (CIAM, Carta de Atenas, 1933).

Desse modo, uma das preocupações dos arquitetos para a carta de Atenas, era a defesa da manutenção regular dos edifícios antigos, a preservação e a não demolição, além de defender a utilização desses edifícios antigos, o que evitaria o estado de ruína devido a manutenções constantes. Podemos ver algumas de suas recomendações:

1º - Cada Estado, ou as instituições criadas ou reconhecidamente competentes para esse trabalho, publique um inventário dos monumentos históricos nacionais, acompanhado de fotografia e de informações; 2º - Cada Estado constitua arquivos onde serão reunidos todos os documentos relativos a seus monumentos históricos; 3º - Cada Estado deposite no escritório Nacional de Museus suas publicações; 4º - O escritório consagre em suas publicações artigos relativos aos procedimentos e ao métodos gerais de conservação dos monumentos históricos; 5º - O escritório estude a melhor utilização das informações assim centralizadas (CIAM – Carta de Atenas, 1933, p. 04 e 05).

Observamos métodos de salvaguarda e conservação do patrimônio que são utilizadas bastante atualmente, e que são fontes importantes para o mapeamento dos diversos tipos de patrimônio cultural presente no país. Dentre as cartas formuladas no mesmo contexto, além da Carta de Atenas (1933), destacam-se a Carta de Veneza (1964), a Carta de Machu Picchu (1977), a Carta de Burra (1980), a Carta de Florença (1981), a Carta de Nizhny Tagil (2003) e outras (todas podem ser acessadas no site do IPHAN).

---

<sup>10</sup> Foram elaboradas duas cartas de Atenas, uma no ano de 1931 e outra em 1933.

Carta de 1931: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>

Carta de 1933: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>



A carta de Veneza (1964)<sup>11</sup>, é derivada do II Congresso Internacional de Arquitetura e Técnicos e Monumentos Históricos de Veneza, e na ocasião, foi criada o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), formado basicamente por especialistas, arquitetos e urbanistas, que tinham como objetivo discutir a conservação e preservação dos monumentos e sítios históricos. Sendo um guia para conservação e restauração, tratando também sobre o restauro crítico (o que deve ser preservado e o que deve ser descartado).

Esse foi um passo muito importante para os trabalhos no âmbito arqueológico, pois foi possível a elaboração de direcionamentos para a conservação dos sítios arqueológicos e os objetos que provinham deles. Exemplos desse cuidado estão presentes no artigo 14º e 15º da carta, que diz respeito aos Sítios Monumentais e às Escavações:

Sítios monumentais: Artigo 14º - Os Sítios monumentais devem ser objetos de cuidados especiais que visem a salvaguardar sua integridade e assegurar seu saneamento, sua manutenção e valorização. Os trabalhos de conservação e restauração que neles se efetuarem devem inspirar-se nos princípios enunciados nos artigos precedentes. Escavações: Artigo 15º - Os trabalhos de escavação devem ser executados em conformidade com padrões científicos e com a “Recomendação Definidora dos Princípios Internacionais a serem aplicados em Matéria de Escavações Arqueológicas”, adotada pela UNESCO em 1956 (IPHAN – Carta de Veneza, 1964, p. 03).

Sendo assim, a Carta de Veneza influenciou a prática da conservação do patrimônio em todo o mundo e serviu como referência para a elaboração de diretrizes e políticas nacionais e internacionais relacionadas à preservação de monumentos históricos. Ela proporcionou uma base ética e técnica para a abordagem do patrimônio cultural, promovendo a sustentabilidade e a responsabilidade na conservação desses importantes legados históricos.

A movimentação desses encontros entre os profissionais, culminaram nessas recomendações através das Cartas Patrimoniais, que servem como subsídios para questões ligadas a preservação do Patrimônio até atualmente, sofrendo suas devidas adaptações para sua execução nas demais regiões do mundo, e sendo base para os órgãos federais dos países.

Entretanto, precisamos levar em consideração que as Cartas Patrimoniais, muitas vezes foram desenvolvidas em um contexto cultural específico, e podem refletir uma visão ocidental e eurocêntrica da preservação do patrimônio. Isso levanta questões sobre a aplicabilidade desses documentos em diferentes contextos culturais e geográficos. Em alguns casos, os interesses econômicos e políticos podem entrar em conflito com os princípios estabelecidos pelas Cartas Patrimoniais, resultando em decisões que priorizam o desenvolvimento ou lucro em detrimento da preservação do patrimônio.

---

<sup>11</sup> Carta de Veneza (1964): <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>

Levando em consideração seu contexto histórico, podemos analisar que muitas mudanças já ocorreram, na forma de olhar para esse patrimônio presente. Um exemplo é a busca pela salvaguarda de elementos imateriais, como tradições orais, práticas culturais e expressões artísticas, que também são partes fundamentais do patrimônio cultural, e que por muito tempo foram negligenciadas, em decorrência da supervalorização do foco excessivo na arquitetura e nos aspectos físicos dos monumentos.

É importante notar que, apesar dessas críticas, as Cartas Patrimoniais continuam a ser referências valiosas e são frequentemente revisadas para abordar questões emergentes e garantir uma abordagem mais inclusiva e adaptável à diversidade cultural e aos desafios contemporâneos.

#### **4.2 Evolução e contribuição do IPHAN para o patrimônio cultural no Brasil**

O termo patrimônio cultural nos remete a algo que possua importância histórica para uma sociedade, ou para um lugar, um país etc. Nesse âmbito de valor histórico e cultural, esse legado é bem mais extenso, sendo fonte de vivências de vários povos que contribuíram para sua construção em seu tempo. Portanto, atribuímos valores a diversos tipos de patrimônio, buscando sua preservação para manter viva algo que foi importante no passado e que reflete sua história no presente.

Em “*História e Memória*” de Le Goff (2003), o autor nos aponta que “a aceleração da história, por outro lado, levou as massas dos países industrializados a ligarem-se nostalgicamente às suas raízes” (LE GOFF, 2003, p. 220). Com toda essa movimentação em prol do progresso, muitas práticas e costumes, dentro do meio urbano, foram caindo em desuso, fazendo com que as pessoas se preocupassem com o futuro de suas cidades, “daí a moda retro, o gosto pela história e pela arqueologia, o interesse pelo folclore, o entusiasmo pela fotografia, criadora de memórias e recordações, o prestígio da noção de patrimônio” (LE GOFF, 2003, p. 220).

No Brasil, o responsável por atribuir esses valores e definir o que é Patrimônio Cultural, teve início com a instituição do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tendo essa primeira denominação para o que posteriormente veio a se tornar o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

O SPHAN foi criado em 13 de janeiro de 1937, por meio da Lei nº 378, durante o governo de Getúlio Vargas, onde no artigo 46º lê-se: “Fica criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover, em todo o País e de modo

permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional” (BRASIL, 1937, art. 46).

Seu principal idealizador foi o intelectual e político Mário de Andrade<sup>12</sup>, que tinha como objetivo principal, através do SPAHN, a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, que compunham a identidade cultural do país. Assim que, no Decreto-lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, foram regulamentados o ato de tombamento de bens móveis e imóveis, especificamente nos artigos 1º e 4º:

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Art. 4º O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber: 1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º.; 2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica; 3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira; 4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluam na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras (BRASIL, 1937, Decreto-Lei nº 25).

A proteção dos bens móveis foi especialmente favorecida nessa fase, pois, valorizados pelo apreço e pela promoção recebida dos serviços culturais, tornaram-se alvo de saques e comercialização indevida (SPHAN, 1980, p. 18). Essas mudanças também estavam relacionadas ao contexto histórico da época, ao qual o país passava por um processo de industrialização e urbanização, e que gerava preocupações sobre a preservação das tradições culturais e arquitetônicas.

Portanto, nos primeiros anos, o SPHAN concentrou-se na identificação, registro e proteção de bens culturais móveis e imóveis, incluindo igrejas, conjuntos de bens arquitetônicos nos centros históricos, e elementos do patrimônio material. Ao decorrer dos anos do século XX, a manifestação de alguns movimentos culturais surgiu, e dentre eles está o modernismo, momento de grandes mudanças em que o país estava visando o progresso através da inovação (RIBEIRO, 2013, p. 18).

A intensa urbanização que ocorreu no Brasil, no início deste século, notadamente no Rio de Janeiro e em São Paulo e, depois, em algumas capitais estaduais, provocou a destruição de parte considerável dos acervos culturais dessas cidades, antes da criação do SPHAN. Assim, os núcleos e os acervos urbanos que se conservaram íntegros, na época da sua fundação, eram os correspondentes a cidades e bairros que, de alguma forma, haviam ficado estagnados, pelos mais diversos motivos. Entre estes, citaremos o empobrecimento da região, como ocorreu com os antigos núcleos setecentistas de mineração de ouro e diamante, tais como Ouro Preto, Mariana, São João Del Rei,

---

<sup>12</sup> Um dos principais nomes da primeira geração de modernistas no Brasil, mas que também se preocupava em buscar “as raízes mais populares e vitais do povo, através do estudo da cultura de seus diversos estamentos sociais” (SALA, 1990, p. 21).

Tiradentes, Diamantina, Serro, em Minas Gerais; Goiás, Pilar de Goiás, em Goiás; Lençóis, Mina do Rios das Contas, na Bahia; ou com aquelas ligados ao ciclo econômico da cana-de-açúcar, como Cachoeira, Santo Amaro, Jaguaripe, na Bahia; Vassouras, no Rio de Janeiro, como centro principal do ciclo do café no século XIX. Alcântara, no Maranhão, e Aracati e Icó, no Ceará, integram-se também a esse grupo (SPHAN, 1980, p. 18).

Dentro desse contexto, enquanto vários governantes visavam o modernismo através da busca por maior mobilidade com a industrialização, o órgão do SPHAN buscou proteger o patrimônio ali existente. Rodrigo Melo Franco de Andrade<sup>13</sup>, o primeiro diretor do SPHAN, desempenhou um papel fundamental no estabelecimento das bases teóricas e práticas para a preservação do patrimônio. Seu trabalho influenciou diretamente a forma como o patrimônio cultural é encarado no Brasil (RIBEIRO, 2013, p. 19).

Portanto, o órgão federal incumbido da proteção do Patrimônio Histórico e Artístico brasileiro é a mais antiga entidade oficial de preservação dos bens culturais na América Latina e teve um papel muito importante na formulação das diretrizes, na elaboração dos textos legislativos e na administração inicial do órgão os intelectuais do Movimento Modernista que a partir dos anos 20 e 30 se debruçaram sobre a realidade brasileira (SPHAN, 1980, p. 14).

Ao longo dos anos, houve uma ênfase na valorização da diversidade cultural brasileira. O SPHAN expandiu suas atividades para além da preservação do patrimônio material, englobando também a proteção do patrimônio imaterial e a promoção de pesquisas e estudos sobre a cultura brasileira.

Posteriormente, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), se torna a designação atual da instituição brasileira de preservação do patrimônio cultural criada em 1937 como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (REZENDE; GRIECO; TEIXEIRA; THOMPSON, 2015). Essa denominação foi utilizada pela instituição em dois momentos: de 1970 a 1979, e a partir de 1994.

No primeiro momento, a adoção do termo instituto foi resultado das mudanças ocasionadas pela reforma administrativa empreendida nos anos 1960 que geraram a reorganização de ministérios. No caso do Ministério da Educação e Cultura (MEC), foi criado em sua estrutura, pelo Decreto nº. 66.967, de 27 de julho de 1970, o Departamento de Assuntos Culturais (DAC), como um órgão superior, ao qual se vinculavam as instituições culturais alocadas no Ministério. Por esse mesmo decreto a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) foi transformada em instituto (IPHAN), passando a se vincular ao DAC (REZENDE; GRIECO; TEIXEIRA; THOMPSON, 2015 - verbete).

---

<sup>13</sup> Indicado por Mário de Andrade para ser o primeiro diretor dessa primeira fase do SPAHN, que ficou conhecida como “fase heroica”, pois contribuiu para o fortalecimento da instituição, e estabeleceu uma série de medidas para preservar o patrimônio histórico e cultural do Brasil. Além de “criar a Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a fim de divulgar as ações do então SPHAN” (IPHAN, 2014).

Desse modo, a organização de sua estrutura foi publicada em 1998, por meio do Decreto nº 2.807:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, forma dos Anexos I e II a este Decreto. Art. 2º O Regimento Interno do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN será aprovado pelo Ministro de Estado da Cultura e publicado no Diário Oficial da União, no prazo de noventa dias contados da data de publicação deste Decreto (BRASIL, 1998, Decreto-Lei nº 2.807).

A partir disso, o IPHAN passou por mudanças estruturais e ampliou seu escopo de atuação. Foram criados programas específicos para a preservação de bens culturais materiais e imateriais, como festas, manifestações populares e saberes tradicionais. Durante esse período, o IPHAN concentrou seus esforços na catalogação e preservação de monumentos históricos e artísticos. A instituição também desenvolveu atividades de pesquisa e restauração, visando à conservação do patrimônio. Por meio do órgão, o processo de tombamento de inúmeros conjuntos arquitetônicos foi realizado, possibilitando a salvaguarda desses lugares detentores de memórias (RIBEIRO, 2013, p. 05).

No âmbito do patrimônio cultural, o tombamento refere-se à proteção legal de um bem considerado de valor cultural, histórico, arquitetônico, artístico ou científico. Quando um bem é tombado, ele está sujeito a restrições legais para preservar suas características originais e garantir sua permanência ao longo do tempo (Decreto-Lei nº 25/37, 1937).

O tombamento pode ser realizado por alguns órgãos públicos no âmbito federal, estadual e municipal. Na esfera federal pode ser feito pela União através do IPHAN, no governo estadual e municipal ocorre por meio de seus departamentos ou secretarias de patrimônio e cultura (variando suas nomenclaturas a depender da região). Conforme a constituição federal brasileira de 1988, no artigo 216, firma-se a divisão dos diversos tipos de patrimônio em algumas categorias, e que nos norteiam na discussão desses bens. Vejamos:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I- as formas de expressão; II- os modos de criar, fazer e viver; III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, Art. 216).

Sendo assim, é importante ressaltar que:

O tombamento desempenha duas principais funções: 01. A de confirmar o valor cultural do bem em causa; e 02. A de criar um regime de proteção específico para resguardar o suporte físico do valor cultural, ou seja, o próprio imóvel (PAIVA; SOUZA, 2018, p. 30).

Essa é a prática que se espera ao realizar o tombamento desses bens, mas a realidade que acompanhamos é outra. Ao longo dos anos houve muitas discussões em torno da preservação do patrimônio cultural, mas muitas das políticas públicas adotadas pelos estados e municípios vivem uma realidade diferente, pois a falta de investimentos adequados pode comprometer a manutenção de monumentos e a implementação de projetos de conservação.

Os Centros Históricos por exemplo, ao terem seus centros tombados, muitas vezes se limitam ao conservar apenas um núcleo específico, deixando alguns locais à deriva, sofrendo a ação do tempo e as intervenções comerciais que avançaram cada vez mais em nossas cidades. E se tratando de propriedades privadas, com a ação do tombamento, há a limitação do proprietário em torno de seu imóvel, pois visando a preservação do bem imóvel, qualquer alteração deve ser notificada ao órgão público que o tombou (PAIVA; SOUZA, 2018, p. 32 e 33).

O estabelecimento de parcerias público-privadas e a busca por fontes alternativas de financiamento são medidas que podem mitigar essa limitação. Com a criação desses órgãos de preservação, seu foco na conservação do patrimônio permeou por várias áreas e contribuiu para a construção de várias políticas públicas realizadas no país, porém, há muitas particularidades que envolvem o desenvolvimento econômico e social no aumento das cidades, que precisam de melhorias e incentivos.

A história do IPHAN, no Brasil, é marcada por esforços notáveis na preservação do rico patrimônio cultural do país. No entanto, é crucial analisar criticamente essa trajetória, identificando desafios que ainda podem permear a atuação dessas instituições.

Um exemplo é a demora nos processos de tombamento. O reconhecimento oficial de um bem cultural como patrimônio muitas vezes ocorre de forma atrasada, permitindo a deterioração irreversível de alguns elementos. São impasses que “vão de ordem legislativa à administrativa, mas também comportamental, que colocam a população, principal atora nesse processo protetivo, em dificuldades quanto aos seus direitos e deveres” (PAIVA; SOUZA, 2018, p. 19).

A descentralização e a promoção de uma abordagem mais participativa poderiam garantir uma representação mais fiel das necessidades das comunidades locais. A presença ativa das comunidades é vital para assegurar que as medidas de conservação se alinhem aos valores locais. A promoção de mecanismos que incentivem o engajamento e a colaboração entre o IPHAN e as comunidades pode fortalecer os esforços de preservação. Em um mundo em constante transformação, é essencial que as políticas do IPHAN sejam dinâmicas e capazes de adaptar-se às mudanças sociais e culturais, garantindo a relevância contínua da instituição.

Concluindo, apesar das críticas, é inegável que o SPHAN – IPHAN desempenharam um papel crucial na preservação do patrimônio cultural brasileiro. Contudo, a reflexão sobre essas críticas oferece oportunidades de aprimoramento e reforça a importância de uma abordagem adaptativa, inclusiva e sustentável na gestão do patrimônio cultural do Brasil.

#### **4.3 Relação entre as Instituições de Salvaguarda e a preservação do Patrimônio Material**

Instituições de salvaguarda são organizações, agências ou entidades responsáveis por proteger, preservar e promover o patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial. Elas desempenham um papel fundamental na identificação, documentação, conservação e promoção do patrimônio cultural de uma comunidade, região ou país (PORTA, 2012, p. 41).

Dentre as funções que esses lugares podem desempenhar, podemos ressaltar alguns pontos importantes que variam entre as demais áreas do conhecimento, como a conservação, restauração, pesquisa, documentação, educação, sensibilização, além de desempenharem função social em seu meio, atuando em políticas públicas necessárias à sua realidade (PORTA, 2012, p. 41).

Esses espaços físicos, para além de sua ocupação, podem exercer uma função de salvaguarda, que nos remete ao termo “lugares de memória” do historiador francês Pierre Nora (1984), abordado em seu livro “*Les Lieux de mémoire*”. Nessa obra, Nora explora a ideia de que a memória coletiva de uma sociedade é construída e preservada através de lugares físicos, práticas culturais e narrativas históricas.

Os "lugares de memória" de Nora referem-se a locais físicos, como monumentos, museus, memoriais, arquivos, cidades históricas e outros espaços simbólicos que representam e encarnam a memória coletiva de uma sociedade. Esses lugares tornam-se pontos de referência fundamentais para a construção da identidade nacional, a preservação da história e a transmissão de valores culturais.

Diferentemente de todos os objetos da história, os lugares de memória não têm referentes na realidade. Ou melhor, eles são, eles mesmos, seu próprio referente, sinais que devolvem a si mesmos, sinais em estado puro. Não que não tenham conteúdo, presença física ou história; ao contrário. Mas o que os faz lugares de memória é aquilo pelo que, exatamente, eles escapam da história. *Templum*: recorte no indeterminado do profano – espaço ou tempo, espaço e tempo – de um círculo no interior do qual tudo conta, tudo simboliza, tudo significa. Nesse sentido, o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações (NORA, 1993, p. 27).

Como forma de preservação desses espaços, pode-se instituir políticas públicas para sua ocupação por meio de instituições e organizações culturais, por exemplo, onde muitas delas

conduzem pesquisas detalhadas sobre o patrimônio material, coletando informações históricas e arqueológicas para entender melhor a importância e o contexto das obras e locais. Esses registros são fundamentais para uma preservação adequada e para futuras pesquisas (PORTA, 2012, p. 130 e 131).

Além de sensibilizar o público em geral para a importância desse patrimônio, como exemplo, através de exposições, programas educacionais e atividades culturais, que ajudam a aumentar a consciência e o apreço pela herança histórica de uma comunidade, podem atuar também junto a escolas e demais instituições de ensino e pesquisa, desempenhando um papel importante na educação, no desenvolvimento de habilidades cognitivas e na promoção do senso de identidade cultural dos alunos (PORTA, 2012, p. 130 e 131).

Algumas dessas organizações culturais que se ocupam nesses lugares de memória, também podem ser responsáveis pela gestão de museus, galerias e outros espaços culturais, onde o patrimônio material (seja ele o prédio em si ou os artefatos reunidos no local) é exibido e preservado adequadamente. Eles garantem que as peças e objetos sejam adequadamente cuidados e que os visitantes tenham acesso educativo e significativo a essas coleções. Desse modo, podem influenciar o desenvolvimento de políticas culturais e patrimoniais em níveis local e regional, trabalhando em conjunto com os governos para elaborar leis e regulamentos que protejam e incentivem na preservação destes patrimônios.

Alguns meios lidam com essa proteção do patrimônio cultural no estado do Maranhão, sendo responsáveis por fiscalizar e realizar atividades de salvamento que vão contribuir para a conservação dessas atividades. São leis que regem a arqueologia no país e conseqüentemente no estado maranhense, como a Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, lei federal que visa proteger o patrimônio cultural, tratando diretamente dos monumentos arqueológicos e pré-históricos. Em seu 1º artigo firma-se que:

Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público, de acordo com o que estabelece o art. 180 da Constituição Federal (Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961).

Essa lei se tornou muito importante após sua publicação, pois pôde auxiliar melhor o modo como enxergam esses lugares arqueológicos. Pois, além dos esforços dos pesquisadores, os órgãos de preservação do patrimônio cultural brasileiro em todas as esferas de poder não podem se eximir do seu papel de gestor dos bens arqueológicos, sobretudo quando esses correm risco de destruição (BANDEIRA, 2019, p. 260).

No que se dispõe sobre a proteção em lei sobre o Patrimônio Cultural da cidade de Caxias, podemos citar o Decreto nº 11.681, de 29 de novembro de 1990, em conformidade com



a Lei Estadual nº 3.999, de 05 de dezembro de 1978, publicado no Diário Oficial do dia 30 de novembro de 1990. Esse decreto, já mencionado no primeiro capítulo deste trabalho, dispõe sobre a área de tombamento do Centro Histórico de Caxias.

A partir desse Decreto, formas de preservação foram criadas ao longo dos anos para manter esse patrimônio presente no Centro Histórico da cidade. Uma delas, é a Lei municipal nº 2.064/2013, que também cria o Departamento Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural, por meio do Art. 5º, além de criar o Conselho municipal do Patrimônio Histórico e Cultural, por meio do Art. 6º, e institui o fundo municipal de proteção do Patrimônio Histórico e Cultural. Dentre suas definições estão as seguintes:

Art. 1º - A preservação do patrimônio histórico e cultural do Município de Caxias é dever de todos os seus cidadãos. Parágrafo único - O Poder Público Municipal dispensará proteção especial ao patrimônio histórico e cultural do município, segundo os preceitos desta Lei e de sua regulamentação. Art. 2º - O Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Caxias é constituído pela paisagem natural característica, por bens móveis ou imóveis, de natureza material ou imaterial, tombados preferencialmente em conjunto, existentes em seu território e cuja preservação seja de interesse público. Art. 3º - O município procederá ao tombamento dos bens que constituem o seu patrimônio cultural, segundo os procedimentos e regulamentos desta lei, através do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural - CMPHC, igualmente criado por esta lei. Art. 4º - Fica instituído o Livro do Tombo Municipal, destinado à inscrição dos bens que o CMPHC considerar de interesse de preservação do município e o Livro de Registro do Patrimônio Imaterial ou Intangível, destinado a registrar os saberes, celebrações, formas de expressão, e outras manifestações intangíveis de domínio público (Lei Municipal nº 2.064/2013).

No caderno de Política do Patrimônio Cultural Material, elaborado pelo IPHAN a partir de revisões em seus processos de proteção ao patrimônio, podemos encontrar em alguns dos seus artigos exemplos dessa relação proposta pelo órgão para a execução em seu meio cultural. Vejamos o artigo 57, do capítulo IV, que trata da Interação com o Patrimônio Cultural Material:

Entende-se por Interação a obrigação imposta ao Poder Público de coletivizar as informações e conteúdos relacionados aos bens culturais sob sua tutela. Art. 57. O objetivo da Interpretação, Promoção e Difusão do patrimônio cultural de natureza material protegidos é: I. Possibilitar acesso e fruição ao patrimônio cultural material; II. Articular as diversas formas de decodificação de informações relativas ao patrimônio cultural material; III. Propiciar a compreensão dos bens culturais materiais, especialmente, in situ; IV. Facilitar a interface entre os saberes técnicos e científicos e os grupos sociais; e V. Destacar e colocar em evidência os bens culturais materiais. (BOGÉA, 2018, p. 44).

Dessa forma, as instituições que reúnem e propagam esse patrimônio cultural, desempenham um papel crucial na proteção e promoção do patrimônio material (seja ele móvel ou imóvel), garantindo que as gerações futuras tenham a oportunidade de conhecer e aprender com a história e a cultura de suas sociedades, além de ser grandes formadores no crescimento e desenvolvimento da população local que crescem nesse meio e contribuem para a perpetuação da cultura dessas determinadas localidades.

Algumas instituições de salvaguarda no estado lidam diretamente com esses estudos para propagar sua divulgação e para o conhecimento do público, fazendo um trabalho de educação patrimonial, para que haja a sensibilização no meio social. Confirma o autor:

Muitas normativas apontam que a manutenção e salvaguarda dos acervos arqueológicos devem primar pela permanência desses materiais em seus locais de origem, e, caso não seja, deve ser garantida, pelo agente público ou privado, a modernização, ampliação e o fortalecimento das unidades que lidam com acervos arqueológicos; e na hipótese de inexistência, deve ser assegurada a construção de unidades museológicas para esse fim (BANDEIRA, 2020, p. 157).

Nessa perspectiva citaremos algumas instituições que auxiliam nesse processo. A primeira delas é a Superintendência do IPHAN no Maranhão, que tem sede localizada na cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão, desde o ano de 1976. A partir disso, “funcionou como 3ª Diretoria Regional até 1990, com jurisdição também sobre os Estados do Piauí e Ceará” (IPHAN, s.d.), transformando-se, posteriormente, na 3ª Coordenação Regional, com jurisdição exclusiva no Estado do Maranhão.

Dentre as principais ações realizadas pelo Iphan no estado, destacam-se o encaminhamento, à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), da inscrição da cidade de São Luís na Lista Representativa de Bens Culturais Patrimônio Cultural Mundial, reconhecimento recebido em 1997, devido à conservação de uma tradição cultural rica e diversificada da capital maranhense com destaque para edificações de significativo valor cultural distribuídas pelo traçado de cidade colonial portuguesa do século XVIII. Em 2017, uma nova gestão junto à Unesco resultou na inscrição do Complexo Cultural do Bumba meu boi do Maranhão na Lista Representativa de Bens Culturais Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, em 11 de dezembro de 2019 (GOV.BR, s.d.).

A presença desse órgão no estado, faz parte de uma série de iniciativas de grande importância para o processo de preservação, principalmente em relação aos tombamentos e restaurações sob os imóveis culturais e históricos distribuídos no território maranhense.

Esta preocupação das políticas relacionadas a gestão do patrimônio no estado, contribuiu para as relações do Patrimônio cultural, principalmente entre as áreas da Arqueologia, História e Arquitetura, visando a valorização da memória em direção aos monumentos históricos e sítios arqueológicos. Com o crescimento dos profissionais dessas áreas, os projetos em torno da temática tiveram um aumento significativo, mas que ainda necessita de uma atenção especial.

Algumas entidades auxiliam na preservação desse patrimônio em Caxias, são elas organizações patrimoniais e memorialísticas dedicadas à preservação, promoção e disseminação do patrimônio cultural e memorial de uma determinada comunidade, região ou nação. Essas instituições desempenham um papel crucial na conservação da história, cultura, tradições e memórias de um povo, garantindo que esses elementos sejam transmitidos às gerações futuras.

São organizações que trabalham em conjunto com a comunidade, as autoridades locais, o setor privado e outras instituições para cumprir sua missão de preservar o patrimônio e as memórias culturais. Elas também desempenham um papel importante na promoção do turismo cultural, que pode beneficiar economicamente a região e aumentar a conscientização sobre a importância da herança cultural para a identidade de um povo. Abaixo listamos alguns exemplos de organizações patrimoniais e memorialísticas presentes na cidade de Caxias – MA.

#### 4.3.1 Academia Caxiense de Letras – ACL

A Academia Caxiense de Letras (figura 20) é uma instituição cultural fundada em 15 de agosto de 1997, sua missão é promover a cultura, a literatura e a língua portuguesa na região. Assim como outras academias de letras espalhadas pelo Brasil, a Academia Caxiense de Letras reúne escritores, poetas, jornalistas e outros profissionais ligados à área das letras, com o objetivo de preservar e incentivar a produção literária local, além de promover eventos, concursos, palestras e outras atividades relacionadas à cultura e à educação (CARVALHO, 2020).

A instituição ocupa um prédio que faz parte do conjunto de edificações tombadas no município, conhecida como “casa de Coelho Neto”, a entidade possui 40 membros efetivos e realiza atividades em cunhos educacional e cultural, para o alunado da rede municipal de ensino, a fim de fomentar uma conscientização escolar sobre a maior característica da personalidade histórico-literária do povo desta terra de escritores e poetas (CARVALHO, 2020).

Figura 20 - Academia Caxiense de Letras



Fonte: Academia Caxiense de Letras (2022)

Além de editar, publicar e fazer lançamentos das obras de seus membros e outros, a ACL profere também palestras sobre biografias e bibliografias de escritores e poetas caxienses

nas Unidades Escolares das Redes municipal, estadual e particular de ensino. Segundo estatísticas fornecidas pela instituição, em sua sede anualmente recebe mais de 10 mil estudantes que para lá acorrem em busca de conhecimentos (CARVALHO, 2020).

Para o público frequentador da Academia Caxiense de Letras, há um cine clube com exibição de películas à arte e, ainda, realiza uma exposição de artes denominada: EXPOARTE; evento que congrega todas as manifestações e linguagens artístico-culturais da cidade e, ainda, um Festival de Poesia com a participação de alunos das Unidades Escolares locais (CARVALHO, 2020).

Também ligada à Academia Caxiense de Letras, temos a Associação Amigos do Patrimônio Caxiense – APC. Por meio dessa associação, são movidas ações que visam preservar o patrimônio cultural de Caxias, por exemplo, intervindo em situações que colocam em risco a depredação de prédios de interesse histórico. Atualmente a instituição passa por processo de restauração em sua fachada, e adaptação ao prédio (figura 21).

Figura 21 - Academia Caxiense de Letras em reforma e restauração de sua fachada



Fonte: Autora (2024)

Por meio das pesquisas realizadas na instituição da Academia Caxiense de Letras, no ano de 2023, pudemos ter acesso a alguns de seus documentos, que buscam sempre notificar a secretaria de cultura e o departamento de patrimônio histórico sobre áreas que necessitam da devida preservação ou salvaguarda dentro da área tombada do município.

Dentre os documentos analisados, estão solicitações de tombamento de edificações que possuem valor histórico e arquitetônico, para áreas no entorno de um patrimônio cultural, e interferências em prol da defesa de conjuntos arquitetônicos que são tombados em conjuntos, além de produzir suas próprias pesquisas, que servem como fonte para demais pesquisadores na área do patrimônio.

#### 4.3.2 Instituto Histórico e Geográfico de Caxias – IHGC

No sentido de se instituir um órgão que pudesse lutar pela preservação da história no município de Caxias, foi criado, em 12 de dezembro de 2003, o Instituto Histórico e Geográfico de Caxias – IHGC (figura 22), que adota a denominação de “Casa de César Marques” em homenagem ao nascimento do ilustre médico e historiador caxiense (IHGC, 2023).

O IHGC é uma pessoa jurídica de direito privado regulado pela legislação civil, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, formada por um número limitado de sócios efetivos e ilimitados sócios mantenedores e correspondentes (além de outras categorias). O IHGC zela pelo patrimônio histórico e geográfico de Caxias, portanto, é reconhecido como Entidade de Utilidade Pública por lei Municipal e Estadual, e, hoje, situa-se em um prédio histórico da extinta estrada de ferro São Luís-Teresina (RFFSA).

Figura 22 - Instituto Histórico e Geográfico de Caxias, estado atual



Fonte: Autora (2024)

O local abriga a Biblioteca Maria das Mercês da Silva Lima (Tia Miroca), onde contém um valioso acervo documental histórico sobre a Cidade de Caxias, além de obras importantes sobre a História e Geografia do Maranhão representativos da memória coletiva. Hoje este espaço é referência de pesquisas por parte de estudantes de Ensino Fundamental, Médio, Superior, e da comunidade em geral, não se restringindo apenas à população local, atendendo também a estudantes de outras cidades maranhenses e, ainda, de outros Estados (IHGC, 2023).



Atualmente o prédio passa por reformas, onde terá sua sede revitalizada com apoio do IPHAN Maranhão. O projeto conta com a implementação de um complexo cultural, contando com a construção de um teatro, auditório, cinema e espaço para suas exposições (IHGC, 2023).

#### 4.3.3 Centro de Folclore e Arte Popular de Caxias – CEFOL

O Centro de Folclore e Arte Popular de Caxias – CEFOL (figura 23), é uma Organização Não Governamental sem fins lucrativos e foi fundado em 2006 pelo artista e Mestre de cultura popular Antônio Nascimento Cruz, contando com a participação de importantes produtores culturais, artesãos, folcloristas e mestres de cultura popular da região na organização e no desenvolvimento das atividades.

Em 2013, o CEFOL inaugurou o Museu Folclórico Dinâmico em sua sede atual, que assim como o IHGC, faz parte do complexo ferroviário da extinta RFFSA. Portanto, a instituição se encontra na antiga estação ferroviária chamada de “Cajazeiras”, que ligava Caxias a São José das Cajazeiras, atualmente cidade de Timon que fica ao lado da cidade de Teresina (capital do Piauí) (COUTINHO, 2005, p. 216).

Figura 23 – Centro de Folclore e Arte Popular de Caxias (CEFOL), estado atual



Fonte: Autora (2024)

A instituição tem como objetivo colaborar para a salvaguarda do patrimônio cultural maranhense e desde a fundação do Museu Folclórico Dinâmico, proporciona acesso gratuito a um acervo de 52 instrumentos e 10 indumentárias da cultura popular e afro-brasileira de forte ocorrência no Estado e uma viagem pela diversidade rítmico-poética do Maranhão e pela imaginação e criatividade dos seus artistas e artesãos (CEFOL, 2023).

Em 2020, o Museu Folclórico Dinâmico foi reconhecido pelo Ministério do Turismo como museu, tornando-se o primeiro museu de cultura popular da cidade de Caxias-MA. Além dessas atividades, o CEFOL também desenvolve atividades educacionais, entre elas, o projeto Escola Popular Negro Cosme, que oferece aulas de reforço para crianças da comunidade e cursos básicos de Inglês e Português para adultos; o Pré-ENEM comunitário e o Revisa CEFOL, e a Escola de Música Antônio Cruz: em defesa da infância e da juventude (CEFOL, 2023).

Infelizmente a realidade do município gira em torno de gestões que aparentemente não parecem tão preocupadas com o patrimônio existente na cidade, realidade esta que não pertence só a Caxias, mas que se torna preocupante pois, há um problema de desaparecimento e degradação do patrimônio arquitetônico presente no Centro Histórico.

Notamos que há uma disparidade se compararmos as capitais com as cidades situadas no interior do estado, que é o exemplo de Caxias. A parcela das pessoas interessadas em cuidar desse patrimônio é desproporcional, e as autoridades competentes não desenvolvem ações de políticas públicas, como projetos de intervenções, em defesa desse patrimônio, deixando esses locais à deriva do desenvolvimento comercial e as questões ligadas a ações do tempo, que gera sua degradação.

Portanto, diferentes formas de auxiliar o patrimônio cultural de um local são necessariamente desenvolvidas, pois seus estudos são importantes para entendermos as situações que estão em volta dessa temática. Com uma abordagem geral desses bens, conclui-se que o patrimônio histórico maranhense possui um longo caminho ainda em sua trajetória, mas que os estudos disponíveis, estão auxiliando para uma história da arqueologia maranhense, possibilitando análises importantes acerca da ocupação desse território.

Dessa forma, ressaltamos que os bens patrimoniais pertencem a todos de certa forma, e necessitam ser preservados e conservados, mediante isso, surge a necessidade de debatermos sobre o assunto sempre que possível, para que haja a sensibilização da população existente neste território.

## **5 DIAGNÓSTICO E MAPEAMENTO PATRIMONIAL CAXIENSE**

Este capítulo propõe a identificação e o diagnóstico das patologias presentes nas fachadas dos edifícios do século XIX e XX, por meio do mapeamento de danos, que compõem a área tombada do Centro Histórico de Caxias. Na ocasião, foram selecionadas apenas o estudo das fachadas em sete edificações, que estão dentro das características que fazem parte do patrimônio edificado maranhense, conforme observação e a bibliografia pesquisada e discutida nos capítulos anteriores, como: portas e janelas grandes, varandas de gradis de ferro, azulejaria portuguesa, ornamentos, beiraes, etc.

Além do diagnóstico por meio do mapeamento de danos, foi realizado um inventário das demais edificações que também estão dentro dos limites de tombamento do Centro Histórico de Caxias, e que são datadas entre os séculos XIX e XX. Muitas dessas edificações estão em estado de degradação e já sofreram intervenção comercial, porém são imóveis de interesse históricos que possuem características arquitetônicas necessárias para preservação e conservação do entorno em que estão situadas, uma vez que se tratam de edificações que fazem parte do conjunto de edificações tombadas pelo Decreto Estadual nº 11.681, de 29 de novembro de 1990.

A escolha desse objeto de estudo se deu pela observação ao longo dos anos da autora e das discussões acompanhadas sobre a degradação do patrimônio cultural caxiense, ao qual esses edifícios não possuem manutenções preventivas, seja pela escassez de recursos públicos e projetos com medidas de intervenção, ou pelo abandono de proprietários responsáveis pelo bem, causando assim sua degradação e abandono muitas vezes, como é o caso de algumas das edificações selecionadas, mas que tem potencial para abarcarem medidas de preservação.

O trabalho foi realizado por meio do mapeamento de danos e inventário dos edifícios, e na ocasião foi contratado um arquiteto responsável pela produção desse material gráfico, sendo necessário o trabalho de um especialista para a elaboração dos mapas e das representações gráficas e fotográfica dos danos.

A produção desse material foi financiada pela CAPES por meio da bolsa de estudos de mestrado recebida pela autora da dissertação.



## 5.1 Mapeamento de Danos

O mapeamento de danos é um processo fundamental no campo da preservação e conservação do patrimônio cultural arquitetônico. Trata-se de uma técnica de documentação detalhada que visa identificar, registrar e analisar os tipos e extensões de danos presentes, por exemplo em edificações e monumentos. Este procedimento é essencial para entender o estado de conservação de um bem e para planejar intervenções de restauração ou manutenção. CORREA e TIRELLO (2012) nos afirma abaixo:

Mapas de danos são documentos gráficos que sintetizam informações a respeito do estado de conservação geral de um edifício por meio da representação das alterações sofridas por seus materiais e estruturas ao longo do tempo. Seu desenvolvimento consiste no registro criterioso das patologias/alterações por meio de símbolos gráficos com os quais se representam as diversas categorias e níveis de degradação identificados, constituindo-se em uma legítima e importante instância de diagnóstico dos bens culturais (CORREA; TIRELLO, 2012, p. 01 e 02).

A palavra Patologia e seu significado “vem do grego páthos, doença, e lógos, estudo, tratado. Etimologicamente, portanto, significa estudo das doenças” (REZENDE, 2007, p. 101). Em um edifício, referem-se aos diferentes tipos de falhas, defeitos ou deteriorações que ocorrem em uma construção ao longo do tempo, comprometendo sua integridade, funcionalidade e segurança (PEREIRA; ROSA, 2021, p. 03).

Essas patologias podem ser causadas por uma série de fatores, como erros de projeto, má execução da obra, uso inadequado dos materiais, falta de manutenção, além de ações ambientais e uso incorreto das instalações. Portanto, “o diagnóstico precoce dessas ‘doenças’ permite uma rápida manutenção de conservação e corretiva, que previne que se espalhem ainda mais” (PEREIRA; ROSA, 2021, p. 03).

O diagnóstico de patologias em edifícios envolve a inspeção detalhada por profissionais qualificados, como engenheiros civis e arquitetos, que utilizam ferramentas e técnicas diversas para identificar a origem e a extensão dos problemas. A partir desse diagnóstico, são propostas soluções para reparar os danos, que podem variar desde intervenções simples, como reparos locais, até soluções mais complexas, como reforço estrutural ou substituição de partes comprometidas (WOOD, 2014, p. 1043).

Em tais situações, o papel do arqueólogo, muitas vezes trabalhando em parcerias estreitas com outras disciplinas, precisa ser devidamente integrado com a direção do projeto e a equipe de monitorização, geralmente sob a liderança do arquiteto do projeto. Os projetos mais satisfatórios serão aqueles que, desde a fase mais precoce possível, trabalhem e tenham em conta as competências e a experiência de uma grande variedade de especialistas (WOOD, 2014, p. 1043).

A atuação em conjunto desses profissionais é importante para poder compreender e diagnosticar diversos tipos de patologias em determinados estudos, sobretudo nas edificações

históricas onde é essencial para garantir a durabilidade, segurança e valor de uma construção. Isto nos leva a discussões realizadas nos capítulos anteriores, onde é necessário a investigação minuciosa de uma edificação histórica ao escolhê-la como objeto de estudo, para poder entendermos os fenômenos que estão por trás de sua construção. Vejamos em WOOD (2014, p. 1042).

Isto baseia-se na firme convicção de que não é possível conservar ou gerir um edifício sem primeiro compreender a sua história. É necessário saber como e porquê um edifício foi construído, como os espaços dentro de um edifício e entre edifícios foram alterados e utilizados ao longo do tempo, o que sobreviveu do edifício e o que foi perdido, bem como qualquer associação com indivíduos e eventos (WOOD, 2014, p. 1042).

A arqueologia Histórica e a Arqueologia da Arquitetura atuam muito bem nesse quesito, onde as informações obtidas por meio dos seus estudos contribuem para a compreensão de edificações históricas e o significado que cada uma em específico podem ter. Em particular, é essencial reconhecer os aspectos que tornam os edifícios suficientemente importantes para justificar o tempo e o esforço de conservação necessários. (WOOD, 2014, p. 1042)

Durante a década de 1990 e início de parte do século XXI, o surgimento dos edifícios' a arqueologia coincidiu e informou abordagens à “documentação” e preservação do património cultural. Ao longo deste período, a interpretação dos edifícios também tem sido informada e aprimorada pelo envolvimento crítico com os desenvolvimentos da teoria arqueológica contemporânea (GILES, 2014, p. 1033).

A forma como os edifícios eram interpretados passou a ser aprimorada pela interação com as teorias arqueológicas contemporâneas, que ofereciam novas perspectivas e métodos para analisar e preservar o patrimônio arquitetônico. Assim, a arqueologia não só contribuiu para uma melhor compreensão dos edifícios, mas também ajudou a moldar as práticas de preservação cultural, fazendo com que essas práticas fossem mais críticas e informadas pelas teorias em alta na arqueologia (GILES, 2014, p. 1033).

Desse modo, diversas formas de prevenção e cuidado com um bem denominado como patrimônio cultural, foram sendo disseminadas e aprimoradas. Aqui retornamos ao uso do mapeamento de danos como uma das maneiras de intervenção previa em uma edificação. Seu uso envolve várias etapas necessárias até chegar ao seu resultado específico. De acordo com o “*Manual de Elaboração de Projetos*” (2005) produzido pelo Ministério da Cultura, por meio do programa “Monumenta”, traçaremos as etapas abaixo para a construção de um mapeamento de danos.

Primeiramente, se faz necessário a identificação e conhecimento do bem, onde “esta etapa tem o objetivo de conhecer e analisar a edificação sob os aspectos históricos, estéticos, artísticos, formais e técnicos” (BRASIL, 2005, p. 20). A pesquisa histórica busca organizar as informações obtidas por meio de pesquisas arquivistas, bibliográficas e de fontes orais, com o

objetivo de compreender e contextualizar a edificação ao longo do tempo, identificando sua origem e trajetória histórica.

Logo após, é feita uma inspeção visual detalhada do bem cultural em questão. Nesta fase, são identificados os diferentes tipos de danos, como rachaduras, fissuras, desprendimentos de material, manchas de umidade, entre outros. Cada tipo de dano é registrado de forma minuciosa, geralmente em plantas ou desenhos esquemáticos do bem, onde os danos são localizados e categorizados (BRASIL, 2005, p. 28).

Além da inspeção visual, o mapeamento de danos pode incluir o uso de tecnologias avançadas, como fotografia de alta resolução, fotogrametria, termografia, e scanners a laser 3D. Essas ferramentas permitem uma análise mais precisa e detalhada, facilitando a identificação de danos que podem não ser visíveis a olho nu, como problemas estruturais internos ou degradação causada por fatores ambientais (WOOD, 2014, p. 1043).

A análise dos danos identificados é a próxima etapa crucial no mapeamento. Aqui, os especialistas avaliam as causas dos danos, que podem ser diversas: desde a ação do tempo e a exposição a elementos naturais, como vento, chuva e poluição, até intervenções humanas inadequadas, como restaurações mal realizadas ou o uso de materiais não compatíveis. Essa análise é fundamental para determinar as medidas corretivas mais adequadas e para evitar a recorrência de problemas (BRASIL, 2005, p. 28).

Uma vez concluído o mapeamento de danos, os dados coletados servem como base para o desenvolvimento de um plano de intervenção. Este plano pode incluir desde ações preventivas, como controle de umidade ou reforço estrutural, até intervenções mais complexas, como restaurações completas ou até mesmo a substituição de partes do bem. Além disso, também pode servir para monitorar a evolução dos problemas ao longo do tempo, permitindo ajustes no plano de conservação de acordo com as necessidades (BRASIL, 2005, p. 30 e 31).

A importância do mapeamento de danos não se restringe apenas à preservação física dos bens culturais. Ele também desempenha um papel crucial na documentação e no registro histórico. Ao mapear os danos de uma edificação ou monumento, cria-se um registro detalhado de seu estado de conservação em um determinado momento, o que pode ser de grande valor para futuras gerações de conservadores, historiadores e arqueólogos. Esse registro contribui para a compreensão da história do bem, incluindo as mudanças e os desafios que enfrentou ao longo do tempo (CORREA; TIRELLO, 2012, p. 02).

No caso das edificações históricas, se feito criteriosamente, um Mapa de Danos resulta em um importante documento ilustrado na medida em que pode agrupar grande número de informações relativas a quantidade, qualidade e intensidade das avarias dos materiais e estruturas dessas construções. Portanto, sob o ponto de vista operativo, mapas de danos são instrumentos eficazes de auxílio tanto para o planejamento das

diretrizes projetuais de restauro/conservação (limpeza, consolidação ou mesmo de substituição controlada de materiais ou de partes extremamente degradadas) e das previsões orçamentárias, como podem também instruir ações de monitoramento preventivo para garantir a boa conservação dos artefatos no tempo (CORREA; TIRELLO, 2012, p. 02).

Nesse contexto, essa prática emerge como uma ferramenta útil e necessária na conservação do patrimônio cultural, pois ele não apenas ajuda a proteger e prolongar a vida útil dos bens culturais, mas também garante que as intervenções realizadas sejam bem fundamentadas e respeitem o valor histórico e artístico dos objetos em questão. Em suma, o mapeamento de danos é uma prática essencial para qualquer projeto de conservação, representando um elo vital entre a identificação dos problemas e a implementação de soluções eficazes e sustentáveis.

## 5.2 Atuação do Mapeamento de Danos nas fachadas dos prédios

O mapeamento de danos desempenha um papel crucial na preservação e manutenção das fachadas de prédios, especialmente em contextos urbanos onde a arquitetura histórica e patrimonial precisa ser conservada. As fachadas, por serem as partes mais expostas de uma edificação, estão sujeitas a uma variedade de agentes degradantes, desde as intempéries até a poluição urbana.

Para a análise das fachadas selecionadas para essa pesquisa, o primeiro passo na construção desse mapeamento de danos foi a inspeção detalhada da superfície externa do prédio. Durante essa inspeção, o arquiteto responsável identificou e documentou diversos tipos de patologias, como:

**Rachaduras, fissuras ou trincas:** Pequenas fissuras podem surgir devido à movimentação natural do prédio, enquanto trincas maiores podem indicar problemas estruturais mais sérios. O mapeamento ajuda a distinguir entre esses tipos de danos e a avaliar sua gravidade (IPHAN, 2000, p. 25).

**Desagregação do Revestimento:** é o processo pelo qual um material sólido, como pedra, concreto ou argamassa, se quebra ou se fragmenta em partículas menores. Esse fenômeno ocorre quando as ligações internas do material enfraquecem, levando à separação de suas partes constituintes, como reboco, estuque ou azulejos. A perda desses materiais pode comprometer a estética e a proteção da fachada (IPHAN, 2000, p. 25).

**Manchas e Eflorescências:** é um fenômeno que ocorre em materiais porosos, como tijolos, concreto, argamassa e pedras, quando sais solúveis presentes no interior desses materiais são transportados pela água até a superfície, onde se cristalizam após a evaporação da água. O

resultado é o aparecimento de manchas esbranquiçadas ou depósitos cristalinos na superfície do material (IPHAN, 2000, p. 19).

**Oxidação:** é uma reação química em que um material, geralmente um metal, perde elétrons para outro agente, como oxigênio, resultando na formação de óxidos. Esse processo é uma das principais causas de degradação em materiais metálicos e é amplamente conhecido como o processo que leva à corrosão, como, por exemplo, a formação de ferrugem no ferro (IPHAN, 2000, p. 40).




**Erosão Alveolar:** é um tipo de patologia que ocorre em materiais de construção, especialmente em pedras naturais, como calcários e arenitos, utilizados em edificações históricas e monumentos (IPHAN, 2000, p. 19). Esse processo resulta na “alveolização” caracterizada pela formação de pequenas cavidades ou "alvéolos" na superfície do material, que lembram uma colmeia ou uma esponja (IPHAN, 2000, p. 24).

**Descolamento de Revestimentos e Pintura:** A perda de aderência de revestimentos ou camadas de pintura pode indicar problemas de aderência, infiltração ou simplesmente desgaste pelo tempo (IPHAN, 2000, p. 15 e 16).

**Danos Causados por Fatores Ambientais:** referem-se à deterioração ou degradação de estruturas, materiais e edificações como resultado direto ou indireto de condições naturais e ambientais. A ação contínua de fatores como poluição, radiação solar, chuva, vento, mudanças de temperatura, ataque biológico, pode acelerar o desgaste da fachada (IPHAN, 2000, p. 21 e 22).

Abaixo, observamos o quadro com a representação das legendas utilizadas nos mapeamentos de danos por meio de sua simbologia, o dano presente no edifício e a descrição desses danos presentes:

Quadro 3 - Identificação das patologias no mapeamento de danos

MAPEAMENTO DE DANOS		
LEGENDA	PATOLOGIAS	DESCRIÇÃO
	Arte	Pintura, pichação, ou grafite resultado de propaganda, comunicação, informação ou vandalismo
	Ausência de azulejo	Perda da peça de azulejo
	Crosta Negra / Sujidades	Manchas ocasionadas pela humidade – acumulo de sujeira suspensa no ar ou levada pelas águas pluviais

	Destacamento do reboco	Perda do revestimento
	Destacamento da tinta	Perda da pintura
	Mancha	Manchas causadas por oxidação de elementos metálicos
	Mancha de umidade	Manchas causadas pela infiltração da água na alvenaria
	Rachadura	Abertura acima de 3mm
	Vazio 1	Ausência de parte da esquadria
	Vazio 2	Ausência de parte da esquadria
	Criptoflorescência	Degradação do material da parte superior
	Desagregação	Destacamento do revestimento
	Empolamento	Bucho formado na pintura
	Umidade ascendente	Umidade vinda do solo, de baixo para cima
	Interferência tipo 1	Adição de material não condizente com o original
	Interferência tipo 2	Adição de revestimento não condizente com original
	Interferência tipo 3	Adição de pintura não condizente com original
	Interferência tipo 4	Material – placa/Engenho publicitário
	Oxidação	Óxido de ferro no gradil
	Vegetação incrustada	Vegetação na alvenaria
	Restos de papel	Resquícios de colagem/cartaz
	Alveolização	Cavidade, espaços vazios em pedras
	Perda	Perda da alvenaria, em arruinamento

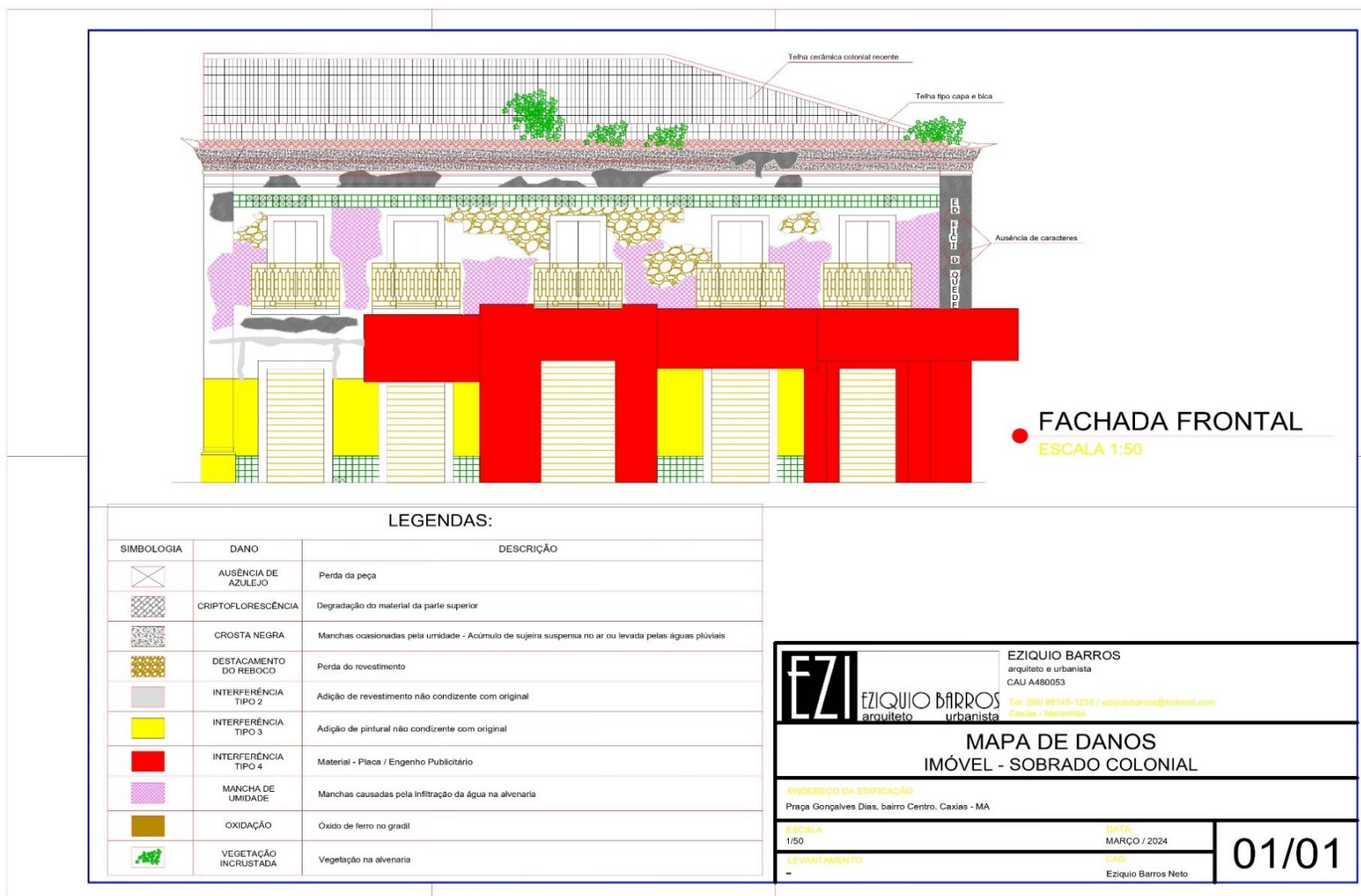
Fonte: autora (com base no mapeamento de danos realizado pelo arquiteto Eziqio Barros, 2024).

Após a identificação e documentação dos danos, houve a análise dos dados coletados para representação em mapa através de desenhos. Essa análise permite aos especialistas determinar as causas dos danos e avaliar o impacto sobre a integridade da fachada. A análise detalhada é essencial para definir as prioridades de intervenção, distinguindo entre danos

superficiais que podem ser tratados com simples reparos e danos mais profundos que podem requerer intervenções estruturais.

Além disso, essa avaliação ajuda a prever como a fachada pode reagir a futuras condições ambientais e de uso. Desse modo, abaixo apresentaremos os mapeamentos de danos realizados nas fachadas dos 7 prédios selecionados, onde pudemos observar suas principais patologias e o nível de degradação que se encontram esses edifícios. No 3º capítulo dessa pesquisa, está presente o mapa (figura 8) representando a localização desses edifícios, junto ao quadro nº 1 e em seguida a descrição dessas edificações selecionadas.

Figura 24 - Mapa de danos nº 01: edifício Duque de Caxias



Fonte: Ezizquio Barros (2024)

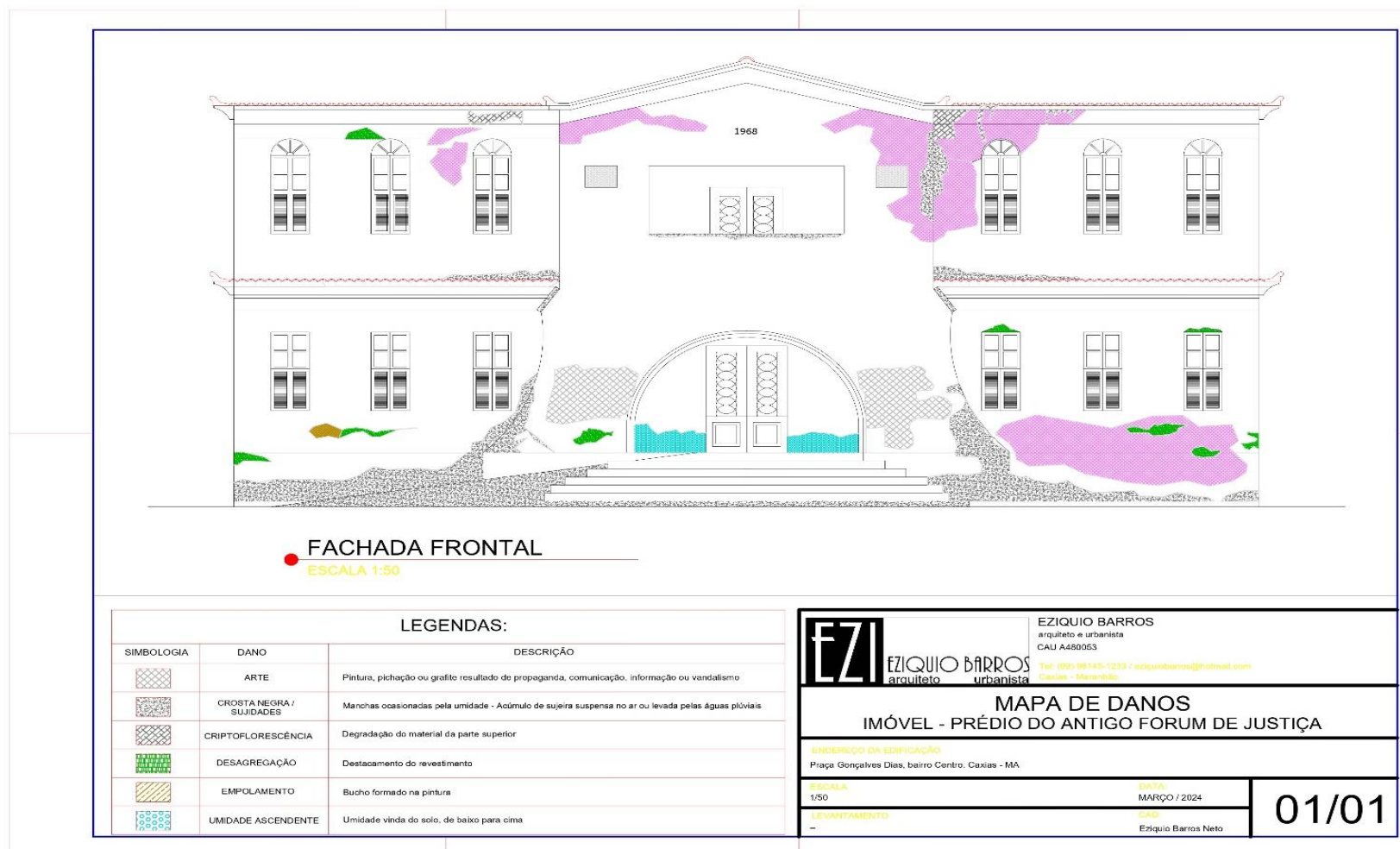


Figura 25 - Fachada do edifício Duque de Caxias



Fonte: Autora (2024)

Figura 26 - Mapa de danos nº 02: antiga Casa da Justiça



Fonte: Eziquio Barros (2024)

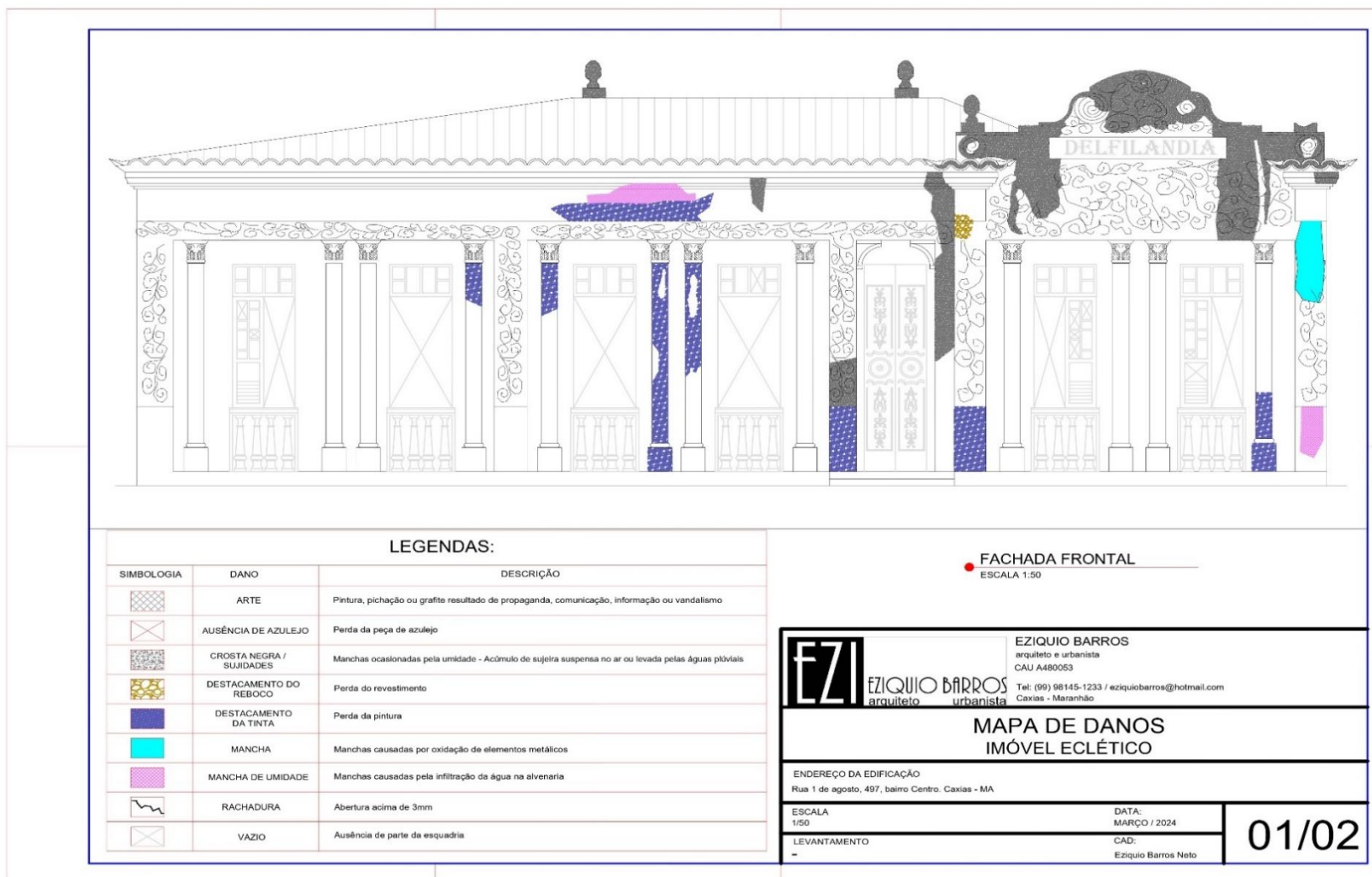


Figura 27 - Fachada da antiga Casa da Justiça



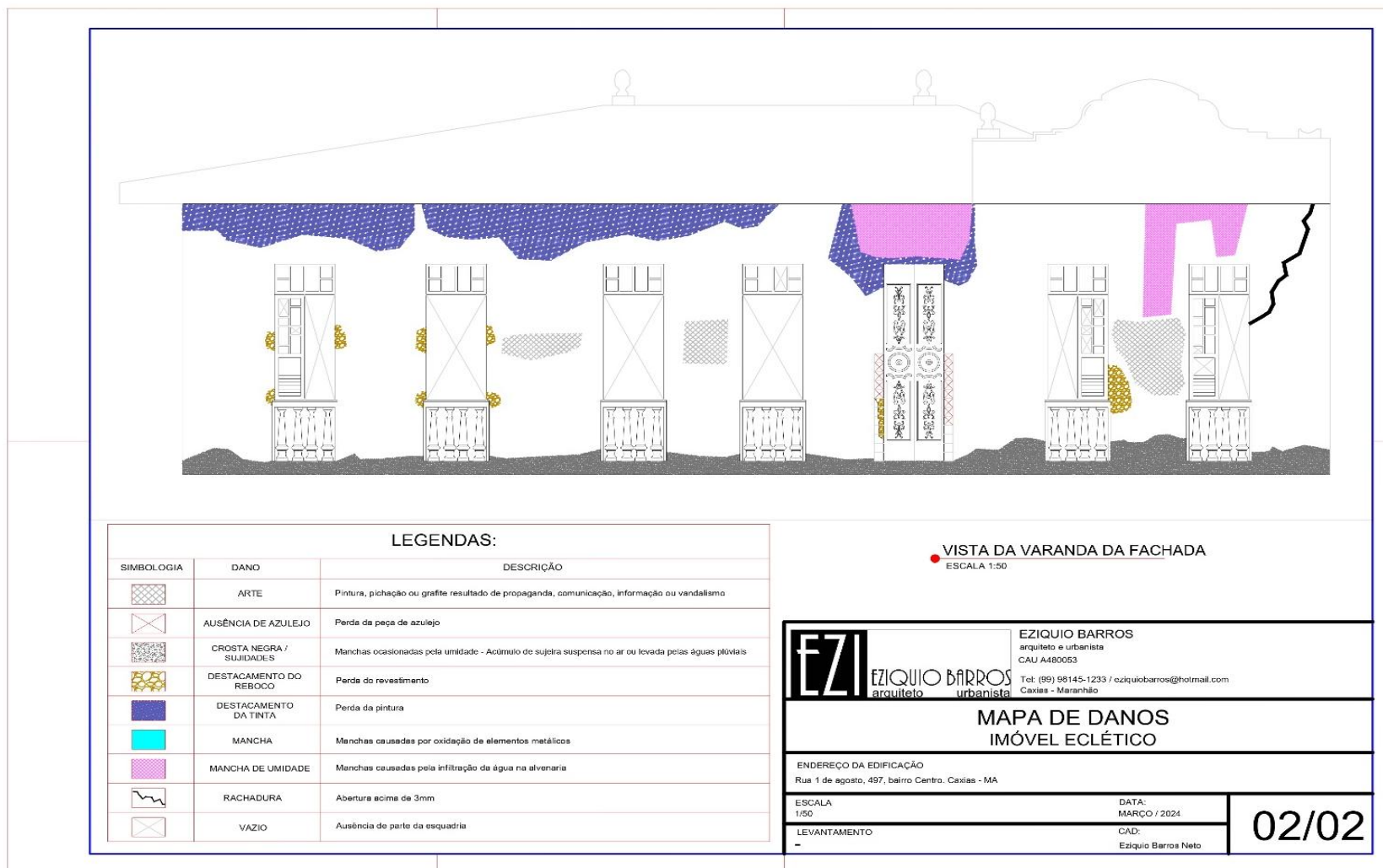
Fonte: Autora (2024)

Figura 28 - Mapa de danos nº 03: Delfilândia



Fonte: EziQUIO Barros (2024)

Figura 29 - Mapa de danos nº 04: Delfilândia, vista da varanda da fachada



Fonte: Eziqio Barros (2024)

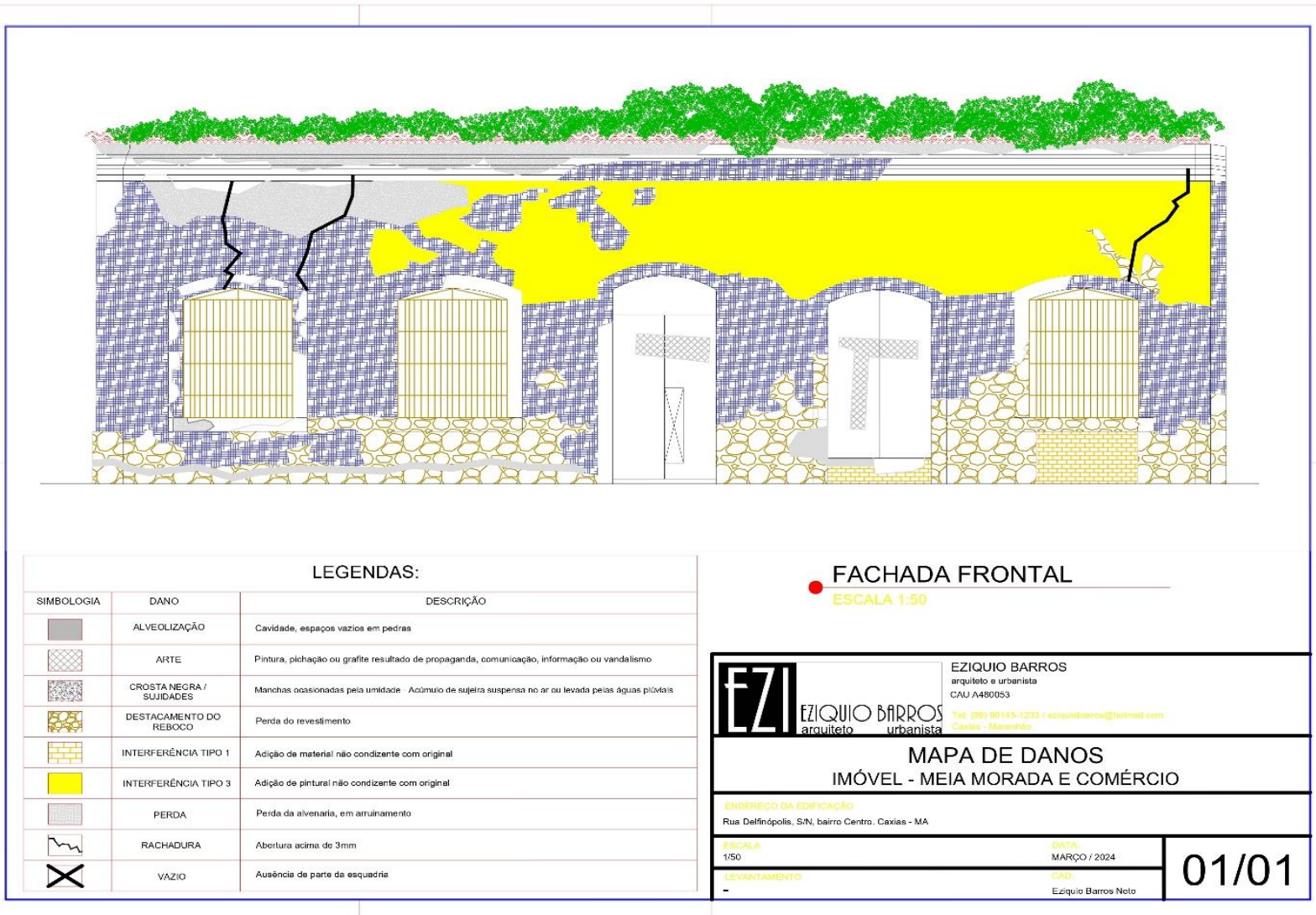


Figura 30 - Fachada da Delfilândia nos anos de 2021, 2023 e 2024



Fonte: Autora (2021, 2023 e 2024)

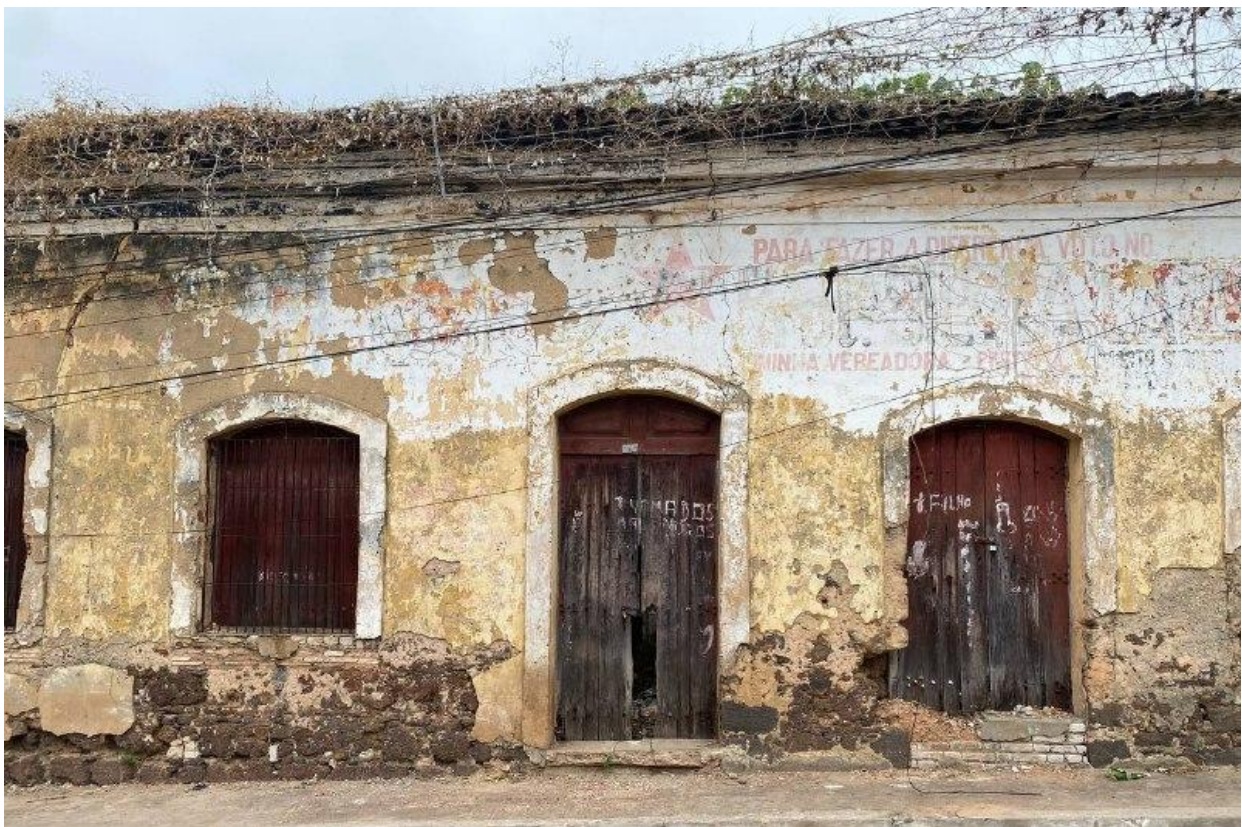
Figura 31 - Mapa de danos nº 05: casarão na rua Riachuelo



Fonte: Eziqio Barros (2024)



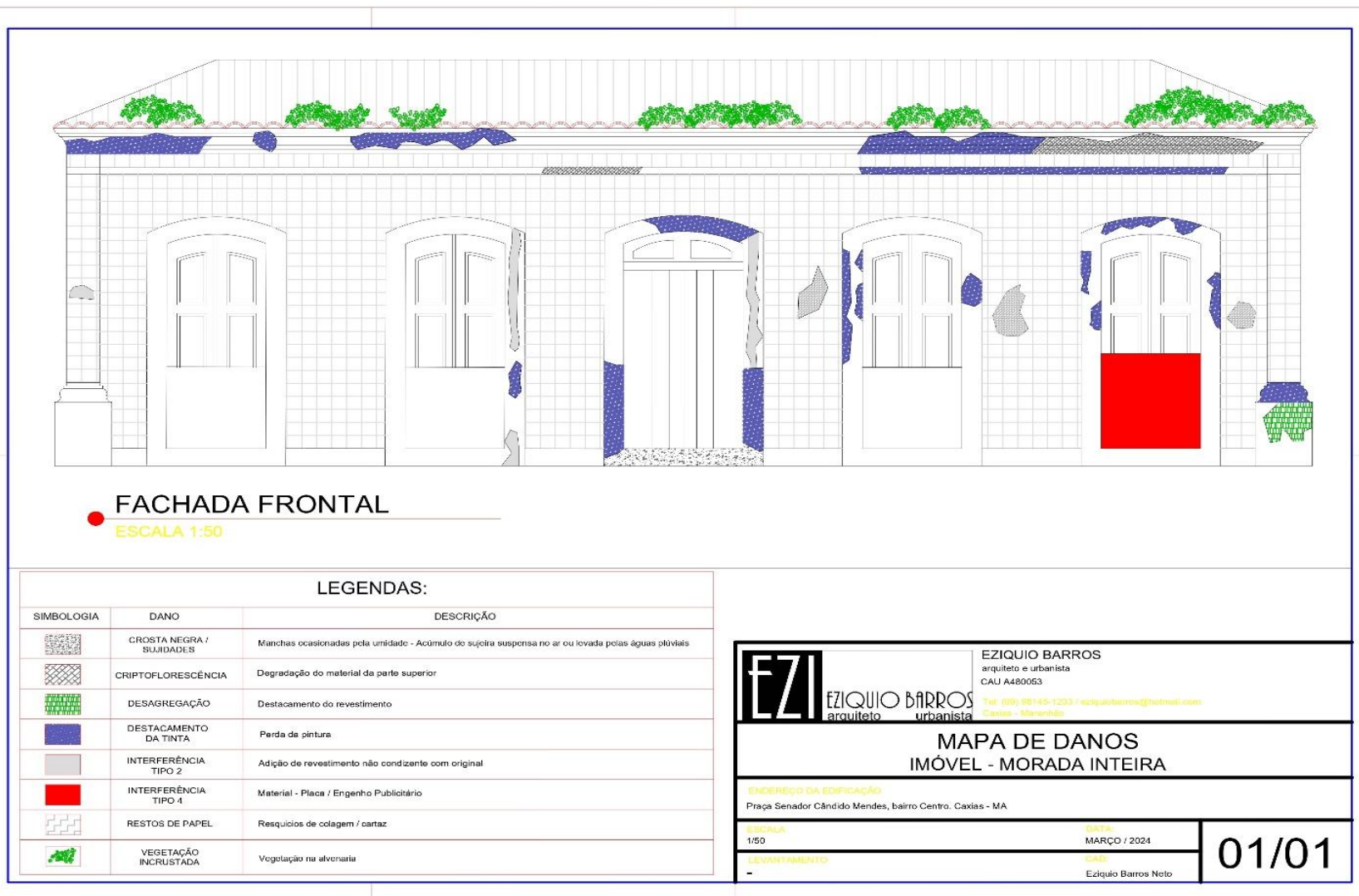
Figura 32 - Fachada do casarão na rua Riachuelo



Fonte: Autora (2024)



Figura 33 - Mapa de danos nº 06: casarão de Dona Ivelta



Fonte: Eziquio Barros (2024)

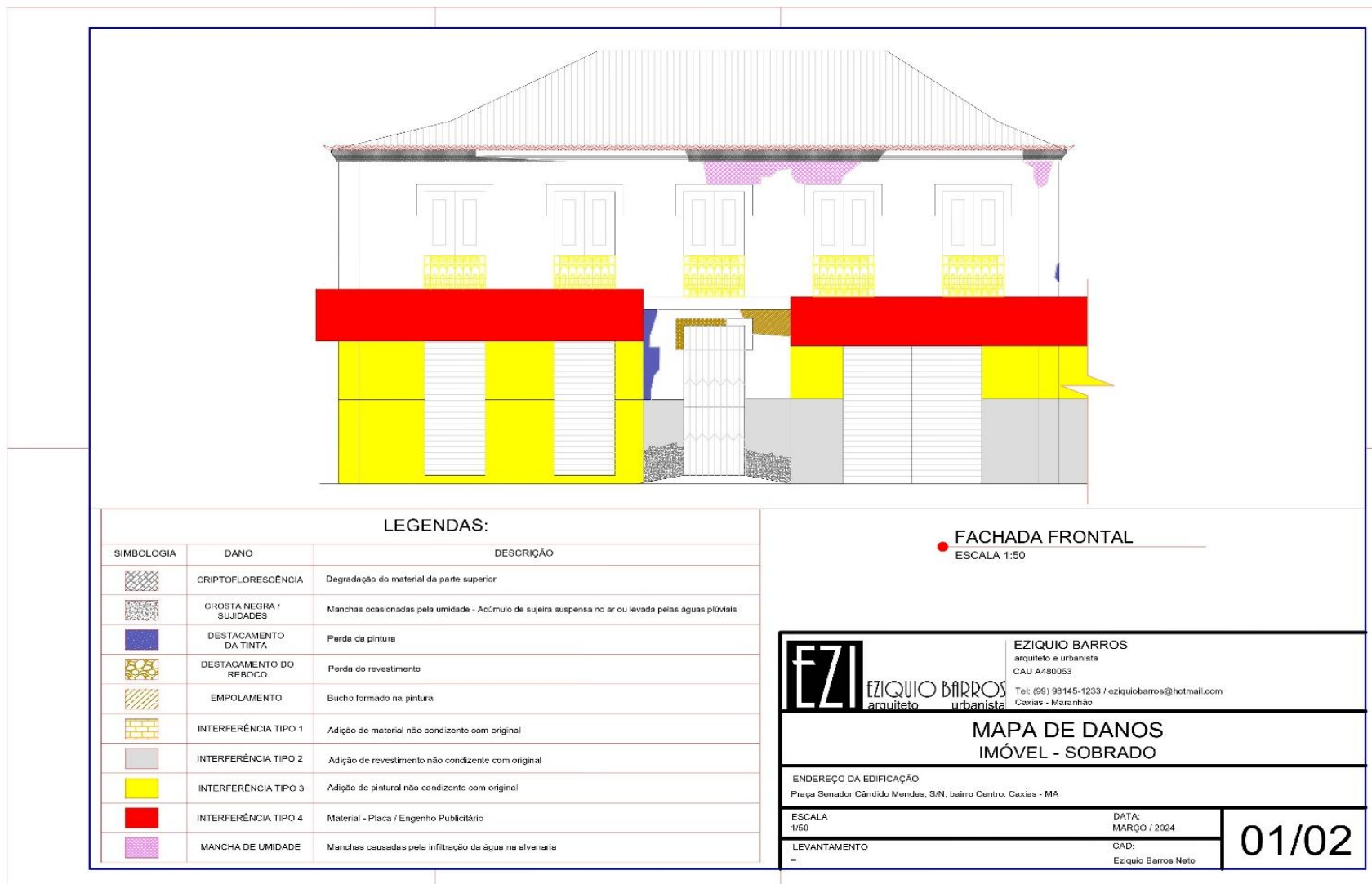
Figura 34 - Fachada do casarão de Dona Ivelta



Fonte: Autora (2023 e 2024)

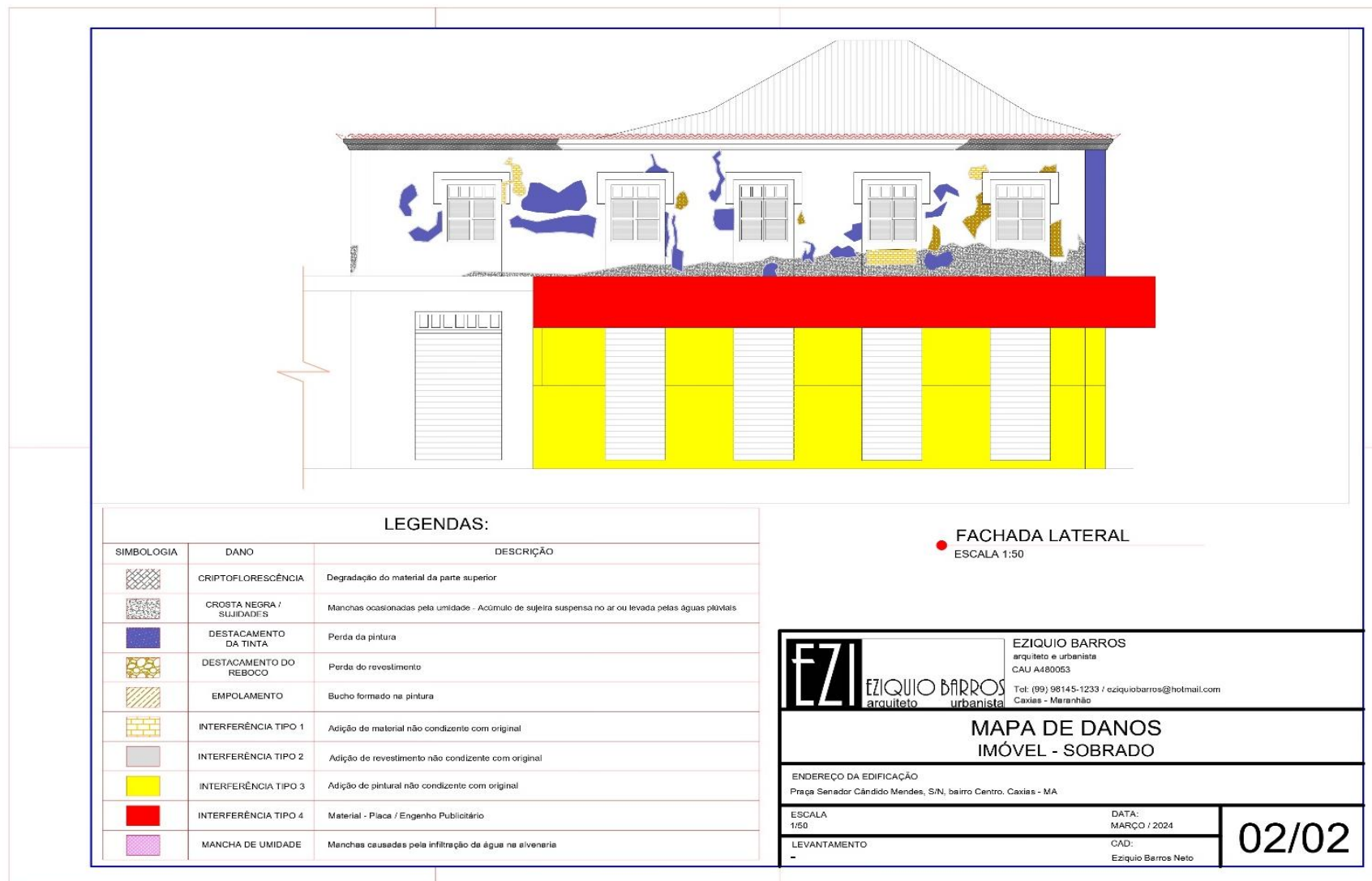


Figura 35 - Mapa de danos nº 07: casarão localizado no largo da praça da Matriz (fachada frontal)



Fonte: Eziqio Barros (2024)

Figura 36 - Mapa de danos nº 08: casarão localizado no largo da praça da Matriz (fachada lateral)



Fonte: Eziqio Barros (2024)

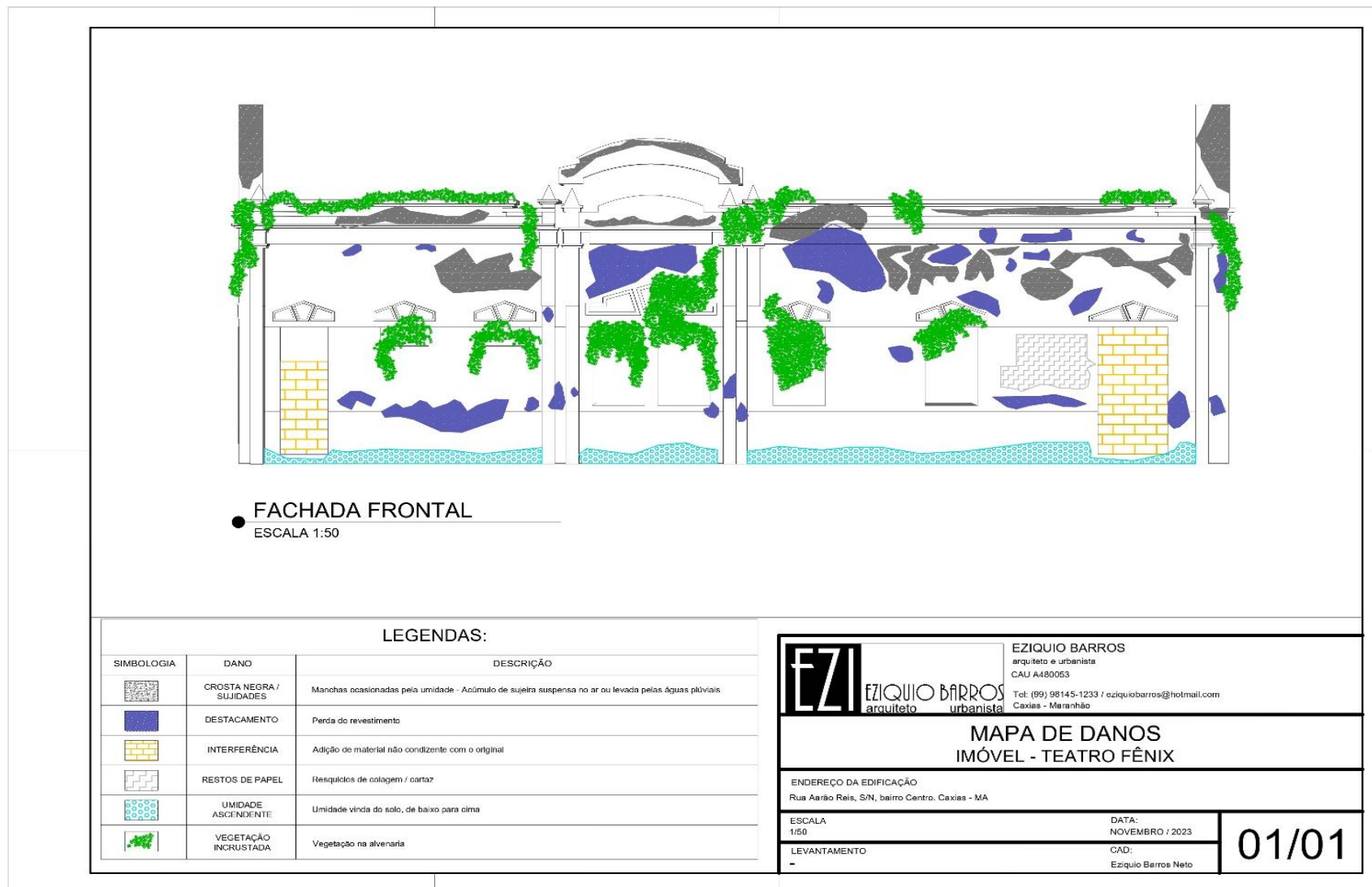
Figura 37 - Fachada frontal e lateral do casarão localizado no largo da praça da Matriz



Fonte: Autora (2024)

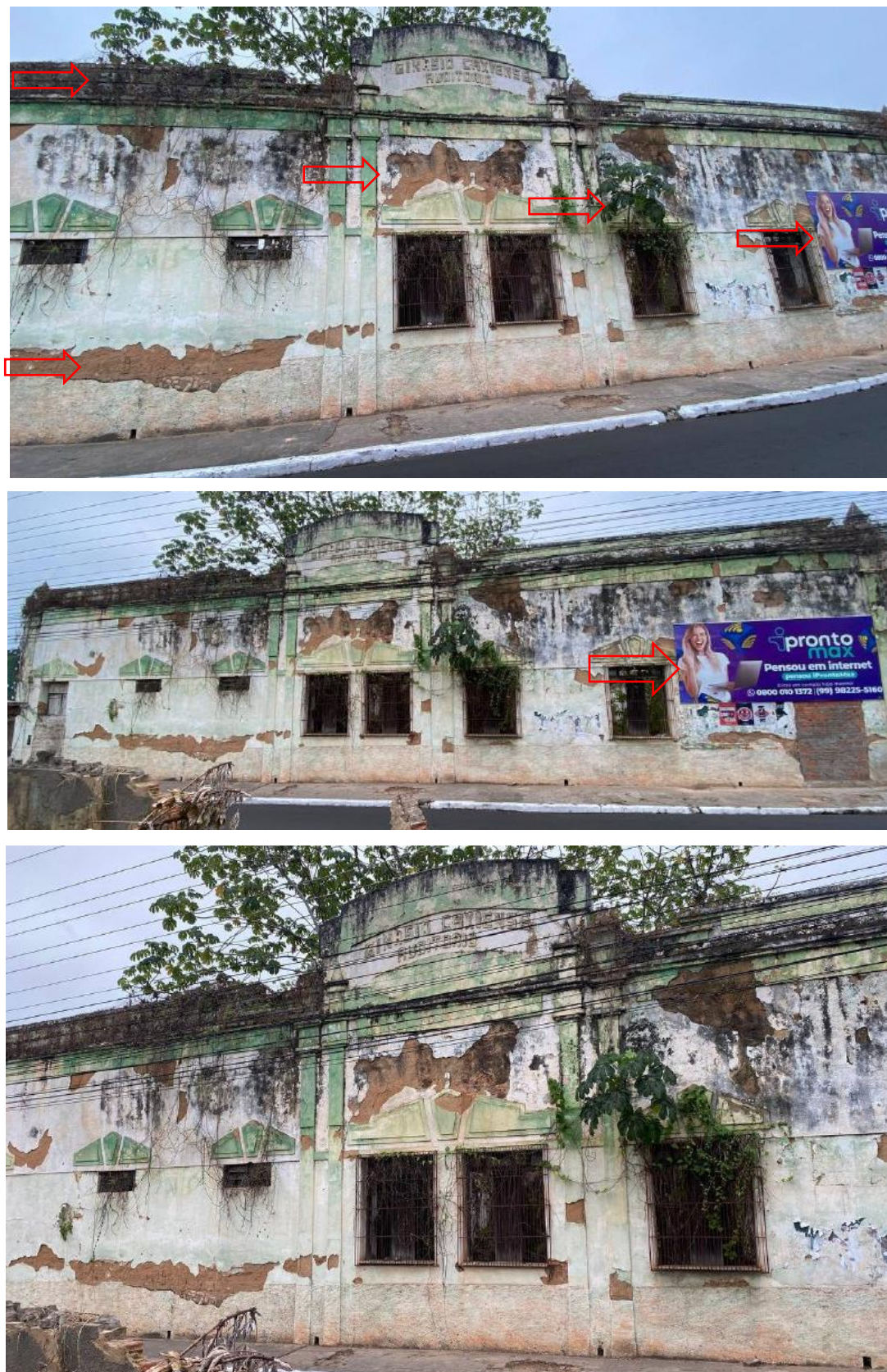


Figura 38 - Mapa de danos nº 09: escola Caxiense e antigo Teatro Fênix



Fonte: Eziquio Barros (2024)

Figura 39 - Fachada frontal antigo Teatro Fênix



Fonte: Autora (2024)

A atuação do mapeamento de danos nas fachadas de prédios é especialmente importante em edifícios históricos ou de valor patrimonial. Essas estruturas são frequentemente protegidas por leis de preservação, e qualquer intervenção deve ser cuidadosamente planejada para não comprometer sua autenticidade e valor histórico. O mapeamento fornece uma base sólida para essas intervenções, garantindo que sejam feitas de forma responsável e respeitosa ao patrimônio cultural.

Além disso, o mapeamento de danos em fachadas ajuda a preservar a identidade visual das cidades. Em áreas urbanas, as fachadas dos prédios contribuem significativamente para o caráter e a história do ambiente construído. Proteger e manter essas fachadas é, portanto, um ato de preservação cultural que beneficia toda a comunidade.

O mapeamento de danos é uma ferramenta essencial na conservação das fachadas de prédios. Ele permite identificar e documentar problemas, analisar suas causas e planejar intervenções eficazes, garantindo a preservação estética, funcional e histórica das estruturas arquitetônicas.

Na ocasião, foi realizado uma quantidade limitada desses mapeamentos de danos, pois demanda incentivo financeiro maior e um projeto mais elaborado e específico. Portanto, foi construído um inventário com imóveis datados do século XIX e XX, que também fazem parte desse complexo do Centro Histórico tombado, e que podem ser objetos de futuros mapeamento de danos e futuras pesquisas e demais projetos na área.

### **5.3 Inventário de edificações**

Os inventários, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), desempenham um papel importante na identificação, documentação e proteção do patrimônio arquitetônico e urbanístico do Brasil. Se tratando dos bens imóveis, os inventários são ferramentas essenciais para registrar as características físicas, históricas, artísticas e culturais de edificações e conjuntos urbanos de relevância patrimonial, assegurando sua preservação e valorização (MOTTA; REZENDE, 2016, p. 02).

Este processo é utilizado por várias instituições culturais, inclusive o IPHAN, que criou um Manual de aplicação de inventariado através do programa Mais Educação da Secretaria de Educação Básica do MEC, para obter controle do seu acervo cultural, e para buscar informações que complementem no estudo de prédios históricos ou outro objeto de



cunho histórico, buscando os principais detalhes para servir de pesquisa para outras pessoas.

Vejamos:

Inventariar é um modo de pesquisar, coletar e organizar informações sobre algo que se quer conhecer melhor. Nessa atividade, é necessário um olhar voltado aos espaços da vida, buscando identificar as referências culturais que formam o patrimônio do local (IPHAN, 2016, p. 7).

Se tratando dos bens imóveis, uma das principais funções nos inventários é a identificação e o registro de edifícios, monumentos e sítios de interesse cultural. Por meio de descrições detalhadas, esses registros capturam as características arquitetônicas, técnicas construtivas e o contexto histórico e cultural dos imóveis. Esse processo de documentação é fundamental para garantir que as informações sobre esses bens sejam preservadas e para orientar intervenções de conservação e restauração (MOTTA; REZENDE, 2016, p. 02).

Ao produzir conhecimento sobre o universo de bens culturais, os inventários podem justificar a seleção de determinados bens como patrimônio cultural e sua proteção pelo poder público. Como a conceituação de patrimônio é dinâmica e passa por transformações ao longo do tempo, os trabalhos de inventário representam estratégias diferentes para atribuição de valor, pressupondo uma base sistemática de registro de informações, mais ou menos complexa, dependendo das diferentes concepções adotadas, de períodos históricos distintos, dos territórios delimitados e da diversidade de tipos de bens estudados (MOTTA; REZENDE, 2016, p. 02).

Desse modo, os inventários servem como instrumentos importantes para o planejamento e a gestão das políticas de preservação e conservação do patrimônio cultural. O IPHAN e outras instituições públicas utilizam os dados coletados nesses inventários para tomar decisões informadas sobre intervenções e restaurações em imóveis tombados ou em processo de tombamento. Dessa forma, os inventários não apenas registram, mas também influenciam na proteção e a conservação dos bens culturais (MOTTA; REZENDE, 2016, p. 03 e 04).

Os inventários de bens imóveis desempenham um papel crucial no reconhecimento e na proteção legal do patrimônio cultural. Um imóvel inventariado, de interesse histórico, pode chegar a ser reconhecido como patrimônio cultural, o que o torna elegível para o tombamento. O tombamento confere proteção legal, impedindo modificações que possam descaracterizar o valor histórico e cultural do bem. Dessa maneira, os inventários ajudam a garantir que os imóveis de valor patrimonial sejam preservados e protegidos contra a destruição ou a alteração inadequada. Como afirma Rezende (2006):

Os inventários têm como função, por um lado, constituir-se em uma ação de preservação do patrimônio, na medida em que conservam em outros suportes as informações contidas nos bens culturais, permitindo o acesso e a produção de conhecimento sobre os mesmos, independentemente dos seus suportes originais,

por outro lado, especialmente no caso dos sítios urbanos, apoiar os trabalhos de planejamento e atualização das intervenções, contribuindo diretamente para o estabelecimento de critérios e parâmetros de preservação (REZENDE, 2006, p. 17).

Um aspecto importante dos inventários é sua função educativa e de sensibilização pública. Por meio do processo de inventariar, coletamos informações importantes sobre a cultura que liga as pessoas umas nas outras, essa conexão que faz o patrimônio ter sua importância e valorização. Portanto, a participação da população neste processo de inventariar sensibiliza as pessoas a cuidarem do patrimônio ao seu redor (REZENDE, 2006, p. 158).

[...] o contato com a população durante a visita a cada edificação tem revelado uma dinâmica própria, independente da conclusão dos levantamentos. O trabalho instaura um processo de reflexão sobre o sentido da preservação ao promover a relação direta do IPHAN com as comunidades, através da participação dos moradores que disponibilizam suas casas ao trabalho técnico da instituição e são solicitados a darem suas opiniões [...] (REZENDE, 2006, p. 158).

Ao divulgar os resultados dos inventários, o IPHAN busca aumentar a conscientização sobre a importância da preservação do patrimônio cultural. Essa divulgação não só promove o conhecimento sobre a história e a cultura local, mas também fortalece a identidade cultural das comunidades, incentivando o envolvimento da sociedade na proteção do patrimônio.

Atividades desse cunho podem ser executadas através de ações patrimoniais por meio da sala de aula, museus, rodas de conversas em praças, etc. Através de oficinas dentro desse contexto se obtém aprendizagens que resultam em práticas contínuas de conhecimentos sobre a cultura existente.

Por meio desse material levantado pela população mais pessoas serão alcançadas mediante as oficinas de aprendizagem sobre o patrimônio. Este ato manifesta nas pessoas o desejo de aprender mais sobre seu lugar. O material também servirá para pesquisas futuras e uso de conhecimento geral, facilitando a disseminação desse conteúdo de forma didática e incentivadora (REZENDE, 2006, p. 158).

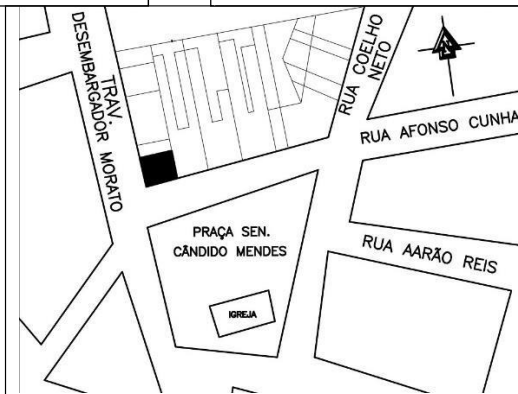
Assim, os inventários também servem como uma base valiosa para pesquisas acadêmicas e estudos sobre a evolução urbana, estilos arquitetônicos, técnicas construtivas e influências culturais em diferentes regiões do Brasil. A metodologia utilizada pelo IPHAN inclui pesquisas documentais e bibliográficas, levantamentos de campo e análises críticas, garantindo que os dados coletados sejam precisos e úteis para diversas finalidades (REZENDE, 2006, p. 157).

As fichas disponibilizadas pelo IPHAN no Manual de aplicação de inventariado (2016), como meio de atividade de inventariar, nos auxiliam no preenchimento de forma bem didática, elencando as principais características do objeto estudado como: Nome do edifício, localização, função, data de construção, dados históricos, dentre outras informações pertinentes. Essa ação possibilita uma participação ativa das pessoas envolvidas na descrição do lugar.

Diante das referências culturais apresentadas neste trabalho, escolhemos alguns edifícios que não foram selecionados para o mapeamento de danos, para seguirmos as instruções do Manual de Aplicação do IPHAN para confecção do material de catalogação dos casarões escolhidos para esta pesquisa, através das fichas abaixo podemos guardar informações que podem contribuir para pesquisas futuras no estudo do patrimônio de Caxias.

<b>Levantamento de imóveis de interesse histórico da área tombada pelo Decreto Estadual N° 11.681/1990.</b>	<b>N° 01</b>
---	--------------

Arquitetura Civil	Arquitetura Religiosa	Arquitetura Militar
-------------------	-----------------------	---------------------



<b>Designação</b>	Casa Verde		
<b>Endereço</b>	Praça Senador Cândido Mendes, 407 e 413, centro.		
<b>Proprietário</b>	-		
<b>Uso Atual</b>	Comércio - Farmácia	<b>Uso original</b>	Residência Unifamiliar

<b>Área do lote</b>	-	<b>Área construída</b>	-
<b>Estado de Conservação:</b>	Muito bom		
<b>Contexto histórico</b>	Residência de Libânio Lobo, influente político estadual entre os séculos XIX e XX, sendo considerado o primeiro prefeito de Caxias. A casa recebeu diversas autoridades e eventos municipais, principalmente políticos. Era conhecida como 'casa verde', devido a sua cor da fachada.		
<b>Elementos arquitetônicos</b>	Imóvel térreo do tipo meia morada e comércio. Edificação externa em alvenaria não sendo possível identificar o tipo de material construtivo, revestimento em barro e cal, platibanda e três esculturas em porcelana originárias de Portugal, séc. XIX. As portas e janelas são em madeira, em arco abatido. Possui base de cunhal, cunhal e cimbalha. A cobertura é em telha cerâmica do tipo colonial.		
<b>Descaracterização</b>	Os arcos nas portas eram do tipo ogival, alterados para arco abatido por volta da metade do Séc. XX. Essa é a única alteração externa identificada, possuindo uma boa conservação sem danos significativos.		



Eziqio Barros Neto – Arquiteto e Urbanista CAU – A480053

[eziqio@gmail.com](mailto:eziqio@gmail.com) /  eziqio Barros

<b>Levantamento de imóveis de interesse histórico da área tombada pelo Decreto Estadual N° 11.681/1990.</b>	<b>N°02</b>
---	-------------

Arquitetura Civil	Arquitetura Religiosa	Arquitetura Militar
-------------------	-----------------------	---------------------



<b>Designação</b>	Imóvel comercial		
<b>Endereço</b>	Praça Senador Cândido Mendes, 431, centro.		
<b>Proprietário</b>	-		
<b>Uso Atual</b>	Comércio - Misto	<b>Uso original</b>	Residência Unifamiliar

<b>Área do lote</b>	-	<b>Área construída</b>	-
<b>Estado de Conservação:</b>	Bom		
<b>Contexto histórico</b>	Não foi possível encontrar registros na bibliografia disponível dos proprietários e data de sua edificação.		
<b>Elementos arquitetônicos</b>	Imóvel térreo, originalmente morada inteira, tem data de edificação provável do final do séc. XIX. A porta central com arco abatido dá acesso a um corredor para a parte interna da casa. É revestida em azulejo industrial adicionado pela segunda metade do séc. XX. A platibanda com balaustrada, detalhes de conchas e flores e o frontão se destacam nesse exemplo de arquitetura eclética. A cobertura é em telha cerâmica do tipo capa e bica.		
<b>Descaracterização</b>	As janelas foram removidas para dar lugar a duas portas para pontos comerciais. A porta que dava acesso ao imóvel, em madeira, fora trocada por ferro de enrolar. Possui grande poluição visual com engenhos publicitários distribuídos pela fachada, além de restos cartazes.		



Eziquio Barros Neto – Arquiteto e Urbanista CAU – A480053

[eziquio@gmail.com](mailto:eziquio@gmail.com) /  eziquiobarros

<b>Levantamento de imóveis de interesse histórico da área tombada pelo Decreto Estadual N° 11.681/1990.</b>	<b>N°03</b>
---	-------------

Arquitetura Civil	Arquitetura Religiosa	Arquitetura Militar
		

<b>Designação</b>	Imóvel comercial		
<b>Endereço</b>	Praça Senador Cândido Mendes, 441, centro.		
<b>Proprietário</b>	-		
<b>Uso Atual</b>	Comércio - Misto	<b>Uso original</b>	Residência Unifamiliar

<b>Área do lote</b>	-	<b>Área construída</b>	-
<b>Estado de Conservação:</b>	Bom		
<b>Contexto histórico</b>	<p>Não foi possível encontrar registros na bibliografia disponível dos proprietários e data de sua edificação. Na primeira metade do séc. XX, foi um dos imóveis pertencentes ao industrial e político Eugênio Barros (Prefeito de Caxias, Governador e Senador pelo Maranhão), onde na década de 1940/50 fora instalado a agência de Correios e Telégrafos. Com a construção de sua nova sede, o prédio fora vendido ao comerciante Isaac Pereira de Araújo e Silva onde passou a residir. Com seu falecimento, e posteriormente da viúva, o prédio foi vendido pela família em 2021 a um comerciante que o dividiu em pontos comerciais naquele mesmo ano, destruindo duas janelas, das quatro existentes, que ainda restavam, mesmo com denuncia da associação Amigos do Patrimônio Caxiense – APC, para impedir a descaracterização.</p>		
<b>Elementos arquitetônicos</b>	<p>Imóvel térreo, originalmente do tipo morada inteira. Possui porta central com detalhes e platibanda com desenhos de elementos art nouveau, demonstrando um exemplo de arquitetura eclética do interior do Maranhão. Sua cobertura é em telhado duas águas com telha cerâmica do tipo capa e bica.</p>		
<b>Descaracterização</b>	<p>As janelas foram removidas para dar lugar a duas portas onde os quartos foram transformados em pontos comerciais. Cada ponto comercial usa uma cor específica com intenção de desvincular do resto da edificação. Os dois engenhos publicitários superdimensionados criam grande poluição visual.</p>		



<b>Levantamento de imóveis de interesse histórico da área tombada pelo Decreto Estadual N° 11.681/1990.</b>	<b>N°04</b>
---	-------------

Arquitetura Civil	Arquitetura Religiosa	Arquitetura Militar
		

<b>Designação</b>	Imóvel Comercial		
<b>Endereço</b>	Praça Senador Cândido Mendes, 447 e 439, e rua Coelho Neto, centro.		
<b>Proprietário</b>	Diversos		
<b>Uso Atual</b>	Comércio - Misto	<b>Uso original</b>	Comercial

<b>Área do lote</b>	-	<b>Área construída</b>	-
<b>Estado de Conservação:</b>	Bom		
<b>Contexto histórico</b>	Situado em um dos pontos mais antigos, no núcleo que formou a cidade, o imóvel anterior era uma edificação do tipo casa grade, que foi demolida por volta da década de 1930, quando foi edificado o atual imóvel. Seu proprietário era o comerciante Almir Cruz, de importante família local, que montou ali sua casa comercial. Desde a década de 1980 o imóvel foi dando espaço a outros estabelecimentos comerciais.		
<b>Elementos arquitetônicos</b>	Imóvel térreo, com platibanda, frontão, pináculos e detalhes arquitetônicos que remetem ao estilo art nouveau. A cobertura é em telhado cerâmico.		
<b>Descaracterização</b>	As portas foram removidas para dar lugar a grandes portas para abrigar espaços comerciais. A pintura é de acordo com cada estabelecimento, e peças de azulejo foram adicionadas em partes do imóvel. Na extremidade do imóvel, na Rua Coelho Neto, foi adicionado um pavimento se mantendo a platibanda, o que se caracteriza como fachadismo. Os engenhos publicitários também se destacam como forte poluição visual.		



Eziquio Barros Neto – Arquiteto e Urbanista CAU – A480053

[eziquio@gmail.com](mailto:eziquio@gmail.com) /  eziquiobarros



<b>Levantamento de imóveis de interesse histórico da área tombada pelo Decreto Estadual N° 11.681/1990.</b>	<b>N°05</b>
---	-------------

Arquitetura Civil	Arquitetura Religiosa	Arquitetura Militar
		

<b>Designação</b>	SESC		
<b>Endereço</b>	Praça Senador Cândido Mendes, 1131, centro.		
<b>Proprietário</b>	Serviço Social do Comércio - SESC		
<b>Uso Atual</b>	Serviço	<b>Uso original</b>	Residência Unifamiliar

<b>Área do lote</b>	-	<b>Área construída</b>	-
<b>Estado de Conservação:</b>	Bom		
<b>Contexto histórico</b>	<p>Não se sabe o nome do primeiro morador e nem o ano de sua edificação. Datada da segunda metade do séc. XIX, tinha uso residencial, onde entre os anos 1930/40 ali residiu o médico e político Achilles de Almeida Cruz (Senador da República). Entre 1993/94 a casa foi ocupada pelo Serviço Social do Comércio – SESC, onde foi edificado um anexo na lateral e quintal da casa, projeto do arquiteto caxiense Antônio Cruz, e inaugurado em 1995.</p>		
<b>Elementos arquitetônicos</b>	Casa térrea com esquadrias em madeira, cimalha e beiral. Sua cobertura é de telha cerâmica em duas águas.		
<b>Descaracterização</b>	Casa do tipo Morada Inteira, a porta central foi removida e em seu lugar fio inserida uma janela.		




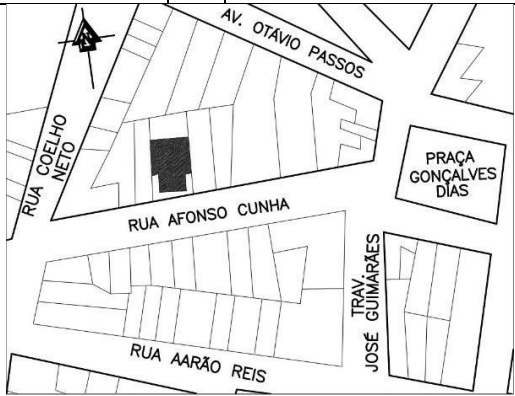
EZQUIQUIO BARROS  
arquiteto urbanista

Eziquio Barros Neto – Arquiteto e Urbanista CAU – A480053

[eziquio@gmail.com](mailto:eziquio@gmail.com) /  eziquibarros



<b>Levantamento de imóveis de interesse histórico da área tombada pelo Decreto Estadual N° 11.681/1990.</b>	<b>N°06</b>
---	-------------



Arquitetura Civil	Arquitetura Religiosa	Arquitetura Militar
		

<b>Designação</b>	Residência da família Cruz		
<b>Endereço</b>	Rua Afonso Cunha, 499, centro.		
<b>Proprietário</b>	Família Cruz.		
<b>Uso Atual</b>	Sem uso	<b>Uso original</b>	Residência Unifamiliar

<b>Área do lote</b>	-	<b>Área construída</b>	-
<b>Estado de Conservação:</b>	Bom		
<b>Contexto histórico</b>	Foi edificada para ser residência do comerciante e político Aniceto de Almeida Cruz, na década de 1930. Sua família residia no imóvel até 2019, quando Martinha Maria Feitosa Cruz, última filha viva de Aniceto, mudou-se para São Luís. Desde então o imóvel está sem uso e com a placa de “vende-se”.		
<b>Elementos arquitetônicos</b>	Casa de dois pavimentos em estilo eclético, se destacando o neocolonial.		
<b>Descaracterização</b>	Na parte externa existem algumas patologias que se apresentaram devido a falta de manutenção, causada pelo não uso do imóvel.		



<b>Levantamento de imóveis de interesse histórico da área tombada pelo Decreto Estadual N° 11.681/1990.</b>	<b>N°07</b>
---	-------------

Arquitetura Civil	Arquitetura Religiosa	Arquitetura Militar
		

<b>Designação</b>	Imóvel Comercial		
<b>Endereço</b>	Praça Gonçalves Dias e Rua Afonso Cunha, 3, centro.		
<b>Proprietário</b>	Família Assunção		
<b>Uso Atual</b>	Comércio - Varejo	<b>Uso original</b>	Comercial

<b>Área do lote</b>	-	<b>Área construída</b>	-
<b>Estado de Conservação:</b>	Bom		
<b>Contexto histórico</b>	No séc. XIX, existia neste local um sobrado que residia o político Severino Dias Carneiro, herói na resistência de Caxias durante a revolta da Balaiada. O casarão fora destruído por um incêndio e em seu lugar edificada uma casa comercial térrea. No século XX, fora edificado um novo prédio, onde funcionou a farmácia Sta. Teresinha, do farmacêutico José Tadeu de Assunção. O imóvel foi adquirido pelo médico e político Antônio Luiz de Oliveira Assunção, sendo ocupado por loja comercial.		
<b>Elementos arquitetônicos</b>	Em estilo eclético, possui platibanda e detalhes arquitetônicos.		
<b>Descaracterização</b>	Em 2022 o imóvel passou por uma intervenção que removeu sua cobertura em telha cerâmica, onde foi colocada uma cobertura com telha metálica.		



Eziquio Barros Neto – Arquiteto e Urbanista CAU – A480053

[eziquio@gmail.com](mailto:eziquio@gmail.com) /  eziquobarros

<b>Levantamento de imóveis de interesse histórico da área tombada pelo Decreto Estadual N° 11.681/1990.</b>	<b>N°08</b>
---	-------------

Arquitetura Civil	Arquitetura Religiosa	Arquitetura Militar
 		

<b>Designação</b>	Imóvel Comercial		
<b>Endereço</b>	Praça Gonçalves Dias, centro.		
<b>Proprietário</b>	-		
<b>Uso Atual</b>	Comércio - Misto	<b>Uso original</b>	Residência Unifamiliar

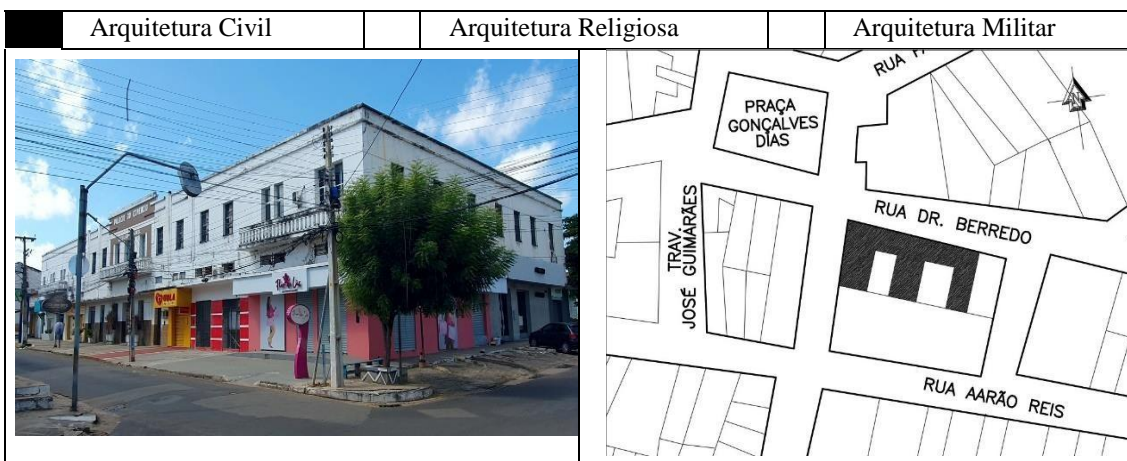
<b>Área do lote</b>	-	<b>Área construída</b>	-
<b>Estado de Conservação:</b>	Regular		
<b>Contexto histórico</b>	<p>Na quadra em que está a edificação, boa parte dos imóveis era propriedade dos irmãos Antônio Joaquim Guimarães e José Ferreira Guimarães, portugueses que se estabeleceram em Caxias e que foram um dos responsáveis pelo início da indústria têxtil no Maranhão. No final do séc. XIX, passou a ser residência do industrial e político José Ferreira Guimarães Junior (Zezinho Guimarães, avô da atriz Glória Meneses). Nesta casa ficou hospedado o Presidente da República, Getúlio Vargas, quando esteve em Caxias. Com a mudança da família para o Rio de Janeiro, na década de 1950, a casa passou por diversos usos, incluindo sede da Associação Atlética do Banco do Brasil – AABB. Atualmente funcionam três estabelecimentos comerciais.</p>		
<b>Elementos arquitetônicos</b>	<p>Casa térrea, do tipo Morada Inteira, ainda mantém porta e corredor que dá acesso a área interna da antiga residência. As quatro janelas eram em arco ogival, e na reforma que adicionou o frontão e balaustrada, recebeu uma fachada eclética em elementos art nouveau. Parte ainda mantém a corgação (textura que se assemelha a pedras). Sua calçada é de lioz, pedra oriunda de Portugal, sendo uma das únicas existentes em Caxias.</p>		
<b>Descaracterização</b>	<p>Em registro fotográfico feito na década de 1920, a casa tinha platibanda sem frontão e balaustrada. Sua descaracterização se dá principalmente pelo uso diverso de cores e engenho publicitário.</p>		



Eziquio Barros Neto – Arquiteto e Urbanista CAU – A480053

[eziquio@gmail.com](mailto:eziquio@gmail.com) /  eziqubarros

<b>Levantamento de imóveis de interesse histórico da área tombada pelo Decreto Estadual N° 11.681/1990.</b>	<b>N°09</b>
---	-------------



<b>Designação</b>	Palácio do Comércio		
<b>Endereço</b>	Rua dr. Berredo, centro.		
<b>Proprietário</b>	Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Caxias		
<b>Uso Atual</b>	Comércio - Serviços	<b>Uso original</b>	Comércio - Serviços

<b>Área do lote</b>	-	<b>Área construída</b>	-
<b>Estado de Conservação:</b>	Bom		
<b>Contexto histórico</b>	Até o séc. XIX era uma grande área pertencente ao industrial Antônio Guimarães e depois a Antônio Tadeu de Assunção. Nesse local existia um olho d'água do Riacho da Pouca Vergonha, que fora aterrado no início do séc. XX. Na década de 1930, o espaço foi denominado Praça Getúlio Vargas. Com a fundação da Associação Comercial de Caxias, o local fora doado aos comerciantes com obra iniciada em 1946 e inaugurada em 1954. Na parte superior se destaca o Excelsior Hotel, que até os dias atuais mantém atividade. No térreo, diversos pontos comerciais.		
<b>Elementos arquitetônicos</b>	Em estilo Art Déco, possui imponente volumetria, se destacando no centro um frontão com o nome Palácio do Comércio.		
<b>Descaracterização</b>	Sua descaracterização se dá principalmente pelo uso diversificado de cores nos pontos comerciais do térreo, além de engenhos publicitários.		


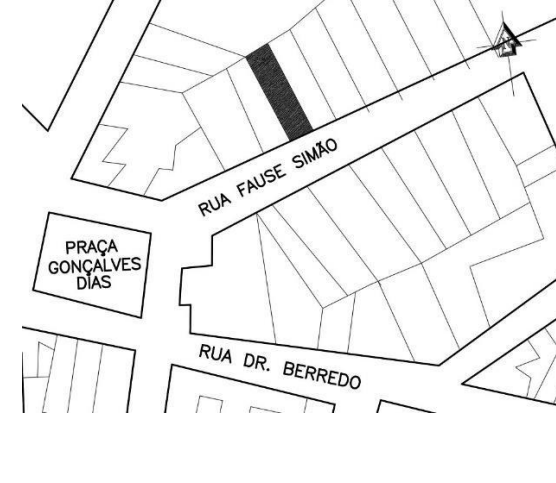


Eziquio Barros Neto – Arquiteto e Urbanista CAU – A480053

[eziquio@gmail.com](mailto:eziquio@gmail.com) /  [eziquiobarros](https://www.instagram.com/eziquiobarros)



<b>Levantamento de imóveis de interesse histórico da área tombada pelo Decreto Estadual N° 11.681/1990.</b>	<b>N°10</b>
---	-------------

Arquitetura Civil	Arquitetura Religiosa	Arquitetura Militar
 		

<b>Designação</b>	Sem designação		
<b>Endereço</b>	Rua Fause Simão, S/N, centro.		
<b>Proprietário</b>	Família Queiroz		
<b>Uso Atual</b>	Sem uso	<b>Uso original</b>	Residência Unifamiliar

<b>Área do lote</b>	-	<b>Área construída</b>	-
<b>Estado de Conservação:</b>	Arruinamento		
<b>Contexto histórico</b>	Edificado em meados do século XIX. Foi residência do médico dr. Eduardo Berredo, onde após seu falecimento em 1916, foi vendido pela viúva. Na década de 1920 funcionou a Agência de Correios e Telégrafos e escola João Lisboa. Depois foi residência de Antônio Brandão e família, onde cresceram os irmãos Frederico Brandão (político, escritor) e Antônio Augusto Ribeiro Brandão (economista, escritor).		
<b>Elementos arquitetônicos</b>	Casa térrea do tipo Meia Morada. Porta e janelas em arco pleno, cimalha e beiral dupla bica.		
<b>Descaracterização</b>	Devido ao seu abandono a fachada está em arruinamento e parte do teto desabou. Uma janela fora transformada em porta e posteriormente todos os vãos preenchidos com tijolo de seis furos.		



Eziquio Barros Neto – Arquiteto e Urbanista CAU – A480053

[eziquio@gmail.com](mailto:eziquio@gmail.com) /  [eziquiobarros](https://www.instagram.com/eziquiobarros)

<b>Levantamento de imóveis de interesse histórico da área tombada pelo Decreto Estadual N° 11.681/1990.</b>	<b>N°11</b>
---	-------------

Arquitetura Civil	Arquitetura Religiosa	Arquitetura Militar

<b>Designação</b>	Imóvel residencial		
<b>Endereço</b>	Rua Fause Simão, 721, centro.		
<b>Proprietário</b>	Família Queiroz		
<b>Uso Atual</b>	Residência	<b>Uso original</b>	Residência Unifamiliar

<b>Área do lote</b>	-	<b>Área construída</b>	-
<b>Estado de Conservação:</b>	Muito bom		
<b>Contexto histórico</b>	Edificado em meados do século XIX. Foi residência do médico dr. Eduardo Berredo, onde após seu falecimento em 1916, foi vendido pela viúva. Na década de 1920 funcionou a Agência de Correios e Telégrafos e escola João Lisboa. Depois foi residência de Antônio Brandão e família, onde cresceram os irmãos Frederico Brandão (político, escritor) e Antônio Augusto Ribeiro Brandão (economista, escritor).		
<b>Elementos arquitetônicos</b>	Casa térrea do tipo Meia Morada. Porta e janelas em arco pleno, cimalha e beiral dupla bica. Na bandeira da porta, feita em ferro, há uma inscrição '1870'.		
<b>Descaracterização</b>	-		





EZQUIQUIO BARROS  
arquiteto urbanista

Eziquio Barros Neto – Arquiteto e Urbanista CAU – A480053

[eziquio@gmail.com](mailto:eziquio@gmail.com) / eziquiobarros

<b>Levantamento de imóveis de interesse histórico da área tombada pelo Decreto Estadual N° 11.681/1990.</b>	<b>N°12</b>
---	-------------

Arquitetura Civil	Arquitetura Religiosa	Arquitetura Militar
		

<b>Designação</b>	Imóvel Residencial		
<b>Endereço</b>	Rua Fause Simão, centro.		
<b>Proprietário</b>	-		
<b>Uso Atual</b>	Residência	<b>Uso original</b>	Residência Unifamiliar

<b>Área do lote</b>	-	<b>Área construída</b>	-
<b>Estado de Conservação:</b>	Muito bom		
<b>Contexto histórico</b>	Não foi possível encontrar registros na bibliografia disponível dos proprietários e data de sua edificação. Na metade do século XX residia o músico violinista Josino Frazão, onde atualmente reside uma filha sua.		
<b>Elementos arquitetônicos</b>	Casa térrea do tipo morada inteira. Possui um desenho simples, sendo datada provavelmente do início do séc. XIX. Possui beiral do tipo cachorro e cobertura de telha cerâmica. As esquadrias são em madeira.		
<b>Descaracterização</b>	-		




EZQUIQUIO BARROS  
arquiteto urbanista

Eziquio Barros Neto – Arquiteto e Urbanista CAU – A480053

[eziquio@gmail.com](mailto:eziquio@gmail.com) /  [eziquiobarros](#)

<b>Levantamento de imóveis de interesse histórico da área tombada pelo Decreto Estadual N° 11.681/1990.</b>	<b>N°13</b>
---	-------------

Arquitetura Civil	Arquitetura Religiosa	Arquitetura Militar
		

<b>Designação</b>	Imóvel Residencial		
<b>Endereço</b>	Rua Fause Simão, centro.		
<b>Proprietário</b>	Família Simão		
<b>Uso Atual</b>	Residência	<b>Uso original</b>	Residência Unifamiliar

<b>Área do lote</b>	-	<b>Área construída</b>	-
<b>Estado de Conservação:</b>	Bom		
<b>Contexto histórico</b>	Não foi possível encontrar registros na bibliografia disponível dos proprietários e data de sua edificação. Na metade do séc. XIX, foi residência do comerciante José Simão.		
<b>Elementos arquitetônicos</b>	Imóvel térreo tipo morada inteira. Possui revestimento em azulejo oriundo de Portugal, séc. XIX. Possui portão de ferro e esquadrias em madeira e vidro. Cimalha e beiral dupla bica. Sua cobertura é em telhado cerâmico em duas águas.		
<b>Descaracterização</b>	Além de patologias, não há descaracterização em sua fachada. Parte da parede original fora demolida e edificada em tijolo de seis furos.		



Eziquio Barros Neto – Arquiteto e Urbanista CAU – A480053

[eziquio@gmail.com](mailto:eziquio@gmail.com) /  eziquiobarros



<b>Levantamento de imóveis de interesse histórico da área tombada pelo Decreto Estadual N° 11.681/1990.</b>	<h1>N°14</h1>
---	---------------



<b>Designação</b>	Imóvel de serviços		
<b>Endereço</b>	Rua Comendador Alderico Silva, 789, centro.		
<b>Proprietário</b>	Câmara de Dirigentes Lojistas de Caxias - CDL		
<b>Uso Atual</b>	Serviços	<b>Uso original</b>	Residência Unifamiliar

<b>Área do lote</b>	-	<b>Área construída</b>	-
<b>Estado de Conservação:</b>	Ruim		
<b>Contexto histórico</b>	Imóvel térreo do tipo chalé, edificado em 1940, pelo comerciante Alderico Jeferson da Silva, para o aluguel de habitação. Com a venda do imóvel para a Câmara de Dirigentes Lojistas de Caxias – CDL, o imóvel fora demolido restando apenas parte de sua fachada e sendo edificado um prédio com três pavimentos.		
<b>Elementos arquitetônicos</b>	Imóvel em estilo eclético, com colunas ricamente elaboradas, cimalha e a data “1945”, no frontão da cobertura.		
<b>Descaracterização</b>	Intervenção denominada Fachadismo. Restou apenas parte da estrutura da sua fachada.		



EZQUIQUIO BARROS  
arquiteto urbanista

Eziquio Barros Neto – Arquiteto e Urbanista CAU – A480053

[eziquio@gmail.com](mailto:eziquio@gmail.com) /  eziquiobarros

<b>Levantamento de imóveis de interesse histórico da área tombada pelo Decreto Estadual N° 11.681/1990.</b>	<b>N°15</b>
---	-------------



<b>Designação</b>	Imóvel Comercial		
<b>Endereço</b>	Rua Comendador Alderico Silva, 756, centro.		
<b>Proprietário</b>	-		
<b>Uso Atual</b>	Comércio	<b>Uso original</b>	Residência Unifamiliar



<b>Área do lote</b>	-	<b>Área construída</b>	-
<b>Estado de Conservação:</b>	Muito bom		
<b>Contexto histórico</b>	Não foi possível encontrar registros na bibliografia disponível dos proprietários e data de sua edificação. Na década de 1980/90 funcionou a Escolinha Moranguinho.		
<b>Elementos arquitetônicos</b>	Edificação térrea, provavelmente da primeira metade do séc. XX, em estilo eclético. Se destacam elementos como flores e conchas, além de dois pináculos ao lado de seu frontão.		
<b>Descaracterização</b>	-		



Eziquio Barros Neto – Arquiteto e Urbanista CAU – A480053

[eziquio@gmail.com](mailto:eziquio@gmail.com) /  eziquiobarros

<b>Levantamento de imóveis de interesse histórico da área tombada pelo Decreto Estadual N° 11.681/1990.</b>	<b>N°16</b>
---	-------------

Arquitetura Civil	Arquitetura Religiosa	Arquitetura Militar
		

<b>Designação</b>	Imóvel Residencial		
<b>Endereço</b>	Rua Comendador Alderico Silva, 754, centro.		
<b>Proprietário</b>	Família Queiroz		
<b>Uso Atual</b>	Sem uso	<b>Uso original</b>	Residência Unifamiliar

<b>Área do lote</b>	-	<b>Área construída</b>	-
<b>Estado de Conservação:</b>	Bom		
<b>Contexto histórico</b>	Imóvel do tipo chalé, edificado pelo comerciante Alderico Jeferson da Silva, provavelmente na década de 1940. Era parte de duas edificações espelhadas, onde a outra fora totalmente modificada. Recentemente o imóvel passou por uma intervenção para aluguel.		
<b>Elementos arquitetônicos</b>	Em estilo eclético, possui afastamento frontal e lateral. Duas colunas se destacam na fachada, além de outros detalhes pitorescos. No centro ainda restam as letras VIL, que formavam a palavra Vila, nome do conjunto das duas habitações. Em uma extremidade fora assentado azulejos oriundos de Portugal, séc. XIX, possivelmente da edificação que fora demolida para abrigar a atual.		
<b>Descaracterização</b>	Grades no portão de acesso e na janela. Uma parede de alvenaria fora construída no afastamento lateral.		



Eziquio Barros Neto – Arquiteto e Urbanista CAU – A480053

[eziquio@gmail.com](mailto:eziquio@gmail.com) /  eziquiobarros

<b>Levantamento de imóveis de interesse histórico da área tombada pelo Decreto Estadual N° 11.681/1990.</b>	<h1>N°17</h1>
---	---------------

Arquitetura Civil	Arquitetura Religiosa	Arquitetura Militar
		

<b>Designação</b>	Edifício Isany		
<b>Endereço</b>	Rua Comendador Alderico Silva e Rua Riachuelo, 536, centro.		
<b>Proprietário</b>	-		
<b>Uso Atual</b>	Serviço	<b>Uso original</b>	Misto

<b>Área do lote</b>	-	<b>Área construída</b>	-
<b>Estado de Conservação:</b>	Bom		
<b>Contexto histórico</b>	Prédio edificado pelo comerciante João de Souza Leitão, inaugurado em 1940, onde deveria ser a agência do Banco do Brasil, conforme notícias de jornais da época. Não foi possível confirmar se de fato o banco funcionou no imóvel. Atualmente é ocupada pelo Cartório do 3º Ofício.		
<b>Elementos arquitetônicos</b>	Imóvel de dois pavimentos, em estilo art déco. Na lateral há uma varanda com esquadrias em guilhotina, a única existente na arquitetura caxiense. Na platibanda se destaca a frase EDIFICIO ISANY e a data 1940.		
<b>Descaracterização</b>	Engenho publicitário e estruturas de ar-condicionados.		

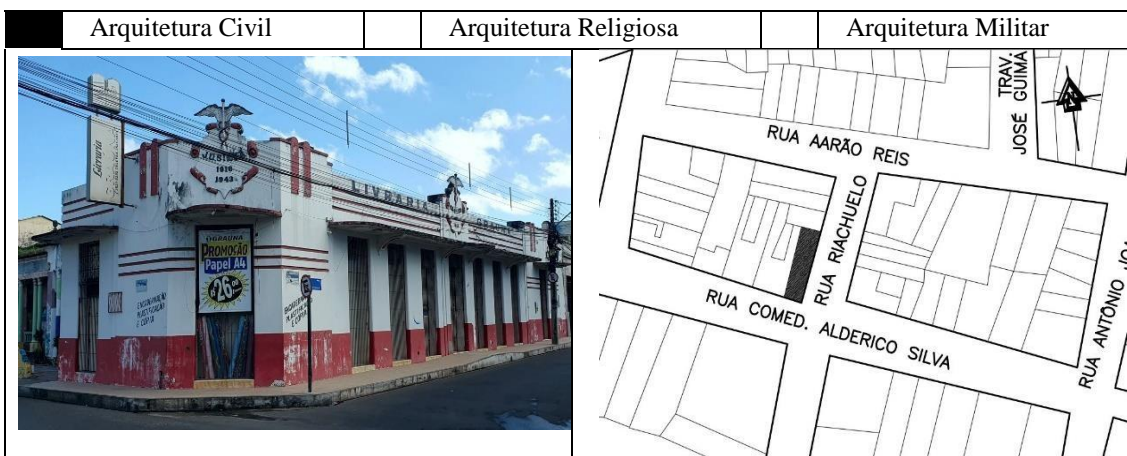


Eziquio Barros Neto – Arquiteto e Urbanista CAU – A480053

[eziquio@gmail.com](mailto:eziquio@gmail.com) /  eziquiobarros



<b>Levantamento de imóveis de interesse histórico da área tombada pelo Decreto Estadual N° 11.681/1990.</b>	<b>N°18</b>
---	-------------



<b>Designação</b>	Imóvel comercial		
<b>Endereço</b>	Rua Comendador Alderico Silva, 337, centro.		
<b>Proprietário</b>	Joseane Maia		
<b>Uso Atual</b>	Comércio	<b>Uso original</b>	Comércio

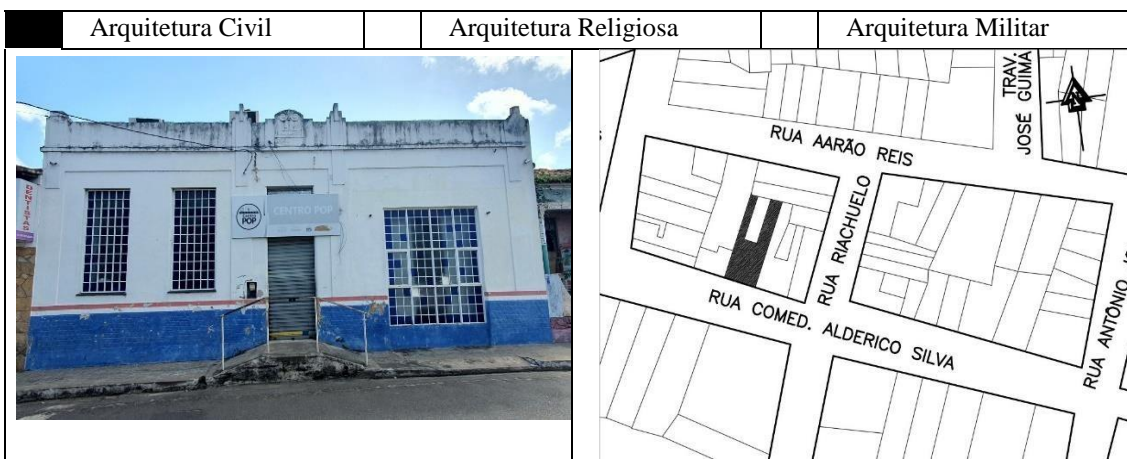
<b>Área do lote</b>	-	<b>Área construída</b>	-
<b>Estado de Conservação:</b>	Bom		
<b>Contexto histórico</b>	Edificado na década de 1940 pelo comerciante e político José Delfino da Silva, era sede de sua firma J.D.Silva, onde também mantinha seu escritório. Foi adquirido pela professora Joseane Maia na década de 1990, onde estabeleceu a Livraria Grauna.		
<b>Elementos arquitetônicos</b>	Imóvel térreo em estilo eclético. Possui marquise e platibanda, se destacando duas esculturas do bastão de Asclépio (que é adotada como símbolo da medicina), além do nome da firma e as datas 1916 (ano que abriu a firma), e 1943 (ano da inauguração do prédio).		
<b>Descaracterização</b>	-		



Eziquio Barros Neto – Arquiteto e Urbanista CAU – A480053

[eziquio@gmail.com](mailto:eziquio@gmail.com) /  eziquiobarros

<b>Levantamento de imóveis de interesse histórico da área tombada pelo Decreto Estadual N° 11.681/1990.</b>	<b>N°19</b>
---	-------------



<b>Designação</b>	Imóvel sem designação		
<b>Endereço</b>	Rua Comendador Alderico Silva, 785, centro.		
<b>Proprietário</b>	-		
<b>Uso Atual</b>	Serviço	<b>Uso original</b>	Residência Unifamiliar

<b>Área do lote</b>	-	<b>Área construída</b>	-
<b>Estado de Conservação:</b>	Regular		
<b>Contexto histórico</b>	Foi residência do poeta Acrísio de Almeida Cruz (1892-1961), onde após servir de residência, passou por diversos usos, como cartório e atualmente funciona o Centro POP, da Prefeitura Municipal de Caxias, para atendimento a pessoas em situação de rua.		
<b>Elementos arquitetônicos</b>	Imóvel térreo em estilo Art Déco, com tipologia de morada inteira. Em sua platibanda se destaca um frontão com a data 1942, provável data de sua edificação. Sua cobertura é em telha cerâmica de duas águas.		
<b>Descaracterização</b>	As esquadrias em madeira foram substituídas em ferro e vidro. Um ambiente fora adaptado para uma garagem, o que fez remover duas de suas janelas. Uma rampa fora construída para levar acessibilidade, mas está fora das normas, o que caracteriza uma barreira urbana.		





<b>Levantamento de imóveis de interesse histórico da área tombada pelo Decreto Estadual N° 11.681/1990.</b>	<b>N°20</b>
---	-------------



<b>Designação</b>	Imóvel comercial		
<b>Endereço</b>	Rua Riachuelo, 384, centro.		
<b>Proprietário</b>	-		
<b>Uso Atual</b>	Comércio	<b>Uso original</b>	Comércio

<b>Área do lote</b>	-	<b>Área construída</b>	-
<b>Estado de Conservação:</b>	Regular		
<b>Contexto histórico</b>	Imóvel construído pelo comerciante e industrial José Delfino da Silva, para abrigar parte de sua firma que comercializava babaçu, na década de 1930. Passou anos sem uso até que fora adquirido por novo proprietário nos anos 2000.		
<b>Elementos arquitetônicos</b>	Imóvel térreo em estilo art déco. Se destaca sua platibanda com a inscrição J. D. Silva, e a data 1938.		
<b>Descaracterização</b>	Parte da esquadria em madeira da porta fora trocada por ferro. O espalho interior fora parcialmente demolido e construído um edifício de três pavimentos em sua área, típico do Fachadismo.		



Eziqio Barros Neto – Arquiteto e Urbanista CAU – A480053

[eziqio@gmail.com](mailto:eziqio@gmail.com) /  [eziqio Barros](https://www.instagram.com/eziqio Barros)

<b>Levantamento de imóveis de interesse histórico da área tombada pelo Decreto Estadual N° 11.681/1990.</b>	<h1>N°21</h1>
---	---------------

Arquitetura Civil	Arquitetura Religiosa	Arquitetura Militar
		

<b>Designação</b>	Imóvel comercial		
<b>Endereço</b>	Rua Riachuelo, 346, centro.		
<b>Proprietário</b>	-		
<b>Uso Atual</b>	Comércio	<b>Uso original</b>	Comércio

<b>Área do lote</b>	-	<b>Área construída</b>	-
<b>Estado de Conservação:</b>	Regular		
<b>Contexto histórico</b>	Imóvel construído pelo comerciante e industrial José Delfino da Silva, para abrigar parte de sua firma que comercializava babaçu, na década de 1930. Passou anos sem uso até que fora adquirido por novo proprietário nos anos 2000.		
<b>Elementos arquitetônicos</b>	Imóvel térreo em estilo art déco. Se destaca sua platibanda com a data 1938. Há uma porta única, sem janelas.		
<b>Descaracterização</b>	A inscrição J. D. Silva, que havia acima da porta, fora removida por motivos desconhecidos. Em 2024 o imóvel fora ocupado por um espaço comercial que revestiu toda sua fachada em ACM, o que tirou qualquer possibilidade de visualização do imóvel.		



Eziquio Barros Neto – Arquiteto e Urbanista CAU – A480053

[eziquio@gmail.com](mailto:eziquio@gmail.com) /  eziquiobarros

<b>Levantamento de imóveis de interesse histórico da área tombada pelo Decreto Estadual N° 11.681/1990.</b>	<b>N°22</b>
---	-------------

Arquitetura Civil	Arquitetura Religiosa	Arquitetura Militar
		

<b>Designação</b>	Imóvel comercial		
<b>Endereço</b>	Rua Aarão Reis,		
<b>Proprietário</b>	-		
<b>Uso Atual</b>	Comércio	<b>Uso original</b>	Residência Unifamiliar



<b>Área do lote</b>	-	<b>Área construída</b>	-
<b>Estado de Conservação:</b>	Regular		
<b>Contexto histórico</b>	Não foi possível encontrar registros na bibliografia disponível dos proprietários e data de sua edificação. O imóvel está atualmente dividido em três espaços comerciais.		
<b>Elementos arquitetônicos</b>	Imóvel térreo, tipologia morada inteira, estilo eclético. Se destaca sua platibanda ricamente ornamentada em art nouveau. Em seu frontão há a sigla J.M.A. e a data 1919.		
<b>Descaracterização</b>	O imóvel por estar dividido em três pontos comerciais, acaba recebendo pinturas diferentes de acordo com a nova ocupação. O engenho publicitário é outro agravante que esconde elementos arquitetônicos.		



Eziquio Barros Neto – Arquiteto e Urbanista CAU – A480053

[eziquio@gmail.com](mailto:eziquio@gmail.com) /  [eziquiobarros](https://www.instagram.com/eziquiobarros)

<b>Levantamento de imóveis de interesse histórico da área tombada pelo Decreto Estadual N° 11.681/1990.</b>	<b>N°23</b>
---	-------------

Arquitetura Civil	Arquitetura Religiosa	Arquitetura Militar
		


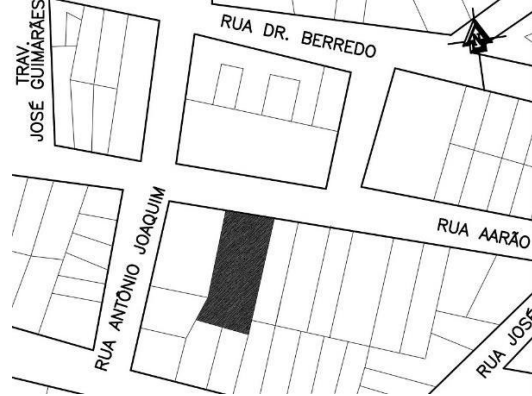
<b>Designação</b>	Imóvel residencial		
<b>Endereço</b>	Rua Aarão Reis, centro.		
<b>Proprietário</b>	-		
<b>Uso Atual</b>	Sem uso	<b>Uso original</b>	Uso Misto

<b>Área do lote</b>	-	<b>Área construída</b>	-
<b>Estado de Conservação:</b>	Péssimo - Arruinação		
<b>Contexto histórico</b>	Edificado pelo comerciante e político Eugênio Barros (prefeito de Caxias, Governador do Maranhão e Senador da República), foi sua residência e escritório. Após sua mudança para o Rio de Janeiro, e posteriormente seu falecimento, o prédio passou para a Prefeitura Municipal. Na década de 1990 aos anos 2000, funcionou parte do Poder Judiciário, como juizado de pequenas causas. Com a construção da Cidade do Judiciário, o imóvel ficou sem ocupação. Em 2022 foi invadido por uma pessoa em situação de rua que começou a destruí-lo na parte interna.		
<b>Elementos arquitetônicos</b>	Sua fachada tem duas partes. A parte da residência em tipologia morada inteira, e a outra, que servia de escritório comercial e político, com portas e garagem. Possui grade na porta e soleira com a inscrição E.B. Portas e janelas em madeira. A platibanda tem elementos no estilo art déco. Em determinada época, provavelmente década de 1960/70, passou por uma intervenção que modificou sua fachada, inclusive removendo um frontão e outros elementos, como pináculos, e as quatro janelas se tornando duas.		
<b>Descaracterização</b>	Diversas patologias com danos significativos na fachada e estrutura, causadas pelo abandono do prédio. Parte da cobertura está sem telhado.		





<b>Levantamento de imóveis de interesse histórico da área tombada pelo Decreto Estadual N° 11.681/1990.</b>	<b>N°24</b>
---	-------------

Arquitetura Civil	Arquitetura Religiosa	Arquitetura Militar
		

<b>Designação</b>	Morada Inteira		
<b>Endereço</b>	Rua Aarão Reis, 712, centro.		
<b>Proprietário</b>	Prefeitura Municipal de Caxias		
<b>Uso Atual</b>	Serviço	<b>Uso original</b>	Residência Unifamiliar

<b>Área do lote</b>	-	<b>Área construída</b>	-
<b>Estado de Conservação:</b>	Bom		
<b>Contexto histórico</b>	Não foi possível encontrar registros na bibliografia disponível dos proprietários e data de sua edificação, provavelmente da metade do séc. XIX. O imóvel passou a ser propriedade da Prefeitura Municipal de Caxias, onde em um acordo com o Exército Brasileiro no final da década de 1990, instalou a 3ª Delegacia do Serviço Militar da 27ª CSM.		
<b>Elementos arquitetônicos</b>	Imóvel térreo de tipologia morada inteira, tem esquadrias em madeira, cimalha e cobertura em telha cerâmica duas águas.		
<b>Descaracterização</b>	-		





EZQUIQUIO BARROS  
arquiteto urbanista

Eziquio Barros Neto – Arquiteto e Urbanista CAU – A480053

[eziquio@gmail.com](mailto:eziquio@gmail.com) /  [eziquiobarros](https://www.instagram.com/eziquiobarros)

<b>Levantamento de imóveis de interesse histórico da área tombada pelo Decreto Estadual N° 11.681/1990.</b>	<b>N°25</b>
---	-------------

Arquitetura Civil	Arquitetura Religiosa	Arquitetura Militar
		

<b>Designação</b>	Sobrado		
<b>Endereço</b>	Rua Aarão Reis com Rua Alfredo Beleza, centro.		
<b>Proprietário</b>	Prefeitura Municipal de Caxias		
<b>Uso Atual</b>	Serviço	<b>Uso original</b>	Industria

<b>Área do lote</b>	-	<b>Área construída</b>	-
<b>Estado de Conservação:</b>	Bom		
<b>Contexto histórico</b>	O prédio foi edificado pela empresa multinacional Cotoniére Brasil LTDA, final da década de 1930. Anos depois adquirido pela empresa maranhense Chames Aboud, onde funcionou uma usina de beneficiar arroz. Depois ocupado pelo empresário Nachor Carvalho. Na década de 1960 o prédio foi adquirido pela Prefeitura, onde de um lado em parceria com o Governo do Estado foi inaugurado a Casa do Estudante, em funcionamento até os dias atuais. Do outro lado, funcionou biblioteca e museu da cidade na década de 1970, até 1980. Posteriormente foi ocupado pela Secretaria Municipal de Saúde, que ainda faz uso de parte do espaço térreo.		
<b>Elementos arquitetônicos</b>	Sobrado e térreo, possui platibanda na área térrea e beiral nas duas partes de pavimento superior. Esquadrias em madeira e gradil de ferro.		
<b>Descaracterização</b>	Parte revestida em azulejo e elementos adicionados na década de 1960. A placa publicitária esconde toda a platibanda e cobertura da parte térrea.		




Eziqiuo Barros Neto – Arquiteto e Urbanista CAU – A480053

[eziquio@gmail.com](mailto:eziquio@gmail.com) /  [eziquiobarros](https://www.instagram.com/eziquiobarros)



<b>Levantamento de imóveis de interesse histórico da área tombada pelo Decreto Estadual N° 11.681/1990.</b>	<b>N°26</b>
---	-------------

Arquitetura Civil	Arquitetura Religiosa	Arquitetura Militar
		

<b>Designação</b>	Imóvel comercial		
<b>Endereço</b>	Rua Aarão Reis, centro.		
<b>Proprietário</b>	-		
<b>Uso Atual</b>	Comércio	<b>Uso original</b>	Residência Unifamiliar

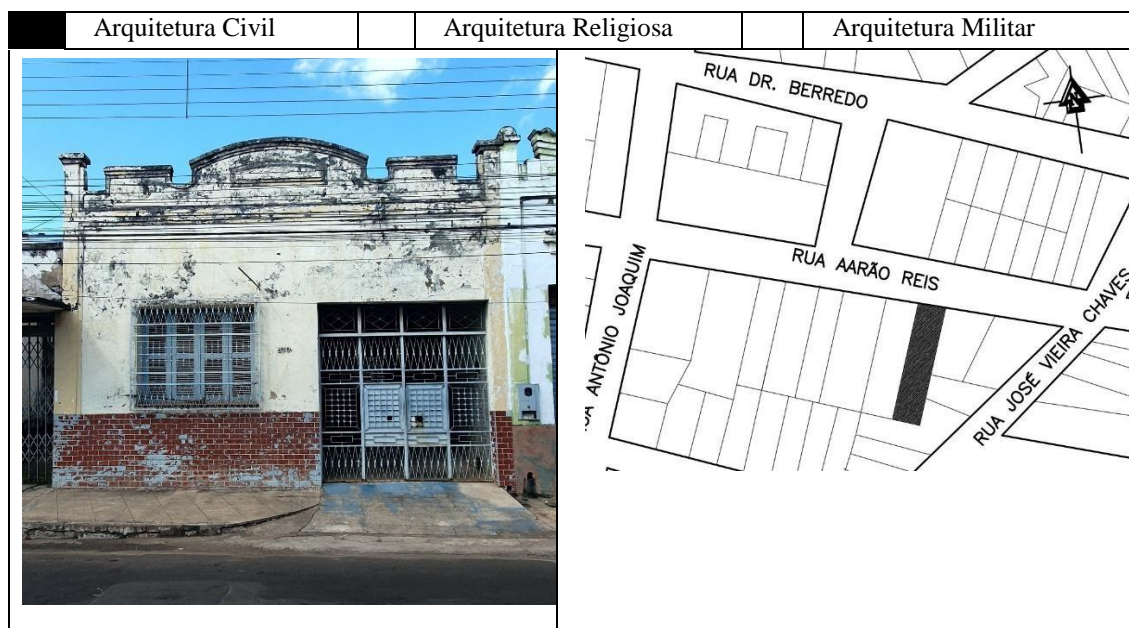
<b>Área do lote</b>	-	<b>Área construída</b>	-
<b>Estado de Conservação:</b>	Regular		
<b>Contexto histórico</b>	Não foi possível encontrar registros na bibliografia disponível dos proprietários e data de sua edificação, provavelmente primeira metade do séc. XIX. Atualmente está sem uso.		
<b>Elementos arquitetônicos</b>	Casa térrea, tipologia meia morada. Possui platibanda e com elementos arquitetônicos em arco e telha cerâmica, tipicamente eclética.		
<b>Descaracterização</b>	As duas janelas foram removidas para abrigar uma grande abertura. As esquadrias em madeira substituídas por ferro de correr.		



Eziquio Barros Neto – Arquiteto e Urbanista CAU – A480053

[eziquio@gmail.com](mailto:eziquio@gmail.com) /  [eziquiobarros](https://www.instagram.com/eziquiobarros)

<b>Levantamento de imóveis de interesse histórico da área tombada pelo Decreto Estadual N° 11.681/1990.</b>	<b>N°27</b>
---	-------------



<b>Designação</b>	Imóvel residencial		
<b>Endereço</b>	Rua Aarão Reis, 810, centro.		
<b>Proprietário</b>	-		
<b>Uso Atual</b>	Residência	<b>Uso original</b>	Residência Unifamiliar

<b>Área do lote</b>	-	<b>Área construída</b>	-
<b>Estado de Conservação:</b>	Regular		
<b>Contexto histórico</b>	Não foi possível encontrar registros na bibliografia disponível dos proprietários e data de sua edificação, provavelmente primeira metade do séc. XIX. Atualmente é residência.		
<b>Elementos arquitetônicos</b>	Em estilo eclético, possui platibanda com detalhes arquitetônicos. Imóvel térreo, em tipologia meia morada.		
<b>Descaracterização</b>	A porta e janela foram removidas para abrigar a abertura da garagem. A outra parte fora modificada ficando uma janela maior.		



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada buscou contribuir para o fortalecimento dos estudos relacionados à preservação do patrimônio cultural, com foco nas edificações históricas presentes no Centro Histórico de Caxias. Durante o desenvolvimento deste trabalho, foram identificadas as principais patologias que afetam esses bens arquitetônicos e explorados métodos de conservação apropriados para garantir sua durabilidade e valorização, com o objetivo de compreender os fatores que têm contribuído para a degradação desse patrimônio cultural e, a partir disso, propor reflexões sobre sua preservação.

Durante a pesquisa, foram identificados danos diversos, que podem ser atribuídos a diferentes causas de deterioração, como os danos antrópicos e os danos trópicos, que possuem origens distintas, mas frequentemente interagem, agravando o estado de conservação das estruturas. A compreensão dessas categorias de danos é essencial para a implementação de estratégias eficazes de preservação patrimonial.

Os danos antrópicos são aqueles provocados pela ação humana, intencional ou não. Reformas mal executadas, vandalismo e uso inadequado das edificações são exemplos comuns desse tipo de dano. Além disso, a falta de manutenção regular contribui significativamente para a deterioração dos materiais e da estrutura do edifício. A ação humana pode, ainda, manifestar-se de forma indireta, como no caso da poluição ou das vibrações causadas por atividades industriais e urbanas, que comprometem a integridade dos materiais ao longo do tempo.

Por outro lado, os danos trópicos têm origem nos fatores ambientais típicos de regiões de clima tropical, como calor intenso, alta umidade e chuvas frequentes. Esses fatores favorecem o surgimento de problemas como infiltrações, eflorescências, proliferação de fungos e deterioração de materiais orgânicos, como madeira. Além disso, a radiação solar intensa e as variações térmicas podem causar danos físicos, como a dilatação e a retração de materiais, afetando diretamente a estabilidade das estruturas.

Dentre os danos encontrados nos edifícios dessa pesquisa encontrou-se rachaduras, desagregação do revestimento, manchas e eflorescências, oxidação, erosão alveolar, descolamento de revestimentos e pintura, causados tanto por fatores ambientais, os danos trópicos, quanto pela falta de manutenção adequada, os danos antrópicos. Essas patologias refletem um histórico de negligência que, se não for enfrentado, pode levar à perda irreparável de uma parte significativa da memória coletiva do município.

A escolha dessas edificações não foi aleatória; elas representam uma amostra do rico acervo do conjunto arquitetônico tombado do Centro Histórico de Caxias, que testemunha momentos importantes da história local. Essas construções não apenas carregam valores estéticos, mas também narrativas que conectam a comunidade ao seu passado. Por isso, estudar e preservar esses bens é fundamental para que as gerações futuras possam reconhecer e valorizar a identidade cultural da cidade.

Os resultados obtidos reforçam a necessidade de políticas públicas mais efetivas, mediante um diagnóstico preciso e estratégias específicas para lidar com esses danos, que promovam não apenas a preservação física dos imóveis, mas também a sensibilização da população para a importância de manter viva a memória histórica da cidade. Promover a conscientização da população sobre o valor histórico e cultural dessas edificações é essencial para garantir o envolvimento comunitário na proteção do patrimônio. Nesse sentido, a educação patrimonial pode atuar como uma ponte entre a comunidade e os gestores, fortalecendo iniciativas de conservação e fomentando o sentimento de pertencimento em relação ao Centro Histórico da cidade.

A pesquisa evidenciou a relevância de inventários e mapeamentos como ferramentas fundamentais para o monitoramento e a conservação de patrimônios históricos. Por meio da aplicação desses instrumentos, foi possível organizar e sistematizar informações cruciais sobre os imóveis estudados, permitindo uma análise detalhada de sua condição atual e das intervenções necessárias para sua preservação. Além de, destacar o potencial arqueológico da cidade, envolvendo esse patrimônio arquitetônico presente no Centro Histórico da cidade.

Ademais, este estudo serviu como forma de ampliar o debate sobre a Arqueologia, e as suas subáreas Arqueologia Histórica, e especialmente a Arqueologia da Arquitetura e sua função na preservação de bens culturais, oferecendo uma abordagem interdisciplinar que combina estudos arqueológicos e arquitetônicos. A análise crítica e a colaboração entre diferentes áreas do conhecimento são essenciais para garantir a continuidade da história material e imaterial de Caxias.

Por fim, espera-se que esta pesquisa seja um ponto de partida para ações concretas voltadas à preservação do patrimônio de Caxias. A continuidade deste trabalho, com a implementação de programas educativos, intervenções técnicas e articulações com o poder público, poderá transformar o panorama atual, revertendo o processo de degradação e valorizando o patrimônio como um elemento central da identidade e do desenvolvimento cultural do município.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, José Ribeiro do. **Apontamentos para a História da Revolução da Balaiada na Província do Maranhão**. Primeira parte, 1898.

AMARAL, José Ribeiro do. **Fundação do Maranhão**. – 2ed. – São Luís: AML/EDUEMA, 2008.

BANDEIRA, Arkley Marques. **A política institucional da Universidade Federal do Maranhão para o gerenciamento e a salvaguarda dos acervos arqueológicos: uma história em três atos**. Revista de Arqueologia, [S. l.], v. 33, n. 3, p. 146–170, 2020. Disponível em: <<https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/832>>. Acesso em: 17 set. 2023.

BANDEIRA, Arkley Marques. **Arqueologia Pública e a preservação do patrimônio cultural pré-colonial maranhense: diagnóstico sobre o estado de preservação dos sambaquis da Ilha de São Luís – Maranhão**. Patrimônio e Memória, Assis, SP, v. 15, n. 1, p. 238-265, jan/jun. 2019.

BANDEIRA, Dione da Rocha; ALVES, Maria Cristina. **O patrimônio arqueológico histórico de São Francisco do Sul: Contribuição à Memória com base na cultura material**. In: BANDEIRA, Dione da Rocha; BORBA, Fernanda Mara; ALVES, Maria Cristina (orgs.). **Patrimônio Cultural de São Francisco do Sul com base na pesquisa em Arqueologia Histórica**. Joinville, SC: Editora Univille, 2017.

BARROS NETO, Eziquio. **Por ruas e becos de Caxias: História e descrição dos logradouros públicos de sua área urbana**. Caxias, Multgraf, 2020.

BERREDO, Bernardo Pereira de. **Annaes históricos do Estado do Maranhão**. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1849. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/440067>. Acesso em: 13/06/2023.

BOGÉA, Kátia. **Caderno de Política do Patrimônio Cultural Material**. Brasília: IPHAN, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 10 de jul. de 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro/Capital Federal, 1937.

BRASIL. **Decreto-lei nº 2.807, de outubro de 1998**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN, e dá outras providências. Brasília, 1998.

BRASIL. **Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961**. Dispõe sobre os Monumentos arqueológicos e Pré-Históricos. Brasília, 1961.

BRASIL. **Lei nº. 378, de 13 de janeiro de 1937.** Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro/Capital Federal, 1937.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural.** Instituto do Programa Monumenta / Elaboração José Hailon Gomide, Patrícia Reis da Silva, Sylvia Maria Nelo Braga. Brasília, 2005.

CAMPELLO, Cecília Barthel Carneiro. **A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO ATRAVÉS DAS INTERVENÇÕES ARQUITETÔNICAS NO BAIRRO DO RECIFE NO SÉCULO XXI.** 2021. 224f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Pós-graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

CARRÉRA, Mércia; SURYA, Leandro. **Arqueologia da arquitetura:** contribuição nos projetos de restauro e na preservação. ARCHITECTON - REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO – VOL. 02, Nº 01, 2012.

CARVALHO, Wybson. **Academia Caxiense de Letras completa 23 anos de fundação.** 15 de ago. de 2020. Disponível em: <<https://noca.com.br/noticia/50079-academia-caxiense-de-letras-completa-23-anos-de-fundacao>>. Acesso em: 10/07/2024.

CHIAROTTI, Tiziano Mamede. **O Patrimônio Histórico Edificado como um artefato arqueológico:** uma fonte alternativa de informações. Goiânia, v. 3, n. 2, p. 301-319, jul./dez. 2005.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio.** Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Unesp, 2006.

CIAM. **Carta de Atenas.** Atenas: 1933. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>>. Acesso em: 10 de jul. de 2024.

CORREA, Rodolpho Henrique; TIRELLO, Regina Andrade. **Sistema normativo para mapa de danos de edifícios históricos aplicado à Lidgerwood manufacturing company de Campinas.** In Anais VI Colóquio Latinoamericano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial. São Paulo, Brasil: Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, 2012.

COSTA, Diogo Menezes. **O urbano e a Arqueologia:** uma fronteira transdisciplinar. VESTÍGIOS. REVISTA LATINO-AMERICANA DE ARQUEOLOGIA HISTÓRICA, v. 8, p. 46-71, 2014.

COUTINHO, Milson. **Caxias das Aldeias Altas:** subsídios para sua história. 2 ed. São Luís: Caxias: Prefeitura de Caxias, 2005.

DA SILVA, Geórgia Patricia. **Preservação do Patrimônio Cultural como estratégia utilizada para manutenção do poder político.** Revista de Políticas Públicas [en linea]. 2012, 253-262. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321131651026>.

DAHER, Andrea. **A invenção Capuchinha do selvagem na época moderna.** Revista de História, São Paulo: nº 177, 2018.



DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2004. 484 p. [1ª impressão 1996]

FERREIRA, Andrey Cordeiro. **Colonialismo, capitalismo e segmentaridade: nacionalismo e internacionalismo na teoria e política anticolonial e pós-colonial**. Revista Sociedade e Estado - Vol 29, Nº 1, 2014.

FERREIRA, Jurandyr Pires (org.). **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959. 668 p. v. 15: Maranhão-Piauí.

FILHO, Francisco Humberto Cunha; BOTELHO, Isaura; SEVERINO, José Roberto (orgs.). **Direitos Culturais**. Salvador: EDUFBA, 2018.

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia e a cultura africana nas Américas**. In: AZEVEDO, F. L. N. de; MONTEIRO, J. M. (Eds.). Raízes da América Latina. São Paulo: Expressão e Cultura/Edusp, 1996. p. 535-546.

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo. **Resenha de ANDRÉN, A.** Between artifacts and texts Historical Archaeology in: Global Perspective (Contributions To Global Historical Archaeology). London: Springer, 1998. Ideias, v. 5, n. 1, p. 251-254, 1998.

GHENO, Diego Antônio; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. **ARQUEOLOGIA HISTÓRICA – ABORDAGENS**. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 58, p. 161-183, 2013. Editora UFPR.

GILES, Kate. (2014). **Buildings Archaeology**. In: Smith, C. (eds) Encyclopedia of Global Archaeology. Springer, New York, NY. [https://doi.org/10.1007/978-1-4419-0465-2\\_1332](https://doi.org/10.1007/978-1-4419-0465-2_1332)

GOÉS, José Roberto Pinto de. **Escravidão**. Banco Nacional Digital, s.d. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/dossies/rede-da-memoria-virtual-brasileira/escravidao-jose-roberto-pinto-de-goes/#:~:text=Cuba%20foi%20a%20%C3%BAltima%20%C3%A1rea,1.145.000%20no%20s%C3%A9culo%20XIX>>. Acesso em: 10 de jul. de 2024.

GUIMARÃES, Geovan Martins. **TURISMO, CULTURA E ARQUEOLOGIA O TURISMO ARQUEOLÓGICO COMO VETOR DE PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS SAMBAQUIS**. UNIVALI, Balneário Camboriú (SC), 04 de dezembro de 2018.

HODDER, I. **Symbolic and Structural Archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira**. Vol 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 169.

IBGE. **Praça Gonçalves Dias: Casa da Justiça**. Acervo dos municípios brasileiros, biblioteca IBGE. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=448961>>. Acesso em: 08/08/2024.

IBGE. **Praça Gonçalves Dias: Edifício Duque de Caxias**. Acervo dos municípios brasileiros, biblioteca IBGE. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=448978>>. Acesso em: 08/08/2024.

IPHAN. **Bumba meu boi do Maranhão é Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade**. 09 de dez. de 2019. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5499/complexo-cultural-do-bumba-meu-boi-do-maranhao-agora-e-patrimonio-cultural-imaterial-da-humanidade>>. Acesso em: 10/07/2024.

IPHAN. **Cidades históricas; inventário e pesquisa**. São Luís - Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

IPHAN. **Educação patrimonial** – inventários participativos: manual de aplicação. Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 2016.

IPHAN. **O IPHAN no Maranhão**. Portal IPHAN, 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1070>>. Acesso em: 05/12/2023.

IPHAN. **Superintendência do IPHAN no Maranhão**. Portal IPHAN. Disponível em: <<https://www.gov.br/iphan/pt-br/superintendencias/maranhao>>. Acesso em: 05/12/2023.

IPHAN. **Manual de conservação de cantarias**. Programa Monumenta, Brasília, Iphan, 2000.

JORGE, Miércio de Miranda. **Álbum do Maranhão**. São Luís Editor: [s. n.] Ano: **1950**.

JÚNIOR, Ulisses Costa Cunha; SOUZA, Joana Batista de. **O processo de tombamento do Centro Histórico de Caxias-MA na década de 1990: Transformações e possibilidades**. In: MELO, Salânia Maria Barsosa; SOUZA, Joana Batista de; SALAZAR, Denise Cristina da Silva Campos (orgs.). **ENTRE TEMPOS e Histórias do Maranhão**. Teresina: EDUFPI, 2019.

KOPP, Anatole. **Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa**. São Paulo SP, Nobel, 1990.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 287–320, 2010. DOI: 10.1590/S0101-47142010000200008. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5539>>. Acesso em: 10 de jul. de 2024.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A criação de um Mito**. In: LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A Fundação Francesa de São Luís e seus mitos**. Outros Tempos, www.outrostempos.uema.br, ISSN 1808-8031, volume 02, p. 54-80. São Luís, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LEITE FILHO, D. C. (2010). **Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão**. *Comunicação & Educação*, 15(2), 135-140. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v15i2p135-140>

LETRAS, Academia Caxiense de. **Prédio da sede da ACL será restaurado.** Academia Caxiense de Letras, 2022. Disponível em: <<https://academiacaxiense.wordpress.com/>> - Acesso em 02/04/2024.

LIMA, Tania Andrade. **Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais.** *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi.* Ciências Humanas, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan.-abr. 2011.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. **Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840.** Revista Trimensal de História e Geografia, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no número do 3º trimestre de 1858.

MATEUS, Yuri Givago Alhadeff Sampaio. **A Balaiada na sala de aula: ensino de História do Maranhão Imperial e a produção do paradidático “A Guerra da Balaiada”.** São Luís, 2018. (Dissertação).

MEMORIAL VIRTUAL. **O Museu: Museu Memorial da Balaiada, Caxias – MA,** s.d. Disponível em: <<https://www.memorialvirtual.com/museu.html>>. Acesso em: 20/07/2024.

MENDES, Amanda Cíntia do Nascimento. **Caxias e a formação das primeiras irmandades no século XIX.** In: MELO, Salânia Maria Barsosa; SOUZA, Joana Batista de; SALAZAR, Denise Cristina da Silva Campos (orgs.). **ENTRE TEMPOS e Histórias do Maranhão.** Teresina: EDUFPI, 2019.

MOTTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. **Inventário.** In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.** 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Trad. Yara Aun Khoury. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

PAIVA, Carlos Magno de Souza; SOUZA, André Henrique Macieira de (orgs.). **Manual para quem vive em casas tombadas.** Ouro Preto, MG: Livraria & Editora Graphar, 2018.

PEREIRA, Clara Rodrigues; ROSA, Diego de Jesus Queiroz. **ESCOLA DE ARQUITETURA DA UFMG: Estudo de caso de mapa de danos.** 14º Seminário Docomomo Brasil. Belém, 27 a 29 de outubro de 2021.

PESSOA, Jordânia Maria. **Entre a tradição e a modernidade a Belle Époque caxiense: práticas fabris, reordenamento urbano e padrões culturais no final do século XIX.** Imperatriz: Ética, 2007.

PORTA, Paula. **Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados.** Brasília – DF: Iphan/Monumenta, 2012.

RENFREW, C. e BAHN, P. **Arqueologia: teorias, métodos y práctica.** Madrid: Akal, 1998.

REZENDE, Joffre Marcondes de. **Patologia como sinônimo de doença.** REVISTA DE PATOLOGIA TROPICAL, Vol. 36 (1): 101-102. jan.-abr. 2007.

REZENDE, Maria Beatriz. **Inventário nacional de bens imóveis: sítios urbanos tombados.** Manual de preenchimento, versão: 2001. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal/IPHAN, 2006.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.** In: \_\_\_\_\_. (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6.

RIBEIRO, Robson Orzari. **REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL: Textos de História da Arte engajados na política de preservação no Brasil.** Campinas, SP: [s. n], 2013.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** Coleção primeiros passos. Editora Brasiliense – São Paulo, 1995.

SALA, D. (1990). **Mário de Andrade e o Anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional.** *Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros*, (31), 19-26. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i31p19-26>>. Acesso em: 10/07/2024.

SANTOS, Raquel. **ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA: OLHAR PAREDES, VER VIVÊNCIAS.** *Revista de Arqueologia Publica*, Campinas, SP v.9 N°.1(11) p.60-72 Jan-Jun/2015.

SERRA, Astolfo. **A Balaiada.** Editora Bedeschi, 1948.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. **Varandas de São Luís – gradis e azulejos.** Brasília – DF: Iphan/Programa Monumenta, 2010.

SILVA, Esmênia Miranda Ferreira da. **OS MANUAIS DE URBANIDADE EM UMA CIDADE DE PIANOS E GRILHÕES: OS CÓDIGOS DE POSTURAS MUNICIPAIS NA SÃO LUÍS OITOCENTISTA.** ANPUH-Brasil – 30º Simpósio Nacional de História. Recife, 2019.

SILVA, Fernanda Fernandes da. **Bruno Zevi e o Congresso Internacional Extraordinário de Críticos da Arte.** Brasília, 1959. Bruno Zevi e América Latina = Bruno Zevi and Latin America. Tradução. São Paulo: FAUUSP, 2021. Disponível em: <<http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/756/672/2502>>. Acesso em: 01/08/2024.

SOUSA, Isaac Gonçalves; MENESES, Renato Lourenço; VIANNA, Jotônio Moreira. **Cartografias Invisíveis.** – Caxias-MA: Academia Caxiense de Letras, 2015.

SOUZA, Joana Batista. **Educação patrimonial: passados possíveis de se preservar em Caxias-MA: São Luís, 2016.** (Dissertação).

SOUZA, S. B. A. et al. **Planejamento municipal e preservação do patrimônio cultural: conceitos básicos.** Brasília, [s.n.], 1982.

SPHAN. **Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil**: Uma trajetória. Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória, nº 31. Brasília, 1980.

STUDART, Vitor Melo. **Integração sistêmica dos instrumentos acautelatórios para a proteção do patrimônio cultural no Brasil**. In: FILHO, Francisco Humberto Cunha; BOTELHO, Isaura; SEVERINO, José Roberto (orgs). **Direitos Culturais**. Salvador: EDUFBA, 2018.

TEIXEIRA, Cleudia Menezes Graça. **Ciclo de desenvolvimento da indústria têxtil em Caxias-MA**. -Campinas, SP: [s.n.], 2003.

VIÑAS, Salvador Muñoz. **Contemporary Theory of Conservation**. 2005.

WOOD, Jason. (2014). **Buildings, Archaeological Study of**. In: Smith, C. (eds) Encyclopedia of Global Archaeology. Springer, New York, NY. [https://doi.org/10.1007/978-1-4419-0465-2\\_1505](https://doi.org/10.1007/978-1-4419-0465-2_1505)

#### FONTES DOCUMENTAIS

CEFOL. **Relatório de atividades**: Centro de Folclore e Arte Popular de Caxias. Portfolio. Centro de Folclore e Arte Popular de Caxias – CEFOL. Caxias – MA, Brasil. Acesso em: 19/11/2023.

**Código de Posturas do Município de Caxias de 2016**. In: Prefeitura de Caxias. Caxias – MA, 17 de maio. 2016, p. 01-31.

**Código de Posturas do Município de Caxias de 1893**. In: Jornal Comércio de Caxias. Caxias - MA, 30 dez. 1893, p. 01-04.

DPHAP. **PROJETO DE TOMBAMENTO DO CENTRO HISTÓRICO, ARQUITETÔNICO E ÁREA PAISAGÍSTICA DE CAXIAS/MA**. Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão – DPHAP, 1990.

IHGC. **Instituto Histórico e Geográfico de Caxias**. Documento do acervo da Biblioteca Maria das Mercês da Silva Lima. Instituto Histórico e Geográfico de Caxias – IHGC. Caxias – MA, Brasil. Acesso em: 15/06/2023.

**Jornal Commercio de Caxias**. Caxias – MA, 30 dez. 1893, p. 01-04. Em 12/06/2023.

**Lei N° 2.064/2013**. In: Prefeitura de Caxias. Caxias – MA, 2013, p. 01-10.

SECMA. **Álbum do Maranhão - 1923**. Biblioteca Benedito Leite, São Luis – MA, 1923.

SECMA. **Maranhão 1908**. OBRAS RARAS, Biblioteca Benedito Leite, São Luis – MA, 1908. Spala Editora, Rio de Janeiro – RJ.